

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,  
INICIADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2004.** -----

----- **ACTA NÚMERO SETENTA E QUATRO** -----

----- No dia 30 de Novembro de 2004, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egípto e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Ana Ribeiro Cruz, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Augusto Pereira, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Domingos Alves Pires, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Feliciano Marques Martins Cruz David, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa Costa, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, José Rui Roque, Levi Marques Santos, Lourenço Ramos Bernardino, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Barata Niny Mexia, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Luísa Santos Teixeira, Martinho José Baptista, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nelson Pinto Antunes, Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Ramiro Nelson Cardoso da Silva, Rodolfo José Caseiro, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui

Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vítor Manuel Alves Agostinho, João Gordo Martins, Sérgio Rui Lopes Sintra, José Dimas Bernardes Salsinha, Manuel Filipe Correia de Araújo, Luís Branco da Silva, Maria Isabel Amaral Monteiro Nobre, António Manuel Passos Rapoula, Duarte Facco Vianna Álvares de Calvão. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António da Conceição Tavares, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, António da Silva, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Eduardo Manual Vieira Pereira Marques, João de Deus Gomes Pires, João Jofre da Fonseca Costa, João Pedro Saldanha Serra, José Manuel Afonso Possidónio, Ricardo Posser de Andrade Chaves, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Francisco Martins (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Branco da Silva. -----

----- Bacelar Gouveia (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Correia de Araújo. -----

----- António Borges de Carvalho (PSD), por oito dias, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Salsinha. -----

----- António Preto (PSD), por um dia, não tendo sido substituído. -----

----- Martinho Baptista (PCP), para a Conferência de Representantes que antecedeu a presente reunião, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Joaquim Cunha. ----

----- Isabel de Castro (PEV), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Gordo Martins. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Fernando Ribeiro Rosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, por Maria Isabel Amaral Monteiro Nobre. -----

----- Ana Bravo de Campos (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de S. Mamede, por Duarte Calvão. -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- Às 15 horas e 20 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião, e de seguida entrou-se no período destinado à intervenção do público. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Sr. Jorge Manuel Costa Dias**, morador na Vila Ferro, n.º 717A, 1070-180 Lisboa, falando em nome dos comerciantes da Vila Ferro, disse que ia para dois anos que tiraram da Vila Ferro a maior parte da população, mais de duzentas famílias foram realojadas em vários locais da cidade, e neste momento estavam lá seis comerciantes sem clientela. -----

----- E esses comerciantes, que estavam habituados a ganhar ali a vida, passaram a estar de braços cruzados à porta dos estabelecimentos à espera que se arranjassem soluções. Só que os dias iam passando, essas soluções não apareciam e em termos de critérios parecia que continuavam a estar de castigo. -----

----- Por exemplo, os comerciantes da Rua Larga, ou a Rua A, a mais conhecida do Bairro da Liberdade tiveram indemnizações mensais de cerca de mil euros, enquanto que para os comerciantes da Vila Ferro não se encontravam soluções, continuavam ali de castigo, estavam a morrer à fome. -----

----- Daí uma pergunta aos dirigentes da Câmara: se lhes tirassem o pão de cada dia como era que iam viver? É que se retiraram cerca de 75% da população da Vila Ferro os comerciantes não podiam mesmo viver. -----

----- Disse, ainda, que não era ao fim de três anos que lhes iam dar uma esmola. Por exemplo, os seus pais tinham 50 anos atrás de um balcão, agora chegavam ali davam-lhes o que lhes queriam dar e punham-nos a andar. Isso não podia ser! -----

----- **O Senhor Presidente** disse ao município que tomaram devida nota do que foi dito, e iam pedir informações à Câmara das quais, depois, lhe dariam conhecimento. --

----- **A Sra. D. Maria Cândida Ramalho Lourenço de Almeida**, moradora na Rua Prof. João Barreira, lote F, 2º B, 1600 Telheiras – Lisboa, disse que o casal do andar de cima não a deixa sossegar com o barulho que faz. Não consegue dormir de noite, para descansar tem que se refugiar em casa de sua filha e dormir na casa de uma vizinha que mora em frente porque para dormir em casa da sua filha o seu neto tinha que dormir no chão. -----

----- Disse, depois, que há 15 dias esteve doente e bateu com a vassoura no tecto para fazerem menos barulho, e eles bateram com tanta força com os pés no chão que parecia que deitavam o tecto abaixo. Tem várias vezes chamado a polícia, mas a polícia chegava só uma hora ou duas depois e já não havia barulho nenhum. -----

----- No ano passado fez queixa à GEBALIS e andaram para lhe bater, procurou sempre não andar no elevador para que não encontrasse o vizinho, mas um dia encontrou-o na rua e ele chamou-lhe todos os palavrões que havia de pior. -----

----- A casa agora foi vendida ao casal que meteu lá, há cerca de três meses, o filho, a nora e uma neta e o barulho duplicou. O desassossego era enorme, não sabia o que fazer. -----

----- Terminou pedindo à Assembleia que resolvesse o seu problema o mais depressa possível, para que pudesse ter sossego em sua casa, porque é muito doente e precisa de um ambiente sossegado. Há 18 anos, desde que morreu o seu marido, dormia com depressivos e agora nem com eles conseguia dormir. -----

----- (Entre na Mesa documentação referente ao assunto exposto) -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a Câmara estava presente e com certeza tomou devida nota desta questão, para que com a GEBALIS pudesse intervir no assunto. Mas, independentemente disso, enviaria à Câmara a intervenção e a documentação apresentada, e posteriormente daria resposta. -----

----- **A Sra. D. Silvina Martins Pereira**, moradora na Rua das Chagas, 29 – 1º dtº, 1200-106 Lisboa, falando em nome da Comissão de Pais da Escola n.º 12, na Rua da

Rosa, leu um muito extenso documento, denominado de Carta Aberta, onde referia que essa escola foi fechada há cerca de cinco anos e de então para cá não mais abriu, pese embora a Câmara dizer que aquele edifício só podia ser para fins escolares e nada mais. As obras iniciaram-se em 2003, o prazo de execução era de 40 semanas, mas se calhar seriam 80 porque ainda estavam longe de ser concluídas. -----

----- Entretanto, as crianças, cerca de 70, mudaram para a Rua Luz Soriano, para um edifício onde já tinha funcionado uma escola que havia sido encerrada por falta de condições. Com o encerramento da Escola n.º 12 esta escola da Rua Luz Soriano foi reaberta mas as condições mínimas continuavam a faltar. Não tinha nenhum espaço exterior que pudesse ser utilizado como recreio; a antiga cozinha, um espaço pequeno e com pouca luz natural, servia agora de refeitório; o acesso aos pisos superiores era feito por uma só escada; não existia qualquer plano de emergência em caso de incêndio e os extintores estavam fora de prazo; tinham dúvidas quanto à instalação eléctrica em termos de segurança; e existiam buracos nos tectos. -----

----- Terminava a Carta Aberta referindo que era de espantar a morosidade das obras da escola da Rua da Rosa e a celeridade na destruição do Convento dos Inglesinhos, o que considerava singularidades únicas num País da União Europeia, que faziam pensar que talvez um Presidente da Câmara estrangeiro fosse melhor defensor do património nacional. Acrescentava, ainda, que exigiam da Câmara que fossem tomadas medidas urgentes, e que se não fosse possível transferir de imediato a escola para a Rua da Rosa, que entretanto fossem criadas condições mínimas na escola da Rua Luz Soriano. -----

----- (Entregou na Mesa a Carta Aberta que referida na sua intervenção) -----

----- **O Senhor Presidente** disse que o documento seria enviado à Câmara e posteriormente seria dada resposta. -----

----- **O Sr. Acácio Vaz Pires**, morador na Rua Bartolomeu da Costa, 38 – 1º dtº, 1170-049 Lisboa, disse que falava em nome da Plataforma de organizações que se mobilizaram para promover um referendo municipal acerca da construção, ou não, do Túnel do Marquês, e nessa qualidade começou por referir que ao contrário do que a Câmara Municipal de Lisboa gostaria, o Supremo Tribunal Administrativo não disse que uma obra com as características do Túnel do Marquês não precisava de ser sujeita a um processo de avaliação de impacte ambiental, porque, de facto, o que o Supremo Tribunal Administrativo disse foi que o Túnel do Marquês não podia ser equiparado a um túnel do Metropolitano, pelo que se encontrava em aberto o estabelecimento de jurisprudência em relação à necessidade da realização de uma avaliação de impacte ambiental que viabilizasse obras com a tipologia do Túnel do Marquês de Pombal. ----

----- No entanto, foi iniciado um processo de avaliação de impacte ambiental, que a decisão do Supremo Tribunal Administrativo vinha tornar, para já, não obrigatória. Se a Câmara Municipal de Lisboa tivesse a certeza que o processo de avaliação de impacte ambiental lhe seria favorável, não se prepararia para iniciar a escavação do túnel, mesmo antes daquela avaliação estar concluída. Ao contrário, poderia a Câmara concluir os trabalhos à superfície e deixar o início das obras de escavação para quanto

o processo de avaliação de impacto ambiental estivesse concluído através de um parecer favorável à construção do túnel. -----

----- Mas, ao que parecia, a Câmara Municipal de Lisboa não só fez tudo o que lhe era possível para tornar a vida dos cidadãos, das Amoreiras à Praça Marquês de Pombal, num verdadeiro inferno, não adoptando nenhuma das medidas que lhe foram sugeridas para melhorar a vida dos lisboetas, como tinha medo que a avaliação de impacto ambiental lhe fosse desfavorável. -----

----- A esse propósito, valia a pena citar o relatório de peritos em ambiente urbano, elaborado pela União Europeia em de 1999, que dizia: “Tentativas de solucionar o congestionamento do tráfego urbano através do investimento em novas infra-estruturas rodoviárias, são ambientalmente inaceitáveis”. E, mais adiante, referia ainda: “A experiência demonstrou que todas as políticas de alargamento de estradas apenas diferem na velocidade do alargamento da construção do tráfego”. -----

----- Isso encontrava-se demonstrado por peritos de nível internacional que durante anos acompanharam as políticas de transporte em todos o mundo, mas a Câmara Municipal de Lisboa conseguia sustentar o que nenhum perito sustentava. E tornando-se óbvio o desperdício de dinheiros públicos, cabia citar o professor de economia, Aníbal Cavaco Silva, que na passada quinta-feira afirmara: “Por mais desorçamentação que se faça, por mais criatividade que haja nas finanças públicas, não há melhoria de produção que resista aos investimentos dos governos centrais e regionais, e das autarquias de baixíssima rentabilidade” Portanto, seria interessante que a Câmara Municipal de Lisboa pedisse conselho ao professor sobre a qualidade deste investimento. -----

----- Perguntou se os cidadãos de Lisboa deveriam ou não ter possibilidade de se pronunciar, por sua iniciativa, sobre uma obra que era paga com as suas contribuições. Mais de cinco mil lisboetas achavam que tinham esse direito, e os Senhores Deputados Municipais teriam oportunidade de, pela primeira vez na história da cidade, ficarem associados a um referendo de iniciativa popular. Os democratas e a democracia, estavam certos, fariam história.” -----

----- **A Sra. D. Maria do Rosário Rodrigues da Costa Cabral dos Santos Cortinhas**, moradora na Rua Reis Gomes, 8 – 1000-259 Lisboa, leu a exposição que a seguir se transcreve -----

----- Maria do Rosário Rodrigues da Costa Cabral dos Santos Cortinhas, residente na Rua Reis Gomes, n.º. 8, 1000-259 Lisboa, vem mais uma vez junto de V. Exa. expor o seguinte: -----

----- 1 - Pelo vosso ofício n.º. 1152/AML/04, de 31-05-2004, fui informada de que tinha sido remetida à Sra. Vereadora Eduarda Napoleão a minha exposição de 25 de Maio último, da qual junto fotocópia. -----

----- 2 - Também me informava que, uma cópia da mesma exposição tinha sido remetida à Comissão Permanente de Urbanismo, Rede Viária e Circulação. -----

----- 3 - Até à presente data nada mais sei sobre o assunto para o qual há mais de sete anos (desde 19-04-1996) venho solicitando resolução, através de muitos requerimentos, exposições e faxes enviados à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- 4 - Do mesmo modo continuo à espera que seja marcada a entrevista com a Exma. Sra. Vereadora Eduarda Napoleão, pedida pelo meu marido em 31-01-2004 (registo n.º 616/DMSC/04). -----

----- 5 - Apesar de todas as insistências, continuo sem acesso ao telhado, o que, nesta época de chuvas e vento me pode trazer graves prejuízos uma vez que não posso proceder à limpeza de algerozes e verificação do estado dos mesmos. -----

----- 6 - Se tal vier a acontecer, os danos causados serão da inteira responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa porque descurou e sobretudo ignorou as inúmeras reclamações e exposições por mim apresentadas desde 1996. -----

----- 7- Como cidadã que paga atempadamente todos os seus impostos e todas as taxas da C. M. L. sinto-me no direito de ser informada e ressarcida de prejuízos resultantes de toda a situação que me foi criada. -----

----- Pelo exposto, venho mais uma vez solicitar a V. Exa., Senhor Presidente, a sua intervenção para a resolução deste assunto. -----

----- (Entregou na Mesa a exposição acabada de ler) -----

----- **O Senhor Presidente** disse ter informação que a Câmara tinha posto em tribunal um processo sobre esse assunto, e ainda não havia decisão. De qualquer modo iria officiar novamente à Sra. Vereadora enviando esta nova exposição. -----

----- **O Sr. Miguel Albergaria**, morador na Rua Comandante Augusto Cardoso, 74, 1500-190 Lisboa, falando em nome da Comissão de Moradores do Bairro de Santa Cruz de Benfca, leu a exposição que a seguir se transcreve: -----

----- Estamos aqui porque as recentes alterações ao projecto que então contestámos, não estão de acordo com a Moção aqui aprovada, por unanimidade, nem com o prometido pelo Presidente da Câmara de Lisboa nem com a opinião da população local, entretanto expressa na recente Consulta Pública. -----

----- Desde 1996 lutamos contra o Nó da Damaia, e com razão, pelos muitos problemas que vai trazer para toda população: grande aumento de tráfego de automóveis e camiões, com poluição atmosférica e sonora, com degradação das construções e riscos de atropelamentos. A própria CRIL vai ser prejudicada com a introdução do Nó da Damaia, como os próprios técnicos o admitem. -----

----- Obtivemos reconhecimentos políticos fundamentais como resultado da nossa justa contestação: Moção da Junta de Freguesia de Benfca, Moção da Assembleia Municipal de Lisboa e compromisso pessoal do Presidente da C. M. Lisboa. De facto, a população recebeu a visita, no local, do Dr. Santana Lopes, acompanhado pelo Prof. Carmona Rodrigues, tendo garantido: “Não vai haver Nó da Damaia”. Garantiu ainda tudo ir fazer para que estrada passasse em túnel, sem prejudicar a população e sem demolir casas. -----

----- Mas afinal o Nó não foi eliminado e o “túnel” não é enterrado. Na consulta pública de Janeiro de 2004, a população da Damaia de Baixo e de Santa Cruz de Benfca foi unânime em contestar o facto de ainda se manter parte do Nó da Damaia. Além do mais, constatámos que o próprio “túnel” não é um túnel, mas sim um volume de betão com 3,5 metros de altura e 30 metros de largura, provocando um autêntico

“muro de Berlim”, cortando ligações entre a Damaia e Benfica. Na consulta pública declaramos isso mesmo e esperamos que a nossa posição fosse tida em conta. -----

----- Veio a nova Consulta Pública e constatámos que as alterações ao projecto ignoraram a população local, que pretendia eliminar completamente o Nó da Damaia e exigir que o dito “túnel” fosse digno desse nome: em vez de um monstro de betão, que faz uma barreira, passasse completamente enterrado. -----

----- Por tudo isto perguntamos: afinal para que serve a Consulta Pública, se depois somos ignorados e apenas se satisfaz as pretensões da C. M. Amadora? Para isso não seriam necessários Estudos de Impacte Ambiental, Consultas Públicas e Instituto do Ambiente: os engenheiros reuniam-se e “cozinham” os projectos sozinhos, longe da população. -----

----- Perguntamos também o que impede a resolução do problema nesta zona? A solução é fácil: bastaria baixar volume de betão 4 metros e já o dito “túnel” seria completamente enterrado. Assim sendo, já a CRIL podia ser afastada um pouco para o lado da Damaia, sem prejudicar ninguém e evitando as demolições de moradias e logradouros. Só que isto dificultaria a construção do Nó da Damaia. -----

----- Perguntamos ainda quem quer o Nó? E porquê? Só a C. M. Amadora o deseja, mas é o Estado e os contribuintes que o vão pagar. Para além dos custos em dinheiro e do sacrifício de toda uma população que vai sofrer degradação da qualidade de vida, vai-se transformar a CRIL numa nova 2ª Circular, e tudo isto responsabilidade da C. M. Amadora e por causa do empreendimento Falagueira/Venda Nova. -----

----- A concretizar-se isto, o Estado assume inequivocamente o papel de especulador imobiliário com o dinheiro dos contribuintes, em favor de interesses dúbios, prejudicando a população local e o próprio funcionamento da CRIL com total desrespeito pelas instituições democráticas. -----

----- Por tudo isto queremos saber, do elenco governativo e da oposição, o que têm feito e o que vão fazer para honre o compromisso aqui assumido por unanimidade? ---

----- Ao Prof. Carmona Rodrigues perguntamos o que se tem passado? Já se informou acerca das contradições entre que estava decidido enquanto Ministro e o recente projecto? O que pretende fazer? -----

----- E quanto à oposição, que não sabemos se fez algum acompanhamento da situação, o que pretende fazer agora? O vosso papel é fiscalizar o desempenho do Executivo. -----

----- É que já contactámos a C.M.L há quatro semanas, tivemos uma reunião há três, a Senhora engenheira Hélia Marques passou a semana seguinte em Madrid e na última semana tentámos o contacto e foi impossível ...deixámos mensagem e não nos ligou ...é que o tempo urge, e o concurso público vai sair por estes dias... Quanto a nós, estamos à disposição para prestar informação e esperamos a vossa disponibilidade para o nosso contacto. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a exposição acaba de ler seria enviada à Câmara, juntamente com a documentação anexa. -----

----- **A Sra. D. Maria Adelina Fortunato Pereira**, moradora na Vila Ferro n.º 101, 1070-189 Lisboa, falando em nome dos moradores de Vila Ferro, disse que a razão da

sua intervenção era pedir à Assembleia Municipal que se lembrasse dos moradores e comerciantes da Vila Ferro, pois continuavam esquecidos. Sabiam que houve uma prioridade, a encosta da Rua Inácio Pardelhas, e respeitavam-na. Mas para quem era para ser realojado até ao Natal de 2002, muito antes de ter aparecido essa tal prioridade já andavam a ser cozinhados em banho-maria. -----

----- Se antes de iniciarem os realojamentos as entidades responsáveis da Câmara Municipal acharam que as casas não tinham condições, perguntava como as achariam agora. E se se juntasse à questão das habitações os problemas resultantes do monte de entulho, casas devolutas, assaltos, ocupações ilegais, parque de estacionamento de carros roubados, incêndios, comerciantes que contavam moscas porque os clientes eram poucos ou nenhuns, esgotos, baratas, cobras e ratazanas, perguntava também o que poderiam achar da Vila Ferro neste momento. Ainda há dias o Sr. Jorge Dias, comerciante da Vila Ferro, tirou uma cobra do berço de um recém-nascido. -----

----- Portanto, esperar até quando. Desde há oito meses que continuavam à espera de uma resposta e até ao momento nada. E que ficasse bem claro que não lhes foi apresentada nenhuma alternativa. Aliás, até foi: duas casas no concelho da Amadora, e duas casas no Intendente, que acharam que não tinham condições, até porque essa alternativa era apenas quatro casas e estavam ainda 77 famílias na Vila Ferro. -----

----- Terminou dizendo que gostavam que lhes dessem resposta o mais urgente possível. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a intervenção seria enviada à Câmara Municipal e posteriormente daria a informação que lhe fosse prestada. -----

----- **O Sr. José Luís Pechirra**, morador na Rua Virgílio Martinho, n.º 7 – 2º esqº 1600-801 Lisboa, disse que há mais de 30 anos um grupo de jovens iniciou a construção da Rua Particular à Azinhaga dos Lameiros, rua essa que pertencia à Freguesia de Carnide, situava-se paralelamente à Estrada do Paço do Lumiar e a 50 metros das traseiras do Pólo Tecnológico, apenas construído 10 anos mais tarde que essa rua. -----

----- A rua era produto de um grande esforço de honestos trabalhadores, que iniciaram o seu trabalho com o arruamento adequado, colectores de esgotos provisórios e casas de alvenaria com comodidades adequadas, e nunca qualquer barraca. -----

----- De seguida começaram os contactos para a regularização das casas, e dez anos depois tinham os seus órgãos representativos constituídos – Comissão de Moradores – para dialogar com as entidades camarárias, e desde o primeiro dia contaram com a compreensão e apoio da Junta de Freguesia de Carnide. Reforçando a sua acção organizativa, criaram a Associação Futuro com Progresso, que agora ali representava como membros da Direcção, em 1996. -----

----- Tratava-se de uma rua que encerrava duas vertentes principais: solidariedade entre os sócios, que por sinal eram praticamente todos os seus habitantes, ausência de delinquência, respeito por todos das crianças aos idosos, miséria não evidente, diálogo permanente. -----

----- Do ponto de vista material, disse que mantinham um equilíbrio de vida com pequenas actividades empresariais de vária índole. A Associação conseguira a



implementação de um colector ligado à rede geral, a electricidade para iluminação e força motriz, telefones, gás natural primeiro que muitas zonas centrais da cidade, policiamento e a recolha atempada dos lixos, o que lhes deixava uma rua asseada. -----

----- Iniciaram o diálogo com a Câmara para legalização da rua, sempre com o apoio da Junta de Freguesia. Em 2002, após encontros com a Sra. Vereadora Margarida Magalhães e o seu *staff* técnico, tiveram a certeza dessa regularização, após a legalização do Bairro do Chapeleiro, na Ameixoeira. -----

----- Mas a Câmara mudou e apesar dos sucessivos esforços junto dos quadros técnicos nunca mais tiveram qualquer resposta. Falaram com o Director Municipal várias vezes, escreveram cartas à Sra. Vereadora responsável pelo Pelouro do Urbanismo, e há quase dois anos nada lhe era dito. Eram cidadãos de primeira para pagar contribuições autárquicas, esgotos, IRS, IRC, IVA, etc., mas eram clandestinos perante a cidade. -----

----- Pediu que fossem recebidos pela Comissão de Habitação e Urbanismo, para esclarecer aquilo que eventualmente fosse necessário, na companhia do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, que tanto os tem apoiado. -----

----- Solicitou também ao Executivo camarário que dispensasse a sua melhor atenção a este assunto, no sentido de encontrar uma solução adequada aos anseios desses moradores, e disse que ia entregar na Mesa um *dossier* mais detalhado das diligências da Comissão, com o pedido que o Sr. Presidente o mandasse distribuir também aos líderes das diversas bancadas. -----

----- Por fim, disse que como modesto dirigente da referida Associação, queria acreditar, como todos os associados acreditavam, que a Assembleia Municipal se iria sintonizar para dizer sim à pretensão que acabava de expor. -----

----- (Entregou na Mesa a documentação que referiu) -----

----- **O Senhor Presidente** disse ao munícipe que ao falar da Comissão de Habitação e Urbanismo incluía duas. Mas com certeza o que estava a pedir era para reunir com a Comissão Permanente de Habitação e Reabilitação Urbana. E, confirmado que era isso, acrescentou que tomou devida nota e seria feito o contacto. -----

----- **A Sra. D. Maria Adélia Tavares**, moradora na Rua Sousa Lopes, n.º 61 5º dtº, 1600-207 Lisboa, disse que mora no Bairro do Rego há quatro anos e meio e vinha pedir um desdobramento da habitação porquanto tem um filho com 12 anos e uma menina com oito meses. Há algum tempo meteu um requerimento à Câmara, mas dois meses depois recebeu a resposta dizendo-lhe que tinha sido indeferido. -----

----- E porque eram filhos de sexo diferente e teriam que ficar ambos no mesmo quarto, vinha agora colocar a questão à Assembleia porque teria dificuldade em responder se um dos seus filhos mais tarde lhe colocasse a questão porque era que dormiam ambos no mesmo quarto. -----

----- Disse, ainda, que foi à GEBALIS e lá disseram-lhe que não tinha direito a um quarto para a bebé, e essa era também uma razão por que estava ali a perguntar que futuro para os seus filhos. -----

----- (Entregou na Mesa documentação relativa ao assunto exposto) -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a Câmara estava presente, ouviu o que foi dito, mas, de qualquer maneira, oficiaria à Câmara a pedir a resolução do problema. -----  
----- Seguidamente, terminado o período de intervenção do público, declarou aberto o período de Antes da Ordem do Dia -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- **O Senhor Presidente** deu as seguintes informações: -----

----- Que a proposta 772/2004, ponto 2 da Ordem de Trabalhos, ficaria adiada para a reunião do dia 7 de Dezembro por falta do relatório do Revisor Oficial de Contas. -----

----- Que iam ser distribuídas, nas próximas quinta e sexta-feira, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento, documentos que iriam na próxima segunda-feira, dia 6, à reunião de Câmara e se aí houvesse alterações elas seriam distribuídas no dia a seguir, na reunião da Assembleia Municipal, aos Senhores Deputados Municipais. -----

----- **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS NÚMEROS 65, 66, 67, 68, 69 e 70.** -----

----- **O Senhor Presidente** pôs em apreciação as referidas actas, que previamente tinham sido distribuídas, e como ninguém desejou intervir sobre o conteúdo das mesmas de imediato as submeteu à votação, em conjunto, tendo a Assembleia deliberado aprová-las, por unanimidade. -----

----- Depois, informou que foram apresentadas e estavam já distribuídas as seguintes moções: -----

-----**MOCÃO NÚMERO UM**-----

----- “Nos últimos vinte anos verificou-se um acentuado crescimento ao nível dos principais indicadores de qualidade de vida e bem-estar económico social dos cidadãos portugueses fruto de políticas económicas e sociais de âmbito nacional, mas especialmente reflexo dos apoios estruturais vindos da União Europeia. -----

----- À acentuada melhoria de qualidade de vida dos portugueses associaram-se mais exigências e outras necessidades que antes eram privilégios de muito poucos. Um dos bens que rapidamente se generalizou e que se transformou num produto de grande consumo foi o automóvel, tendo o parque nacional crescido exponencialmente nas duas últimas décadas. -----

----- As acessibilidades às grandes cidades e os circuitos internos nessas cidades, bem como as ofertas de estacionamento, melhoraram e aumentaram significativamente, mas a um ritmo bastante inferior ao aumento do parque automóvel. -----

----- Os transportes públicos nos últimos vinte anos por razões diversas não tiveram um aumento da oferta e da qualidade compatível com o crescimento dos outros índices sócio-económicos, contribuindo ainda mais para o aumento da utilização dos veículos privados. -----

----- A economia mundial tem estado desde o início do último século assente no petróleo, tendo este produto sido responsável, como nenhum outro, pelo progresso da humanidade nos últimos cem anos. -----

----- O petróleo barato e acessível está a chegar ao fim e o mais dramático é que este epílogo coincide com uma cada vez maior dependência desse bem, é por isso

necessário reflectir sobre o futuro; como poupar combustível? Como encontrar energias alternativas? -----

----- Portugal dispõe de uma exposição solar invejável, de zonas batidas com frequentes ventos, muitas barragens, uma orla marítima extensa e alguma experiência na investigação de outras formas de energia, pelo que todos os investimentos em formas alternativas de energia serão bem recebidos e todos deveremos contribuir para isso. -----

----- 1. Torna-se por isso necessário procurar soluções que permitam atenuar não só a dependência do petróleo como garantam condições de circulação nas grandes cidades e defendam o ambiente contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes. -----

----- Estarão os lisboetas, ou melhor os habitantes da Grande Área Metropolitana de Lisboa preparados para modificar os seus hábitos de mobilidade? Estarão os concessionários dos transportes públicos preparados para aumentarem de forma significativa a quantidade e a qualidade desses transportes? Estarão os portugueses psicologicamente preparados para começar a pagar portagens pela entrada dos seus veículos nas grandes cidades? -----

----- Pensamos que o debate sobre estas e todas as matérias com elas relacionadas é útil e oportuno. Um debate aberto sem preconceitos de qualquer natureza nem taticismos partidários, com a cidade e os cidadãos como destinatários últimos de todos os potenciais benefícios que se encontrarem através do mais largo consenso possível que garanta que as decisões terão uma aplicação que ultrapasse os mandatos e se prolongarão independentemente dos resultados eleitorais futuros. -----

----- Assim, propomos que a matéria em causa seja objecto de apreciação pela Comissão Permanente de Urbanismo, Rede Viária e Circulação da Assembleia Municipal de Lisboa para o estudo da problemática da taxação das entradas de veículos em Lisboa e que seja idêntica proposta feita ao nível da Assembleia Metropolitana de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves, do PSD). -----

### **MOCÃO NÚMERO DOIS** -----

#### ----- Recomendação -----

#### ----- RUA PARTICULAR À AZINHAGA DOS LAMEIROS -----

----- “Considerando que a Rua Particular à Azinhaga dos Lameiros é um núcleo habitacional com mais de 40 anos, situado junto ao Pólo Tecnológico, freguesia de Carnide, sendo ainda um bairro de génese ilegal; -----

----- Considerando que a Rua é asfaltada, com placa toponímica camarária, esgotos da rede geral, com electrificação e fornecimento de água da EPAL, recolha de lixo na periodicidade normal da Cidade, constituída genericamente por pequenas vivendas e alguns prédios com 6 a 8 fogos e que é fruto do empenhamento esforçado dos seus proprietários, trabalhadores por conta de outrem ou pequenos empresários que com grandes sacrifícios pessoais a conseguiram edificar; -----

----- Considerando que os moradores da zona estão agrupados numa Associação de Moradores - Futuro com Progresso; -----

----- Considerando que os moradores da zona se encontram integrados na vida comunitária da Freguesia de Carnide; -----

----- Considerando a existência de anteriores contactos entre a Associação Futuro com Progresso e a Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- Considerando que a Junta de Freguesia de Carnide concorda com a legalização da Rua Particular à Azinhaga dos Lameiros; -----

----- Os Deputados Municipais do P.C.P. propõem à Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 30 de Novembro de 2004, que recomende à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. Se empenhe neste processo com vista a concretizar os legítimos anseios dos moradores da Rua Particular à Azinhaga dos Lameiros; -----

----- 2. Receba os representantes dos moradores e que com eles tenha um diálogo construtivo que possa trazer uma solução justa e condigna num curto espaço de tempo; -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa delibera ainda tornar publica esta recomendação através da sua publicação em dois jornais diários.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Paulo Quaresma, do PCP). -----

----- **MOCÃO NÚMERO TRÊS** -----

----- “1. Considerando as estruturas do século XVI encontradas nas escavações do silo automóvel das Portas do Sol; -----

----- 2. Considerando o artigo do jornal “Público”, assinado pela arqueóloga e funcionária do Instituto Português de Arqueologia (IPA), Jacinta Bucalhão, onde se afirma que a EMEL pôs em causa, não só a legislação da salvaguarda do património histórico, como também o Plano Director Municipal, que obriga à escavação arqueológica prévia do subsolo a afectar; -----

----- 3. Considerando todas as notícias vindas a público que põem em causa o modo como a EMEL tem vindo a proceder nos trabalhos do silo de Alfama, não cuidando do respeito histórico; -----

----- 4. Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa (CML) é a única proprietária do terreno em questão; -----

----- 5. Considerando que a EMEL deu início à obra sem ter previamente entregue o projecto de arquitectura ao IPPAR, e ainda sem sequer ter o número de licenciamento da CML; -----

----- 6. Considerando que a funcionária do IPA foi proibida de exercer o seu dever legal de fiscalização, na medida em que a EMEL chamou a Polícia Municipal para impedir a sua entrada na obra, ao que esta funcionária mandou chamar a Polícia de Segurança Pública (PSP) que tomou nota da ocorrência; -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 30 de Novembro de 2004, decida: -----

----- 1. Condenar as ilegalidades cometidas pela EMEL na construção do silo automóvel de Alfama; -----

----- 2. Solicitar que a Câmara Municipal de Lisboa cumpra a legislação portuguesa e, como accionista única da EMEL, obrigue esta empresa municipal a cumprir igualmente toda a legislação da República Portuguesa; -----  
----- 3. Reclamar que se tomem de imediato todas as medidas necessárias à preservação e salvaguarda de todo o património histórico da cidade; -----  
----- 4. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa, com carácter de urgência e num prazo de 30 dias, um relatório completo sobre as medidas tomadas para defesa de tão rico património histórico.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE). -----

#### ----- **MOÇÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- 1. Considerando as notícias vindas a público sobre o envio, no passado dia 28 de Outubro, de cartas de destituição de funções a todos os directores da EPUL; -----

----- 2. Considerando que as duas últimas administrações de nomeação do Dr. Pedro Santana Lopes já tinham chegado à nomeação de 14 directores; -----

----- 3. Considerando que as notícias públicas falavam de directores a receberem, numa empresa inteiramente municipal, 7.500 euros mensais; -----

----- 4. Considerando que vários directores começaram a tentar arranjar justificação para receberem indemnizações pela sua destituição; -----

----- 5. Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa ainda não informou esta Assembleia Municipal sobre os valores previsíveis das indemnizações a receber pelos administradores do Conselho de Administração de Sequeira Braga, apesar de aqui já ter sido solicitada tal informação; -----

----- 6. Considerando que a mesma notícia vinda a público fala da aquisição de novas viaturas para os administradores, tendo o administrador delegado, na maior das canduras, tido o descaramento de informar os jornalistas de que há directores com carros que custam cerca de 950 euros/mês. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 30 de Novembro de 2004, decida: -----

----- 1. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa, como única accionista da EPUL, a entrega nesta Assembleia Municipal, no prazo de 30 dias, um relatório exaustivo sobre as demissões do referidos directores, indicando quem são, quantos são, quem os nomeou e quando ocorreu essa mesma nomeação; para cada um dos directores a indicação de quanto recebia de ordenado, despesas extras, cartões, automóveis atribuídos e respectivos custos, e quanto reclamam de indemnização cada um; -----

----- 2. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa a informação dos custos da aquisição dos novos automóveis dos administradores da EPUL.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE). -----

#### ----- **MOÇÃO NÚMERO CINCO** -----

----- “1. Considerando as declarações do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa em proceder ao reinício imediato das obras do Túnel do Marquês; -----

----- 2. Considerando que a decisão do Tribunal Supremo de levantar a suspensão das referidas obras surgiu em pleno processo de consulta pública de Impacte Ambiental do projecto de Concepção/Construção do Túnel do Marquês; -----

----- 3. Considerando que a referida consulta pública termina já no próximo dia 17 de Dezembro; -----

----- 4. Considerando que 13 questões colocadas pelo Instituto do Ambiente permanecem por responder; -----

----- 5. Considerando que os estudos exigidos pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa constituem procedimentos técnicos essenciais; -----

----- 6. Considerando que o Túnel do Marquês irá somente transferir o tráfego da superfície para o subterrâneo, sendo as melhorias pouco significativas; -----

----- 7. Considerando que esses mesmos benefícios dependem de alterações de semaforização; -----

----- 8. Considerando que a participação cidadã constitui, não um entrave, mas um verdadeiro contributo para a Cidade. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 30 de Novembro de 2004, decida: -----

----- 1. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que considere um processo claro e correcto, de procedimentos técnicos essenciais e pelo exercício da plena cidadania participativa, não dando início às obras sem que esteja devidamente concluído todo o processo de apreciação da referida obra; -----

----- 2. Publicar esta moção na comunicação social conforme o usual.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE). -----

#### **MOCÃO NÚMERO SEIS**

----- Voto de Pesar -----

----- “Yasser Arafat, Presidente da Organização de Libertação da Palestina e da Autoridade Nacional Palestiniana faleceu no passado dia 11 de Novembro, no Hospital Militar de Percy, nos arredores de Paris. -----

----- Nascido em Agosto de 1929, desde muito jovem foi influenciado pela luta de libertação dos povos colonizados da Palestina contra o Império Britânico e se envolveu activamente nesta luta. Enquanto estudante de Engenharia, no Cairo, assumiu a liderança da Liga de Estudantes Palestinos. -----

----- Face à contínua expulsão dos palestinianos do seu território funda em 1958, juntamente com outros companheiros, a organização de resistência Al-Fatah, que é incorporada na Organização de Libertação da Palestina, face à necessária unidade das forças de resistência. Em Fevereiro de 1969 Yasser Arafat é eleito presidente da OLP. -

----- No final da década de 80 a Organização de Libertação da Palestina proclama um estado palestiniano no exílio e Arafat reconhece e aceita a Resolução 242, o direito a todas as partes do conflito a existirem, a recusa do terrorismo e a aceitação do Estado de Israel. Em 1994 recebe o Prémio Nobel da Paz, em conjunto com Yitzhak Rabin e Shimon Peres. -----

----- Desde Março de 2002 Yasser Arafat viveu sitiado pelas forças israelitas na sede da Autoridade Nacional Palestiniana, a Muqata, em Ramallah na Cisjordânia, onde resistiu aos vários ataques e bombardeamentos do exército israelita, que destruindo tudo não conseguem destruir o sonho de um povo que quer ser livre na sua própria pátria. -----

----- Yasser Arafat dedicou a vida à luta do povo da Palestina pelo direito nacional. inalienável e foi um protagonista destacado no movimento de emancipação dos povos árabes por uma paz justa e duradoura no Médio Oriente. -----

----- O falecimento de Arafat constitui uma perda para os povos de todo o mundo, para todos os que prezam os valores e os ideais da paz e de um mundo mais justo. Mas a luta do povo palestino pela libertação dos territórios ilegalmente ocupados por Israel e pelo direito ao seu próprio Estado na Palestina continua! -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 30 de Novembro de 2004, delibera: -----

----- 1. manifestar as suas condolências à família de Yasser Arafat e ao povo palestino. -----

----- 2. recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a atribuição do nome de Yasser Arafat a uma rua de Lisboa. -----

----- 3. publicar este voto de pesar na imprensa diária.” -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Ana Páscoa Baptista, do PCP). -----

----- **MOÇÃO NÚMERO SETE** -----

----- “Com a morte de Yasser Arafat a questão da Palestina voltou a estar na ordem do dia e a merecer a atenção da comunidade internacional para a situação dramática vivida pelos palestinos nos territórios ilegalmente ocupados por Israel. -----

----- Em 1948 o recém-formado Estado de Israel ocupou a Palestina, destruindo a sociedade aí existente e tornando os palestinos numa minoria no seu próprio país. --

----- Dos oito milhões de palestinos, metade vive na diáspora, um milhão em Israel, onde é alvo de toda a espécie de opressão e discriminação, e três milhões na Cisjordânia e Faixa de Gaza, em verdadeiros guetos cercados, sem liberdade de movimentos e sem viabilidade económica. -----

----- A situação nos territórios ocupados é um verdadeiro inferno, com elevados índices de repressão, violência e total desrespeito pelos direitos humanos. Sistemáticamente os palestinos são desalojados das suas terras de cultivo, vêem os seus olivais e as suas casas destruídas, os seus filhos mortos, incluindo centenas de crianças. Só nos últimos quatro anos morreram cerca de quatro mil palestinos, fruto dos bombardeamentos e incursões israelitas. Particularmente grave e criminoso foi o bombardeamento, em Maio, de uma manifestação pacífica de solidariedade com as vítimas de retaliações contra as populações em Gaza. Estes crimes não podem ficar impunes e devem merecer o repúdio de todos os que prezam a liberdade, a justiça e os direitos humanos. -----

----- Toda esta situação de terror e instabilidade que se vive na zona é geradora de um clima de extrema pobreza; em Gaza 70% da população vive de caridade e o corte dos meios de comunicação impede o deslocamento das pessoas para os locais onde poderiam ganhar a vida; também o facto de os materiais necessários para a produção industrial serem controlados por Israel tem contribuído para a total paralisia da actividade de manufactura em Gaza e na Cisjordânia. -----

----- Afectado também está o ensino e o direito elementar à educação que todas as crianças e jovens devem ter. Segundo dados da UNICEF no ano lectivo de 2003/04

mais de 197 mil crianças e 9.300 professores não puderam frequentar a escola, 580 escolas foram encerradas e 296 danificadas e 275 estão na linha de confrontação directa. Desde 2000 2610 crianças e jovens foram feridos no trajecto para a escola, 245 assassinados e 166 presos. A estes dados ninguém pode ficar indiferente! -----

----- Face a esta situação o Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa reunida em 30 de Novembro de 2004 delibere: -----

----- 1. Manifestar solidariedade com o povo da Palestina na sua justa luta pelo direito a um Estado livre e soberano. -----

----- 2. Exigir que se retomem seriamente as negociações com vista a uma paz duradoura entre palestinianos e israelitas. -----

----- 3. Publicitar esta Moção na imprensa diária.” -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Ana Páscoa Baptista, do PCP). -----

----- **MOÇÃO NÚMERO OITO** -----

----- **CONTRA A INSTALAÇÃO DA FEIRA POPULAR NO JARDIM DO TABACO** --

----- “A Câmara Municipal de Lisboa tem vindo a anunciar, através do seu Presidente, que a Feira Popular irá ficar localizada ao Jardim do Tabaco, em 2,5 hectares de área dos terrenos da Administração do Porto de Lisboa. -----

----- A Câmara Municipal apresentou o Facto como sendo uma decisão já tomada e definitiva, mas afinal, continuamos a ter uma gestão municipal feita “por tentativas”, ou seja, fazem um anúncio para perceberem as reacções e depois vão recuando, ... recuando, ... para dizerem que «a localização da nova Feira Popular é uma matéria que está a ser estudada e que se encontra totalmente em aberto». -----

----- Considerando que a matéria está em fase de estudo importa sensibilizar a Câmara Municipal para o facto de aquela localização ser a pior possível, porquanto importa fortalecer as ligações dos lisboetas com o rio, mas esta proposta não corresponde a esse objectivo. -----

----- Com efeito, os impactos negativos desta localização são enormes, designadamente no que respeita às acessibilidades e ao estacionamento, e ao direito às vistas, por parte dos residentes. -----

----- Nestes termos, o Grupo Municipal do PS propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, hoje reunida delibere: -----

----- 1. Manifestar a sua oposição à intenção da Câmara Municipal de Lisboa de instalar a Feira Popular no Jardim do Tabaco; -----

----- 2. Recomendar à CML que dê conhecimento à Assembleia Municipal dos três locais alternativos para a instalação da Feira Popular, para que a Assembleia Municipal possa acompanhar o evoluir do projecto; -----

----- 3. Publicar esta Moção num jornal diário e dar conhecimento desta deliberação às Assembleias e Juntas de Freguesia do Concelho.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Dias Baptista, do PS). -----

----- **MOÇÃO NÚMERO NOVE** -----

----- **CONTRA O RECOMEÇO IMEDIATO DAS OBRAS DO TÚNEL DO MARQUÊS**



----- “Considerando que o Supremo Tribunal Administrativo decidiu levantar o embargo às obras do Túnel do Marquês, e que a Câmara Municipal de Lisboa anunciou que vai recomeçar de imediato as obras. -----

----- Considerando que se encontra em consulta pública o Estudo de Impacte Ambiental até ao dia 17 de Dezembro, seria muito útil que a Câmara Municipal aguardasse pela decisão do Ministério do Ambiente. -----

----- Sobretudo, porque a decisão do Supremo Tribunal Administrativo de que a obra não necessita de estudo de impacte ambiental se tratou de uma questão de direito, pelo que a Câmara Municipal de Lisboa ficará responsável se avançar com a obra sem ter em consideração as questões colocadas no EIA. -----

----- Contudo, esta decisão do Supremo não desobriga a Câmara Municipal de dar resposta a algumas questões suscitadas no Estudo de Impacte Ambiental, designadamente que «A descida da Av. Joaquim António de Aguiar é feita maioritariamente com uma pendente de -9,345%...», ou ainda que, «Nas rampas, por vezes, estão localizadamente previstas pendentes de 11%”. -----

----- Outra das questões de segurança que a Câmara Municipal deve resolver são as interferências com as galerias em túnel do Metropolitano de Lisboa, como refere o EIA «Um dos condicionamentos especiais que se colocam à concepção/construção do túnel é o que se relaciona com o troço implantado sobre o túnel do metropolitano, no final do ramo de saída na Av. Fontes Pereira de Meio. São interferidas, com directa sobreposição do novo túnel, as galerias da Linha Azul, em cerca de 40 m de extensão, e da Linha Amarela, em cerca de 120 m de extensão. A construção ao longo desta última, com a proximidade da ordem de 1,0 a 1,5m, verifica-se em cerca de 220 m. Assim, o risco associa-se a uma probabilidade de ocorrência possível, embora no caso de se verificar possa assumir efeitos muito significativos e eventualmente irreversíveis e graves para túnel e metro. Neste contexto, e na perspectiva do projecto torna-se fundamental assegurar reforços estruturais nessa zona». -----

----- Nestes termos, o Grupo Municipal de Lisboa do PS propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa hoje reunida delibere: -----

----- 1. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que tendo em conta as razões de segurança colocadas no Estudo de Impacte Ambiental não recomece as obras sem a Declaração de Impacte Ambiental (DIA), aproveitando para reduzir a obra aos desnivelamentos dos cruzamentos da Rua Castilho e da Rua Artilharia Um; -----

----- 2. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que tenha em consideração as recomendações feitas no EIA que contribuem para aumentar os níveis de segurança; --

----- 3. Publicar esta Moção num jornal diário e dar conhecimento a todas as Assembleias e Juntas de Freguesia do Concelho de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Dias Baptista, do PS). -----

----- **MOCÃO NÚMERO DEZ** -----

----- “Para a realização de um referendo sobre o Tratado Constitucional da União Europeia foi aprovada pela Assembleia da República a seguinte pergunta: “Concorda com a Carta de Direitos Fundamentais, a regra das votações por maioria qualificada e

o novo quadro institucional da União Europeia, nos termos constantes da Constituição Europeia?” -----

----- Para começar citemos as afirmações, lidas na Imprensa, dos Constitucionalistas Costa Andrade e Jorge Miranda, respectivamente “A pergunta não é feliz” e “capciosa, para ser votada favoravelmente”. De facto, com a infeliz e capciosa pergunta não se pede ao Povo Português que diga se aprova ou não o Tratado da Constituição Europeia. -----

----- Na realidade, estamos perante três “capciosas” perguntas e uma “infeliz” afirmação. -----

----- As duas primeiras perguntas – Carta dos Direitos Fundamentais e votações por maioria qualificada – versam sobre assuntos que já têm sido largamente debatidos nos países da União Europeia, sem que para tal se tenha reconhecido ser necessária a existência de uma Constituição; são “capciosas” porque parece pretenderem influenciar - com um “não” ou, mais provavelmente com um “sim” – a resposta à terceira pergunta “o novo quadro constitucional da União Europeia”; pergunta essa que se completa praticamente com a capciosa afirmação de que tudo se passa “nos termos da Constituição Europeia”, o que leva o desprevenido cidadão a partir do princípio de que essa Constituição já está aprovada e em vigor. E, se pensar um pouco mais, a não perceber qual a razão por que o incomodam com um referendo acerca desses assuntos. -----

----- Ora, afigura-se que a consulta ao Povo Português deveria revestir-se da maior simplicidade; nem se compreende que não o devesse ser. Por exemplo: “Aprova ou não a adesão de Portugal a uma Constituição Europeia?” Sim, Não. Não seria mais correcto e claro? -----

----- Evidentemente, fazendo preceder o referendo de um amplo e indispensável debate como se propôs na Moção, aprovada por maioria, que a Assembleia Municipal enviou em 27 de Outubro p.p. a Suas Excelências os Senhores Presidente da República e Primeiro-Ministro. -----

----- Tem sido argumentado por alguns que a nossa Constituição não permite que se efectue um referendo desse tipo. -----

----- Mas, se não o permite, por que razão não se promove a necessária Revisão Constitucional, tratando-se de um assunto tão importante para a nosso País?! -----

----- De contrário, se isso for necessário e não se fizer, e se submeter o Povo Português a um infeliz e capcioso referendo, estar-se-á a cometer uma indesejável inconstitucionalidade ao ferir grave e deliberadamente o princípio constitucional que determina que ‘a soberania una e indivisível reside no Povo.’ -----

----- Assim, propõe-se que seja submetido à aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa o seguinte: -----

----- 1. Que, com prévia Revisão Constitucional ou não, conforme se verifique ser ou não necessária, o referendo a submeter ao Povo Português se revista de forma bem clara, enunciando somente o que se pretende conhecer: Se aprova ou não a adesão de Portugal à Constituição Europeia. -----

----- 2. Se a proposta anterior for aprovada, que sejam enviadas cópias desta Moção a Suas Excelências os Senhores Presidente da República, Presidente da Assembleia da República e Primeiro-Ministro. -----

----- 3. Sejam também enviadas cópias a dois dos jornais mais lidos.” -----  
----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma, do PPM). -----

----- **MOÇÃO NÚMERO ONZE** -----

----- “Ficámos a saber, pela Imprensa portuguesa, que a acção posta em tribunal, por acção popular, contra a CML a propósito do ‘Túnel das Amoreiras’ foi vencida por decisão do Supremo Tribunal Administrativo. -----

----- Ao modo exuberante como a primeira decisão foi publicitada seguiu-se um prudente comedimento. E aqueles que, embora sem se terem comprometido directamente com o autor da acção, aproveitaram a oportunidade para tentarem denegrir o então Presidente da Câmara e a sua Vereação tentam, pelo silêncio, fazer esquecer aquilo que disseram a despropósito dessa acção como, por exemplo, a influência das obras no Túnel do Rossio. -----

----- Mas, lá voltam à carga: agora é a urbanização da Rua de Artilharia Um que vai influir no Túnel do Rossio baseando esta teoria em palpites jornalísticos sem qualquer suporte científico. -----

----- Pior de tudo é que não pararão; logo que este assunto esteja resolvido outros aparecerão. -----

----- Assim o PPM propõe a seguinte: -----

----- **MOÇÃO** -----

----- A AML solicita à CML que, no mais curto espaço de tempo, encomende ao LNE ou a qualquer outra entidade idónea: -----

----- Definição das áreas de influência do Túnel do Rossio e da rede do Metro. -----

----- Definição das condicionantes construtivas a considerar nas referidas áreas. -----

----- Estudo da influência do Túnel do Metro, na zona do Terreiro do Paço, sobre os aterros dessa zona. -----

----- Estudo da influência da construção do parque de estacionamento da R. Castilho/ Marquês de Pombal no movimento das águas subterrâneas já que o mesmo se encontra em zona húmida. -----

----- Estudo da influência do Parque de estacionamento do Martim Moniz no movimento das águas subterrâneas dessa zona que corresponde a uma antiga linha de água. -----

----- Mais propõe o PPM que esta Moção e respectiva introdução sejam publicados em dois jornais diários.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Ferreira Pereira, do PPM) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO DOZE** -----

----- “Morreu Yasser Arafat *leader* do Povo Palestino. Para uns um grande defensor do seu povo; para outros um assassino, um terrorista, um homem sem escrúpulos um corrupto ... -----

----- É cedo para se fazer a história dos últimos 50 anos; mas uma coisa é indesmentível: o Povo Palestino foi deslocado do seu território por uma decisão da ONU. -----

----- É inadmissível que baseado em direitos históricos caducados há quase dois mil anos se tenha reconhecido aos judeus, não só aos que tivessem nascido nesses territórios mas a todos os que, dispersos pelo Mundo, o direito de voltar à Terra Prometida dos textos bíblicos. As consequências estão à vista: guerra, atentados bombistas, deslocação de populações ... -----

----- Para aumentar as dificuldades, há já, em Israel, largas gerações de judeus, nascidos nessa terra e sem qualquer ligação aos locais de onde os seus pais e avós vieram. -----

----- Talvez da morte de Arafat resulte uma pausa em que todos os envolvidos procurem, em conjunto, uma solução para este grave problema. Essa solução terá que passar, inevitavelmente, pelo mútuo reconhecimento da existência de um Estado Palestino e de um Estado Judaico com condições de sobrevivência e dignidade mútuas. -----

----- Posto isto, propõe o PPM a seguinte -----

#### ----- MOÇÃO -----

----- A AML reunida em 30 de Dezembro de 2004 decidiu: -----

----- Apresentar às Autoridades Palestinas as suas condolências pela morte de Yasser Arafat -----

----- Manifestar a esperança na resolução do problema Palestino com o respeito mútuo dos direitos dos povos Palestino e Judaico pelo que exorta a U.E. a participar, activamente, na procura de uma solução justa e duradoura. -----

----- Esta Moção deve ser publicada em um jornal diário e transmitida às autoridades Palestinas, à Embaixada de Israel e à U. E.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Ferreira Pereira, do PPM) -----

#### ----- **MOÇÃO NÚMERO TREZE** -----

----- Em Memória de Fernando Valle -----

----- “Se há vidas com sentido, vidas que deixaram uma marca na humanidade, uma delas foi, seguramente, a vida de Fernando Valle. -----

----- Médico, Republicano, Democrata, Maçon, Resistente Antifascista, Intelectual e Socialista, tudo isto foi Fernando Valle durante a sua longa vida. -----

----- Nascido em 1900 e falecido em 2004, durante estes seus 104 de vida, Fernando Valle foi sempre um exemplo de dedicação para com os seus concidadãos, para com os seus amigos e camaradas e foi sempre fiel aos seus valores cívicos e republicanos da Liberdade, Igualdade e Fraternidade. -----

----- Como Médico, para além de se ter dedicado ao ensino – apesar das perseguições que lhe foram movidas a mando do ditador – sempre foi conhecido como o médico de toda a gente, particularmente dos mais humildes, a quem manifestou sempre a sua disponibilidade para apoiar e ajudar, daí ser tão estimado pelas gentes da sua terra. ----

----- Como Republicano e Democrata participou em todas as lutas e conspirações que visavam a defesa dos seus ideais e como Antifascista esteve sempre na linha da frente

da luta contra as ditaduras na Península Ibérica, uma vez que também esteve activo na resistência republicana antifranquista. -----

----- Perseguido e preso por diversas vezes, refugiado político outras tantas, Fernando Valle desde cedo se assumiu como Socialista e foi fundador do Partido Socialista de que era seu Presidente Honorário. -----

----- Como Maçon sempre foi exemplar na sua postura solidária e fraterna para com todos os seres humanos, que fizeram dele uma referência histórica a nível mundial e um património de todos os Portugueses. -----

----- O seu funeral – pela enorme multidão que juntou e pela presença das mais ilustres figuras da nação e dos mais altos representantes do Estado – foi prova da enorme estima e consideração que mereceu sempre de todos, independentemente dos quadrantes políticos e origens sociais, onde se pôde constatar um profundo pesar e um genuíno sentimento de perda nacional. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa associa-se a esta manifestação de luto pela perda de tão eminente vulto nacional e da humanidade e presta sentida homenagem ao Homem, Cidadão Português, que pelo exemplo da sua vida sempre Honrou Portugal, deliberando: -----

----- 1. Apresentar as suas sentidas condolências família enlutada, bem como ao Partido Socialista, ao GOL e à Maçonaria Portuguesa (Grande Oriente Lusitano). -----

----- 2. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que delibere atribuir a uma artéria da Cidade de Lisboa, o nome do Doutor Fernando Valle, médico, socialista e maçom.”-  
----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Dias Baptista e Miguel Coelho, do PS) ---

----- **MOÇÃO NÚMERO CATORZE** -----

----- “1. Considerando o falecimento do Presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat; -----

----- 2. Considerando o papel histórico de resistente do povo palestiniano de Yasser Arafat; -----

----- 3. Considerando que quando o resistente Yasser Arafat estava cercado na capital da Autoridade Palestiniana, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou uma recomendação à Câmara Municipal de Lisboa no sentido de proceder aos contactos necessários para a geminação de Lisboa com Ramallah; -----

----- 4. Considerando que passaram mais de dois anos desde a aprovação dessa mesma recomendação; -----

----- 5. Considerando que até hoje a Câmara Municipal de Lisboa não deu qualquer resposta, nem qualquer seguimento à referida recomendação. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 30 de Novembro de 2004, decida: -----

----- 1. Condenar publicamente a Câmara Municipal de Lisboa pelo seu desrespeito para com as deliberações desta Assembleia Municipal; -----

----- 2. Enviar essa mesma recomendação ao Exmo. Senhor Embaixador da Autoridade Palestiniana em Portugal; -----

----- 3. Exigir uma clara resposta da Câmara Municipal de Lisboa à recomendação aprovada há mais de dois anos.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE) -----  
----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer que relativamente à Moção n.º 1, por sugestão do Bloco de Esquerda, entregaria depois na Mesa uma pequena alteração relativamente à taxação nas entradas da cidade, no sentido de que essa matéria fosse canalizada para a Comissão Permanente competente, portanto que não fosse objecto de criação de uma Comissão Eventual. ----  
----- Mas o que o levava a usar da palavra eram duas moções apresentadas, a propósito da decisão do Supremo Tribunal Administrativo, sob o Túnel do Marquês, concretamente as moções n.ºs 5 e 9, respectivamente do BE e do PS. -----  
----- Tiveram há pouco tempo um debate exaustivo relativamente ao Túnel do Marquês, e na altura teve oportunidade de expender alguns argumentos sobre a matéria. A páginas 44 da respectiva acta, dizia o Deputado Municipal Miguel Coelho que era surrealista ainda estarem a defender, do ponto de vista jurídico, uma outra solução sobre a resolução final do Túnel do Marquês, e realmente vinha-se agora a verificar que não era surrealista como se podia ver pela decisão do tribunal, que ainda não teve oportunidade de ler em pormenor uma vez que foi distribuída agora. Mas realmente a decisão era muito clara quando concedia provimento ao recurso, revogando o Acórdão recorrido. -----  
----- E quando estavam com grande entusiasmo pela segunda decisão assumida pelo Tribunal Central, estava na cara, com aquela fundamentação, o campo aberto que tinha sido deixado em Segunda Instância quando o Tribunal Central admitira que não estavam perante uma lista fechada mas, eventualmente, por um clausulado aberto, e que quem seguisse uma tese maximalista, que foi o caso do Tribunal Central, iria naturalmente confirmar a decisão. Mas claro que assumiu que haveria uma outra tese minimalista a saber, que como era evidente veio a ser seguida pelo Supremo vindo a dar razão à Câmara. -----  
----- Portanto, esteve bem a Câmara Municipal de Lisboa quando sustentou que realmente não era necessário a realização do Estudo de Impacte Ambiental, fundamentada não só no argumento histórico, no argumento comparado com outras cidades europeias, e, principalmente, pela ordem jurídica aplicável. Manteve-se firme a Câmara Municipal nessa matéria, houve duas decisões noutra sentido, mas em Instância de recurso, em última Instância, como se costuma dizer com o trânsito em julgado completado, veio a ter razão, portanto a ser confirmada a sua opinião e conseqüentemente a possibilidade de recomeçar as obras. -----  
----- Mas essas duas moções, se vissem com atenção, eram capciosas porquanto invocavam um problema em que, aparentemente, se tentava passar a ideia de que estava a decorrer a consulta pública, quando teriam que ter em atenção que já houve consulta pública uma vez que esta matéria foi sujeita, nos termos da Lei da Acção Popular e Participação Procedimental, a discussão pública, e até houve na altura uma consulta pública em sede dessa associação específica. -----  
----- Portanto, como então tinha recordado nesse debate, estavam perante um duplo processo e naturalmente era um excesso, também por apelo, aos princípios de alguma economia administrativa e de celeridade em matéria de decisão. -----

----- Mas essas moções, como esta a dizer, aparentemente invocavam que tudo estaria concluído a 17 de Dezembro, ao referirem que nessa data terminava a consulta pública e seria muito útil que a Câmara aguardasse pela decisão do Ministério do Ambiente. Só que se esqueciam de recordar, ambas as moções, que após a conclusão da consulta pública, a 17 de Dezembro, decorriam 15 dias para a apresentação do relatório dessa consulta, (art.º 14º, n.º 5, da Lei de Impacte Ambiental) sobre esses 15 dias depois havia 25 dias para haver a propositura do parecer final da via, (art.º 16º, n.º 1, da Lei de Impacte Ambiental) para depois haver 15 dias para a emissão da via, (art.º 18º, n.º 1, da Lei de Impacte Ambiental) o que significava que depois de 17 de Dezembro teriam mais 55 dias que, de acordo com a legislação, seriam dias úteis. -----

----- Por conseguinte, as moções referiam que a consulta terminava a 17 de Dezembro, mas esqueciam-se de invocar – e aí ambas deveriam ter sido sérias a esse ponto – que ainda havia 55 dias úteis a acrescer à data final da consulta pública, o que atirava o processo para uma demora de mais cerca de dois meses e meio. -----

----- Portanto, o que politicamente as moções pretendiam era que se aguardassem mais 55 dias úteis até uma decisão final em matéria de impacte ambiental. E se era verdade que a avaliação de impacte ambiental foi iniciada por decisão do tribunal, não conseguia entender que tendo a última Instância dito que não havia necessidade de Estudo de Impacte Ambiental, porquê manter o processo administrativo quando ele foi exactamente iniciado por processo judicial que agora foi revogado. -----

----- Não manter uma decisão da administração, agora ao arrepio de uma decisão de um tribunal, que, enfim, era o Supremo Tribunal que lhe parecia que tinha obvia legitimidade como Instância de recurso, era algo que não compreendia e por isso as moções teriam a mais veemente oposição do PSD. -----

----- Isso sim, é que lhe parecia que era claramente surrealista! -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, começou por dizer que o PCP iria votar favoravelmente as 14 moções apresentadas, com excepção de três. Concretamente, votariam contra as moções n.ºs 11 e 12 e iriam abster-se na votação da n.º 10. -----

----- Quanto à Moção n.º 1, começou por dizer que o Governo apresentou uma proposta à revelia das autarquias, que naturalmente tinha implicações, o PCP estava contra as portagens, especialmente no contexto em que se inseriam, porque havia outras soluções, essas sim importantes. O Deputado Municipal Victor Gonçalves, subscritor da Moção, seguiu a esteira do Governo, já anteriormente a Câmara também tinha concordado com essa proposta, mas o PCP rejeitava-a porque não havia condições para que a medida pudesse ser aplicada a curto prazo. O que era preciso, isso sim, era que houvesse uma melhoria substancial dos transportes e resolvidas muitas questões de estacionamento, nomeadamente nos interfaces. -----

----- No entanto, embora estando contra os considerandos, uma vez que foi feita uma alteração no sentido da matéria ser discutida na Comissão Permanente competente, em princípio não se oporiam a isso. -----

----- Sobre o voto contra nas moções n.ºs 11 e 12, apresentadas pelo PPM, disse que o faziam não porque estivessem em desacordo com o aspecto substantivo deliberatório

das moções mas porque estavam em total desacordo com os seus considerandos. E mais: a Moção n.º 12 aquilo que apresentava nos seus considerandos era uma manifesta falsificação da história, uma interpretação que o PCP repudiava. Embora, como disse, na parte deliberativa não tivessem grandes considerações a fazer. -----

----- E o PCP iria abster-se na Moção n.º 10 porque tinha algumas dúvidas quanto à sua formulação. -----

----- Seguidamente, aludindo a questões de segurança, disse que com certeza leram, recentemente, na comunicação social algo sobre essa matéria, nomeadamente um artigo intitulado “avenidas de Roma e João XXI varridas por vagas de assaltos”, e como todos sabiam, a falta de segurança de pessoas e bens era um dos sentimentos que mais preocupava os cidadãos. A insegurança pública tinha, obviamente, causas sociais a que não seria alheia a política do Governo que aumentara o desemprego e a exclusão social. -----

----- Mas não era apenas com policiamento que se resolviam esses problemas, se bem que o policiamento fosse um aspecto muito importante já que não havia medidas sociais que o minimizassem. E a Comissão de Moradores de Alvalade, conforme se referia no artigo, tinha um abaixo-assinado com cerca de 600 assinaturas onde reclamava maior segurança e referia a quantidade de assaltos que assolavam esta zona, descrevendo até parte deles. -----

----- Aliás, ele próprio foi praticamente testemunha de uma situação em que dois “matulões” lhe disseram que foram assaltados, lhes roubaram a carteira e iam à procura da esquadra do Arco do Cego, e informou-os que essa esquadra estava encerrada. -----

----- Chamou a atenção da Câmara para esse problema, porque, como era sabido, há cerca de seis meses foi encerrada a esquadra do Arco do Cego e os seus 25 agentes foram deslocados para a esquadra de Arroios. Portanto, esse policiamento de proximidade desaparecera daquela área e o pretexto, ao que se dizia, era o das más condições das suas instalações. Daí a pergunta se a Câmara não sabia que essa esquadra se encontrava nessa situação e que era preciso encontrar soluções alternativas. De resto, os próprios moradores alertaram que havia duas vivendas no Arco do Cego que parecia estarem devolutas e, portanto, se se tivesse pensado a tempo certamente se teria resolvido o problema. -----

----- Por conseguinte, perguntava se a responsabilidade era efectivamente da Câmara porque não providenciara que a esquadra pudesse funcionar nessa zona com a alternativa de instalação noutra local, ou se era da Administração Central. De qualquer das formas era preciso que isso se clarificasse e se resolvesse. -----

----- E face a essa situação, que era uma situação grave como estava à vista de todos, perguntava ao Sr. Presidente da Câmara como era que isso se poderia resolver com celeridade. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que as suas primeiras palavras se referiam a um voto de pesar, havia mais que um e o PS iria votar favoravelmente os apresentados em memória do Presidente Arafat, mas agora queria falar com emoção do desaparecimento do Dr. Fernando Valle. -----



----- Disse, então, que o Dr. Fernando Valle era, talvez, das poucas pessoas no mundo que atravessaram três séculos, uma vez que nasceu no século XIX, viveu no século XX e morreu no século XXI. A sua vida, a sua longa mas curta vida pelo exemplo que deixou a todos, era, talvez, um dos maiores factores de orgulho que podiam ter enquanto portugueses. -----

----- O Dr. Fernando Valle foi sempre um republicano desde a primeira hora, mas foi um republicano coerente com os seus princípios e com os seus ideais. Lutou em defesa daquilo que acreditava e participou em todas as conspirações em que entendeu dever participar, em defesa dos seus ideais republicanos e democráticos. Foi com certeza um democrata de sempre, e foi também um antifascista daqueles que lutando, concretamente com coragem física, participara nas lutas antifascistas em Portugal, como também na luta antifascista na Península Ibérica uma vez que também participou na resistência republicana antifranquista. -----

----- O Dr. Fernando Valle foi médico, como médico quis dedicar a vida ao ensino e por isso foi perseguido a mando do ditador Salazar. Como médico sempre ajudou e sempre esteve disposto a ajudar as pessoas mais humildes da sua terra, e por isso pôde testemunhar no funeral, em que esteve presente, o enorme calor, o enorme sentimento de perda, a enorme emoção que as gentes daquela terra sentiram com o desaparecimento do Dr. Fernando Valle. -----

----- Mas também tinham orgulho na sua memória, tinham orgulho na sua figura e tinham orgulho em serem pessoas da terra do Dr. Fernando Valle. -----

----- Nesse funeral estiveram todos representados: estiveram presentes os amigos, os admiradores, membros do Governo, as mais altas figuras do Estado, as pessoas mais ilustres do País, e as pessoas mais humildes todas elas igualmente ilustres, e em todos pôde constatar um sentimento de fraternidade, um grande sentimento de amizade e um grande sentimento de orgulho por um português que tanto honrara a sua pátria, mas também honrou a humanidade. -----

----- Disse, ainda, que o Dr. Fernando Valle era socialista, sempre foi socialista, foi fundador do Partido Socialista e era o Presidente Honorário do Partido Socialista. -----

----- Mas, para além disso, era maçom. Nunca escondera a sua qualidade de maçom, e como maçom sempre soube praticar os valores da liberdade, da igualdade, da fraternidade e da solidariedade. E só assim se compreendia o seu percurso enquanto médico humanista, só assim se compreendia que tivesse granjeado tantas amizades, de tantos quadrantes, e que se pudessem ter reunido em fraternidade no seu funeral, onde milhares de pessoas, dos mais variados quadrantes políticos, das mais diversas origens sociais e dos mais diversos quadrantes geográficos do País, ali se quiseram deslocar para lhe prestarem uma última homenagem. -----

----- Por tudo isso, entendia que a Assembleia Municipal deveria aprovar o voto de pesar que apresentaram, porque Portugal perdeu uma das suas figuras mais ilustres da sua história mais recente, e também o próprio mundo perdera um dos seus cidadãos mais ilustres e que mais contribuía para deixar uma marca mais profunda na sociedade mundial e no Planeta. -----

----- Portanto, outra coisa não esperavam que não fosse a aprovação unânime deste voto de pesar, como também que a Câmara acolhesse a recomendação que lhe era feita no sentido de atribuir a uma artéria da Cidade de Lisboa o nome do Dr. Fernando Valle, médico, socialista e maçom. -----

----- Apresentou, depois, a seguinte alteração ao ponto 1 da parte deliberativa do referido voto de pesar: “ ao GOL, e a Maçonaria Portuguesa. (Grande Grémio Lusitano)”, ficando o referido ponto com a seguinte redacção final: “1. Apresentar as suas sentidas condolências família enlutada, bem como ao Partido Socialista, ao GOL e à Maçonaria Portuguesa (Grande Oriente Lusitano).” -----

----- Seguidamente, referindo-se às duas moções apresentadas pelo PS, uma referente ao Túnel do Marquês e outra à nova localização da Feira Popular, disse que o Sr. Presidente da Câmara lhes referiu, em relação ao último ponto, que estava decidido, que era uma grande convicção e uma aposta sua, que a Feira Popular iria para o Jardim do Tabaco. Aliás, o Sr. Presidente da Câmara até quisera fazer algum *show off* com isso, fez mal mas realmente pretendeu fazer, e já puderam constatar, pela comunicação social, que afinal o Sr. Presidente da Câmara tinha dito que ainda não era bem uma decisão, que ainda estava a pensar, que era apenas uma intenção. -----

----- Portanto, teria que decidir, de uma vez por todas, aquilo que queria fazer enquanto Presidente da Câmara: ou seguia o caminho do anterior Presidente e ia-lhes prometendo sobre o mesmo assunto a mesma coisa e a coisa mais diferente de um dia para o outro, isto é, seguia a senda do *show off* com tão maus resultados, ou parava um bocadinho para pensar, reflectia e tomava as decisões que fossem mais importantes para a Cidade de Lisboa. Assim é que não! Se estava a reconsiderar fazia muito bem, porque, efectivamente, era um erro profundo querer instalar a Feira Popular naquele local, e, nesse sentido, também pediam à Assembleia Municipal que aprovasse a Moção referente a essa matéria, para que constasse qual a sua posição. -----

----- Sobre o Túnel do Marquês, disse que a maioria estava muita satisfeita e reconhecia que tinham motivos para tal. A cidade é que não estaria satisfeita porque esse túnel não era bom para Lisboa e para os lisboetas. Esse túnel iria despejar milhares de automóveis a mais no centro da cidade, quando o objectivo era exactamente o contrário: impedir que entrassem mais carros em Lisboa. -----

----- Mas, independentemente disso, havia uma coisa em relação à qual a maioria a partir de agora não podia fugir à sua responsabilidade. É que dizendo a sentença do Supremo Tribunal que apenas se pronunciava pela matéria jurídica, se optassem por avançar já com a obra sem esperar pelo Estudo de Impacte Ambiental na perspectiva do seu debate público e também pela Declaração de Impacte Ambiental do Ministério do Ambiente, se o fizessem agora passavam a ser directamente responsabilizados por qualquer desastre, por qualquer impacte ambiental que pudesse suceder com essa teimosia de construir o túnel, ou por qualquer falha grave de segurança que também pudesse suceder. -----

----- Referiu que o Sr. Vice-Presidente da Câmara, com um gesto simpático, estava a dizer que ele estava a dar música, que estava a tocar violino. Oxalá assim fosse, oxalá

não acontecesse nada de mal, dizia-o com toda a sinceridade. Mas se acontecesse a Câmara desde já ficava responsabilizada, pelo PS, por esse acontecimento. -----

----- O mais sensato, aquilo que aconselhava a boa gestão, era que fosse ou não fosse obrigatório – e diziam isso desde o princípio – tudo aconselhava a que se fizesse o Estudo de Impacte Ambiental, e a Câmara não podia ignorar que o estudo que encomendou propunha 40 medidas! E o que é que vão fazer a essas 40 medidas que estão propostas? Iriam acatá-las, ou agora porque o Supremo Tribunal dizia que não era preciso não iriam acatá-las? -----

----- De facto, havia um grande dilema a pesar sobre os ombros da Câmara, e esperava que a Câmara decidisse com sensatez. Aliás, decidir com sensatez era aceitar a proposta do PS, desistir de construir o túnel na sua vertente mais perigosa que era aquela passava por baixo da estátua do Marquês de Pombal e apenas a 40 centímetros, e nalguns casos a 10, do túnel do Metropolitano. Isso, de facto, era qualquer coisa de surrealista – mantinha a palavra – a Câmara devia apenas limitar-se a fazer o desnivelamento dos cruzamentos da Rua Artilharia Um e da Rua Castilho. -----

----- Amanhã, disse a terminar, o PS apresentará propostas concretas nesse sentido. ---

----- **O Deputado Municipal Nelson Antunes (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião da Pedreira, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, perguntou se o Deputado Municipal Miguel Coelho por acaso tinha conhecimento de qual era a distância do túnel da Av. João XXI sobre o túnel do Metropolitano da Linha Verde. Provavelmente não encontraria documentação sobre a construção desse túnel nos serviços da Câmara, porque tinha a impressão que a fizeram desaparecer. -----

----- Em relação ao problema relacionado com a zona verde, perguntou também quem autorizara a construção do parque de estacionamento naquela zona, essa sim uma zona húmida. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que tinham que pôr os pontos nos is nesta matéria. Não faziam desaparecer nada! Se havia alguma coisa que não se encontrava, que se procurasse e se perguntasse aos serviços a razão porque não aparecia. Era bom que tivessem um certo cuidado, um certo *fair play* na linguagem parlamentar entre todos. -----

----- Disse, depois, que não sabia qual era a distância do túnel da Av. João XXI em relação à Linha Verde do Metropolitano, mas, já agora, se o Deputado Municipal Nelson Antunes sabia que aproveitasse para elucidar a Assembleia. -----

----- No entanto, se era uma distância que suscitava preocupação, muito naturalmente não deveria ser implementado. Se era uma distância que suscitava preocupação, perguntava-lhe muito concretamente, tal como aos seus colegas de bancada, o que estavam ali a fazer nessa altura. Eram oposição deveriam fiscalizar, e bem, porque se fiscalizaram mal o erro era deles. Aliás, não era Deputado Municipal nessa altura nem tinha as responsabilidades políticas que tem agora, mas tinha que lhes dizer que se não fiscalizaram cumpriram mal o papel de partido da oposição. -----

----- Quanto ao Túnel do Marquês, disse que para além de parte da resposta ser esta que lhes estava a dar, muito naturalmente os conhecimentos e as exigências de estudos

de impacte ambiental foram evoluindo de forma muito rápida ao longo dos últimos anos. As matérias ambientais, que eram consideradas parentes pobres na avaliação de todas essas coisas, por força, e muito bem, das instituições europeias e também da sociedade civil, dos movimentos ambientalistas e da própria consciencialização que em cada partido se foi tomando, e o PSD tinha figuras históricas nesse aspecto, como o Eng<sup>o</sup> Carlos Pimenta e o Eng<sup>o</sup> Macário Correia. Portanto, era evidente que os níveis de exigência de agora eram superiores aos que havia há uns anos atrás. -----

----- Mas isso dava-lhes mais razão! Se, eventualmente, foi cometido um erro com a construção do parque de estacionamento do Parque Eduardo VII, mais uma razão para que tivessem agora um superior cuidado e uma superior atenção com a realização deste enorme erro que era o Túnel do Marquês, não só na perspectiva da mobilidade e da circulação, mas também nas perspectivas dos impactos ambientais e da segurança. -

----- Portanto, disse a terminar, a partir de agora, persistindo nessa teimosia, a maioria era responsável se alguma coisa não corresse bem, e desejava que tudo corresse bem e que fosse música como dizia o Sr. Vice-Presidente da Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma (PPM)**, no uso da palavra, referindo-se à Moção n.º 10, por si subscrita, disse que em entrevista dada no dia 18 do passado mês de Janeiro, o Sr. Jacques Delors, antigo Presidente da Comissão Europeia durante cerca de 8 anos, declarara ao Times, de Londres: -----

----- “A União Europeia encontra-se num estado de crise latente por causa da fraqueza dos respectivos dirigentes”. Era certo que a Comissão Europeia tinha hoje novos elementos dirigidos pelo Dr. Durão Barroso, que lhes oferecia as maiores garantias, mas convinha sempre lembrar o passado. -----

----- Uma outra afirmação que se lia na entrevista, que pessoalmente considerava muito importante, era: “acusou alguns, entre os quais o Presidente da França, Jacques Chirac, de colocarem os interesses nacionais à frente do bem comum, não esqueçamos que o grande impulsor da Constituição europeia tem sido Giscard Destain, antigo Presidente da França”. -----

----- Mas para terem melhor noção que a pergunta ao eleitorado não era feliz e era capciosa para ser votada favoravelmente, citava as opiniões de dois leitores do Correio da Manhã: -----

----- A primeira, sob o título Assegurar os Direitos, era de Elizabeth Dionísio, 29 anos: “Sim, concordo porque acho que é importante. Hoje em dia, com tudo o que se passa no mundo, é importante salvaguardar os direitos humanos. É importante não esquecer que eles existem.” -----

----- A segunda resposta é “tem de ser aprovada”, por Elba Chambel, aposentada, 68 anos. “Sim, porque pela primeira vez se dá relevo a algo importante como a Carta dos Direitos Fundamentais. É importante não esquecê-la e é imprescindível que seja aprovada”. -----

----- Por essas declarações se via como a pergunta era infeliz e capciosa, porquanto podia levar, indevidamente, à aprovação da Constituição Europeia, quando essas declarações se referiam exclusivamente à Carta dos Direitos Fundamentais, que não

exigia a criação de uma Constituição Europeia, que, tanto quanto sabiam, já tinha sido aprovada e estava sendo respeitada. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Páscoa Baptista (PCP)**, no uso da palavra, disse que a intenção do PCP ao apresentar o voto de pesar por Yasser Arafat, era a de homenagear esse homem, o histórico líder da Organização de Libertação da Palestina e da Autoridade Nacional Palestiniana. -----

----- A vida de Arafat confundira-se sempre com a luta do povo da Palestina pelo direito ao seu território e a uma pátria independente e livre. Por isso, dali lhes prestavam a devida homenagem. -----

----- Arafat foi sempre um combatente. Desde a sua juventude participou na luta nas suas diversas formas, criando primeiro uma organização de resistência, a Al-Fatah, mais tarde integrada na Organização de Libertação da Palestina, de que foi Presidente. -----

----- Mas o seu combate também foi no plano institucional, reconhecendo, já no final da década de oitenta, o direito à existência de todas as partes envolvidas no conflito e ao reconhecimento do Estado de Israel. Pelo seu papel nessa questão da paz, recebera em 1994 o Prémio Nobel da Paz. -----

----- O seu falecimento era uma perda, não só para o povo da Palestina e para a causa da paz no Médio Oriente, mas também para todos aqueles que defendiam a paz, a liberdade e o direito de cada povo ao seu território. -----

----- Nesse sentido, a Moção que apresentou recomendava à Câmara Municipal de Lisboa a atribuição do nome de Arafat a uma rua da cidade. -----

----- Mas a luta pela qual Arafat se bateu toda uma vida, continuava. A situação na Palestina continuava dramática, como podiam testemunhar diariamente através da comunicação social. -----

----- Os palestinianos residentes em Israel eram alvo de toda a discriminação, os residentes nos territórios ocupados viviam em verdadeiros guetos sem possibilidades de circulação e subsistindo na maior pobreza. -----

----- Mas particularmente escandalosa era a situação que se vivia na educação, matéria a que era particularmente sensível. Conforme descrito na Moção e de acordo com dados recentemente divulgados pela UNICEF, no ano lectivo de 2003/2004 mais de 197.000 crianças e 9.300 professores não puderam frequentar a escola. As escolas eram sistematicamente bombardeadas e destruídas, só nos últimos quatro anos 2.610 crianças e jovens foram feridos no trajecto para a escola, 245 assassinados e 166 presos. -----

----- As sucessivas e sangrentas represálias das tropas de Israel contra a população da Palestina não podiam continuar impunes, todos os dias morriam crianças, jovens, mulheres e idosos. Nesse contexto, o veto dos Estados Unidos da América, um projecto de resolução condenando as práticas de Israel em Gaza, era extremamente grave. -----

----- Daí que tivessem também apresentado uma Moção de solidariedade com a Palestina e a exigência de que se retomassem seriamente as negociações com vista a uma paz duradoura naquele território. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que o PEV iria abster-se na Moção n.º 11, do PPM, porque embora considerando que havia muita utilidade nos estudos, não concordavam com os seus considerandos, não só porque se confundia a acção principal com a decisão sobre a providência cautelar do Supremo, mas isso, enfim, pouca relevância teria. Era sobretudo a agressividade dos considerandos com os quais não concordavam -----

----- Pelo motivo inverso, o PEV iria abster-se na votação da Moção n.º 1, apresentada pelo PSD, porque comungando integralmente com os considerandos, entendiam que a antecipação de uma questão que ainda carecia de uma decisão do Poder Central, porque até agora só havia uma intenção, e recordava que uma política sustentável de transportes passava, necessariamente, por um investimento sério nos transportes públicos, o que não tem acontecido. Não se conseguia sensibilizar as pessoas para a utilização dos transportes públicos com os preços altos nos transportes! -----

----- Mais: quando se ponderava a possibilidade de indexar os preços dos títulos de transporte ao preço do petróleo, estavam a forçar as pessoas à utilização da viatura particular. -----

----- Portanto, a possibilidade de se discutir a questão das portagens, só deveria ser considerada quando houvesse vontade política do Poder Central para transformar os transportes públicos numa verdadeira alternativa à utilização da viatura particular. -----

----- Sobre o túnel, disse que já ali foi dito que não havia nenhum estudo que o fundamentasse, o PEV até entendia que os lisboetas deveriam ser chamados a pronunciar-se sobre isso, mas apenas desejava fazer dois esclarecimentos sobre a decisão do Supremo Tribunal Administrativo. -----

----- Há pouco o Deputado Municipal Pedro Portugal dizia que o Supremo entendeu que a obra estava isenta de avaliação de impacte ambiental, o que não era verdade porque o Supremo não dizia isso, e se calhar também não tinha que o dizer. -----

----- Leu um extracto do Acórdão do tribunal que dizia: “Em suma, diversamente o que se afirma no Acórdão recorrido, a obrigatoriedade de avaliação de impacte ambiental, a verificar-se, não pode seguramente radicar na já referida alínea h) na medida em que esta previsão normativa não obriga.” -----

----- Depois, sobre a natureza fechada ou aberta do regime de avaliação de impacte ambiental, a páginas 52, dizia o tribunal: “A natureza aberta do regime de avaliação de impacte ambiental, é obtida através da via preconizada no transcrito n.º 3 do n.º 1”, acrescentando mais à frente: “O legislador não descurou a possibilidade de alguns projectos, apesar de não incluídos nas mencionadas listas, se apresentarem, ainda assim, como demandando a realização de avaliação de impacte ambiental, com que se complementa o sistema de imunação taxativa a que alude o n.º 2.” -----

----- Por conseguinte, o que o tribunal dizia era que se tratava de um túnel rodoviário e, portanto, não era a alínea que o recorrido evocava, mas dava a ideia que poderia haver a possibilidade da obrigatoriedade. Era certo que não dizia que a obra estava isenta de avaliação de impacte ambiental! -----

----- Concluía, aliás: “Sintetizando, temos que a tese da obrigatoriedade de avaliação de impacte ambiental se não pode alicerçar nos fundamentos evocados no Acórdão recorrido”. Portanto, dava a ideia que se calhar havia motivos para se fazer o estudo. --

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)** iniciou a sua intervenção referindo-se às intervenções do público para, segundo disse, demonstrar a preocupação do PS com os munícipes que hoje foram à Assembleia para apresentar as suas preocupações.

----- Em primeiro lugar, desejava referir-se à Vila Ferro. Ouviram ali hoje uma explanação sobre a grave situação em que se encontravam os comerciantes dessa zona, e também sobre degradação que ali existia em termos habitacionais. -----

----- Não resistia a recordar que na última reunião ali realizada, exactamente sobre o Estado da Cidade, trouxera à colação essa matéria chamando a atenção do Sr. Presidente da Câmara para essa problemática da Vila Ferro e daquilo que não estava a acontecer relativamente aos direitos daqueles moradores. -----

----- Por isso hoje, de novo, não resistia a chamar a atenção do Sr. Presidente da Câmara no sentido de que a Vila Ferro, de facto, necessitava urgentemente de uma intervenção. -----

----- Por outro lado, desejava referir também o lancinante apelo que ali foi feito à Câmara – e obviamente também à Assembleia Municipal visto que era a este órgão que a Senhora se dirigia – pela D. Maria Cândida Lourenço de Almeida, que ali narrou um caso humano que era importante fosse resolvido, e por isso apelava à Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, responsável pelo Pelouro, que fizesse as *demarches* necessárias para procurar resolvê-lo. Bem sabia que a Câmara tinha normas e comportamentos que tinha que trilhar, mas havia situações humanas que não podiam ficar pela burocracia, havia situações humanas que mereciam tratamentos diferenciados, e este pareceu ao PS, como certamente às demais forças políticas, aliás pelo silêncio que se fez na Sala pareceu a toda a gente que era uma situação humana que merecia um tratamento humano e não burocrático. -----

----- Portanto, em nome do PS, apelava à Sra. Vereadora que ajudasse a resolver esse problema. -----

----- Ainda sobre as intervenções do público, aludiu à posição que foi expressa pelo representante dos moradores do Bairro de Santa Cruz, dizendo que era um problema que a Assembleia Municipal de Lisboa tem vindo a acompanhar, e como muito bem foi dito pelo interveniente, vinha chamar a atenção da Assembleia e também da Câmara Municipal porque houve uma Moção que foi ali aprovada, por unanimidade, na Assembleia e o que estava a acontecer era que o Instituto de Estradas de Portugal estava a fazer tábua-rasa daquilo que foram, na altura, promessas do então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, hoje Primeiro-Ministro. -----

----- Portanto, sobre esta matéria sabiam que o Sr. Presidente da Câmara não tinha responsabilidades, mas atendendo às especiais relações institucionais que existiam hoje entre o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Prof. Carmona Rodrigues, e o actual Primeiro-Ministro, Dr. Pedro Santana Lopes, era evidente que a intervenção do Sr. Presidente da Câmara podia e devia ajudar a resolver o problema. -----

----- Até porque o Sr. Presidente da Câmara, enquanto membro do Governo, também teve responsabilidades nesta matéria, e todos se recordavam daquilo que foi dito aos moradores em determinadas alturas e de que hoje de novo, mais uma vez, estava a ser feito tábua-rasa. Havia aí qualquer coisa que não funcionava, e era por estas e por outras que cada vez mais, infelizmente, os cidadãos iam deixando de acreditar na política e nos políticos. -----

----- Por isso, em nome da sua bancada pedia ao Sr. Presidente da Câmara que fizesse alguma coisa de novo e de diferente. -----

----- E nesta sua passagem pelas intervenções do público, disse que não podia deixar de se referir à intervenção do representante da Quercus, porque, ainda por cima, trouxe um tema que fazia parte das preocupações de hoje, diria mesmo das preocupações de há muito tempo em Lisboa, que tinha a ver com o Túnel do Marquês e com a decisão tomada pelo Supremo Tribunal Administrativo, que já foi sobejamente hoje referenciada. -----

----- Diria que o Deputado Municipal Pedro Portugal procurou fazer uma extrapolação das moções apresentadas pelo BE e pelo PS, quase que dizendo que havia falta de legitimidade para a sua apresentação. Mas era evidente que não havia falta de legitimidade e era exactamente sobre isso que pretendia discernir. -----

----- Aquilo que se dizia na Moção do PS, tal como o Deputado Municipal Miguel Coelho já referenciara, era muito simples! O PS entendia que pelo facto do Supremo Tribunal ter vindo dizer que naquelas circunstâncias – e era bom que tivessem isso em atenção – o Acórdão, como sabiam todos principalmente aqueles que eram juristas e se debruçavam sobre estas questões, apenas tratava sobre a matéria que foi apresentada ao Supremo, e que era, obviamente, a matéria do recurso. Mas não tratava aquela que era, do ponto de vista do PS, a questão central e nuclear, isto é, a questão da segurança da obra. -----

----- Ou seja, falar do Estudo de Impacte Ambiental era uma coisa, falar daquilo que era o problema para a Cidade de Lisboa era outra e era justamente desta que queriam falar. E era por isso que diziam que era incompreensível que estando a decorrer, neste momento, o período da avaliação pública e faltando muitíssimo pouco tempo para terminar, que a Câmara Municipal não deixasse preclodir esse prazo, designadamente porque forçosamente teria que ser emitida uma declaração de impacto ambiental, que teria que ser positiva ou negativa, e com certeza a Câmara Municipal seria o principal órgão a ter interesse em que houvesse uma declaração, até porque, como vinha dizendo há muito tempo, estava perfeitamente convicta de que ela iria ser favorável. ---

----- Contudo, o PS estava convencido do contrário. Essa é que era a preocupação! E, se calhar, a Câmara também não estava tão convencida de que realmente ela fosse favorável, porque, se estivesse, manifestamente aquilo que faria era aguardar. -----

----- Disse, ainda, que não queriam ter louros sobre quem tinha ou não tinha razão, ou se o túnel era ou não importante. Era evidente que se tratava de duas questões políticas diferentes, mas havia ali uma razão que tinha que ser comum a todos os que se debatiam sobre essa matéria, que era a segurança dos cidadãos que utilizavam aquela infra-estrutura. E quem conhecia o estudo que foi feito, o analisara e estudara,



percebia que sobre matéria de segurança ninguém podia dizer que não havia problemas, porque efectivamente havia e eles estavam lá retratados e salientados. -----

----- Portanto, era um crime não ter em consideração essas questões. -----

----- Referiu que o actual Primeiro-Ministro disse que já passaram dois dias e ainda ninguém lhe pediu desculpa por aquilo que o Tribunal veio a dizer, mas era evidente que ninguém tinha nada que pedir desculpa, porque aquilo que aconteceu foi uma acção popular, como todos sabiam, e intentada por um cidadão. A não ser que se esperasse que fosse esse cidadão a pedir desculpa, o que achava curial mas eventualmente seria em relação ao cidadão, porque em relação ao PS, em relação à oposição, não havia a mínima razão para pedir desculpa, até porque continuavam convictos que aquela era uma má obra para a cidade, e, mais do que isso, continuavam convencidos que o túnel tinha graves problemas de segurança, e estavam também cada vez convencidos que em termos de mobilidade era um péssimo sinal que se dava aos cidadãos. -----

----- E, designadamente, desejava juntar isso a outras questões que por exemplo colocava a Moção apresentada pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves. Era evidente que havia várias contradições entre aquilo que era a política que o PSD começava a defender para taxar a entrada na Cidade de Lisboa, e depois facilitar o acesso à entrada. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que não questionou nem levantou o problema da legitimidade, porquanto era óbvio que a oposição tinha toda a legitimidade para apresentar o que quer que fosse. Simplesmente, e isso é que lhe parecia importante, quando a Moção fazia referência no 2º parágrafo – e aliás o Deputado Municipal Dias Baptista acabara por dizer isso na sua intervenção – que estava muito próxima a conclusão do Ministério do Ambiente, estavam a confundir o fim da consulta pública com a decisão do Ministério do Ambiente, quando, como então referira, eram mais 55 dias úteis. -----

----- **O Deputado Municipal Francisco Oliveira (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Sacramento, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse esteve para fazer há pouco um pedido de esclarecimento ao Deputado Municipal Miguel Coelho que depois não fez porque ele disse que não esteve na Assembleia Municipal no anterior mandato. Estava certo que o Deputado Municipal Dias Baptista esteve, e por isso citava o Deputado Municipal Miguel Coelho que disse: “o túnel vai despejar milhares de carros para a Cidade de Lisboa” e citava também o Deputado Municipal Dias Baptista que disse: “em termos de mobilidade é um péssimo exemplo”, enfim, duas frases-chave. -----

----- O Deputado Municipal Dias Baptista, no início deste mandato, disse várias vezes que o PS era um partido coerente, pelo que lhe perguntava o que tinha a dizer quando durante anos o PS, na pessoa da Sra. Dra. Edite Estrela, andara a pedir o alargamento do IC19. O carros iam para onde? -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, em resposta aos pedidos de esclarecimento, começou por responder ao Deputado Municipal Pedro Portugal

dizendo que era evidente não havia nenhuma falácia naquilo que diziam, porquanto o que diziam era intencional. Era assim: o prazo estava a terminar e depois, obviamente, havia um outro prazo a cumprir. Cumpra-se! Era isso que queriam dizer porque não queriam esconder nada, o que pretendiam era que fosse cumprida a lei e só lamentavam que não o fosse, porque estavam convencidos que para a Cidade de Lisboa seria um bem. -----

----- Respondendo ao Deputado Municipal Francisco Oliveira, disse que era evidente que continuavam a ser coerentes porque aquilo que diziam, e já os ouviu dizer isso várias vezes na Assembleia Municipal, era que o PS entendia que cada vez mais teriam que começar a pensar em criar condicionamentos no acesso de automóveis à cidade e, felizmente, já não era só o PS, havia mais quem começasse a pensar assim. Agora, isso não poderia ser feito de um dia para o outro! -----

----- Em primeiro lugar, teria que haver um plano global, um plano perfeitamente estruturado em que se conseguisse, por exemplo, dar resposta ao problema de Sintra e do Cacém, isto é, saber como era que aqueles residentes vinham trabalhar para Lisboa. Isso conseguia-se, eventualmente, com o alargamento do IC19 ou com o IC30, e conseguia-se também com uma outra coisa que o PS fez e que o Deputado Municipal Francisco Oliveira esqueceu de referenciar, que era melhorar a qualidade dos transportes públicos. Era por aí, esse é que era o caminho! O caminho não era trazer mais carros para a cidade, o caminho era apostar cada vez mais em transportes públicos de grande qualidade. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra, começou por apresentar os seus cumprimentos ao PCP pela realização do seu Congresso, acrescentando que para si era bonito ver pessoas que não punham os seus princípios dentro da gaveta e lutavam por eles, mesmo que as condições lhes fossem adversas. ---

----- Depois, referindo-se à Moção n.º 12, disse que o Deputado Municipal Feliciano David lhe chamou falsificador da história, mas isso era-lhe completamente indiferente porque essa linguagem fazia parte da maneira de ser do aludido Deputado Municipal e das pessoas que lhe estavam ligadas: os peixes nadam, as aves voam, era da sua natureza, da sua e dos seus parceiros falar dessa maneira, portanto, a si, era-lhe indiferente. -----

----- De facto, dizendo ele na Moção que era cedo para se fazer a história dos últimos 50 anos, o Deputado Municipal Feliciano David achava que falsificou a história. Quando dizia que o povo palestino foi deslocado do seu território por uma decisão da ONU, como resultado da pressão sionista americana e da conivência da União Soviética que viu nessa decisão uma oportunidade para se descartar de alguns milhares de judeus, também achava que isso era uma falsificação da história. -----

----- E também quando dizia que era inadmissível que baseado em direitos históricos caducados há quase dois mil anos se tenha reconhecido aos judeus, não só aos que tivessem nascido nesses territórios mas a todos os que estavam dispersos pelo Mundo, o direito de voltar à Terra Prometida dos textos bíblicos, igualmente o Deputado Municipal Feliciano David achava que isso era uma falsificação da história! -----

----- Dizia ainda na Moção que as consequências estavam à vista: guerras, atentados bombistas, deslocação de populações, e também isso era uma falsificação da história! Acrescentando o Deputado Municipal Feliciano David que era por isso que não votavam favoravelmente a Moção. -----

----- Mas propunha-se retirar do 2º parágrafo dos considerandos, que era com certeza por isso que o Deputado Municipal Feliciano David considerava uma falsificação da história, a parte imediatamente a seguir a “por uma decisão da ONU”, ficando o parágrafo com a seguinte redacção: -----

----- “É cedo para se fazer a história dos últimos 50 anos; mas uma coisa é indesmentível: o Povo Palestino foi deslocado do seu território por uma decisão da ONU.” -----

----- Sobre a Moção n.º 11, relativa ao Túnel do Rossio, disse que gostava que compreendessem que o propor à Câmara para que faça a esses estudos de definição das áreas de influência do Túnel do Rossio e da rede do Metro; definição das condicionantes construtivas a considerar nas referidas áreas; estudo da influência do Túnel do Metro, na zona do Terreiro do Paço, sobre os aterros dessa zona; estudo da influência da construção do parque de estacionamento da Rua Castilho/Marquês de Pombal no movimento das águas subterrâneas já que o mesmo se encontra em zona húmida; todas essas coisas acabariam com as dúvidas que se levantavam permanentemente. -----

----- Terminou dizendo que lhe custava ver numa Assembleia puramente política alguém pôr em causa a perigosidade de um túnel passar sobre outro, quando era sabido que havia técnicos capazes de resolver tudo isso. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, em protesto contra a intervenção do orador anterior, disse que fez algumas considerações, em nome do PCP, sobre os considerandos da Moção n.º 12, e eram justamente esses considerandos que não lhes permitiam votar favoravelmente a Moção. -----

----- E quando o Deputado Municipal Ferreira Pereira, referindo-se ao líder Arafat e ao povo palestino, dizia na Moção: “Para uns um grande defensor do seu povo, para outros um assassino, um terrorista, um homem sem escrúpulos, um corrupto ...”, perguntava-lhe com qual desses epítetos concordava, porque eles com certeza não estavam ali por acaso. Certamente uma Moção deste tipo não incluiria esse texto, e era essa ambiguidade que não estava de maneira nenhuma de acordo com a sua parte substantiva. -----

----- Naturalmente o PCP não podia votar favoravelmente a Moção. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, em contraprotesto, disse que o que referia na Moção era bem claro: Arafat para uns era um grande defensor do seu povo, para outros um assassino, um terrorista, um homem sem escrúpulos, um corrupto, mas ainda era cedo para se fazer a história, como também acrescentava na Moção. -----

----- **O Deputado Municipal Athayde Carvalhosa (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Francisco Xavier, no uso da palavra, disse que há pouco o Deputado Municipal Miguel Coelho perguntou o que estavam ali a fazer – e agora falava pelo

PSD – quando nos anteriores Executivos se cometeram uma série de ilegalidades na cidade. Estavam ali e fizeram oposição construtiva! Na Assembleia Municipal e no Executivo camarário, não faziam como a oposição agora fazia, o que era preciso era não deixar fazer, era não deixar construir, de que o caso do Túnel do Marquês era um exemplo a dar. -----

----- Recordou que chamaram a atenção para muitas situações que se foram criando ao longo dos 12 anos de mandatos do PCP e do PS, nomeadamente o famigerado Elevador do Castelo de São Jorge, que levou ao selvático esventramento de um edifício no Poço do Borratém; o parque de estacionamento no Parque Eduardo VII; o parque da Praça do Município ilegalmente construído; a primeira tentativa de construção do Túnel da Av. João XXI; o Corte Inglês, etc., etc. Tudo situações para as quais chamaram a atenção no Executivo e na Assembleia Municipal, só que o PS e o PCP tinham a maioria nos dois lados e iam fazendo o que queriam sem atender aos reparos da oposição. Nessa altura não invocavam o respeito pela oposição, o respeito pela Assembleia, como agora tantas vezes ouviam dizer que era preciso dignificar as Comissões da Assembleia. -----

----- Portanto, seria bom que não começassem a puxar pelo passado porque muita coisa haveria para dizer, muitas coisas estavam nas actas das reuniões da Assembleia Municipal sobre as críticas que fizeram, em devido tempo, aos Executivos que antecederam o actual. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa esclarecendo-os que procurava contrariar aquilo que o Deputado Municipal Miguel Coelho tinha dito, parecia que não o teria feito. -----

----- Mas, de qualquer das formas, havia algumas coisas que importava precisar de novo. De facto, o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa trouxe à colação matérias onde houve oposição pública conhecida do PSD, e outras que também referenciou protagonizadas pelo PP, mas esse era um problema do PP e não do PS. Mas bastava dizer que para explicar a oposição de 12 anos demorara apenas minuto e meio. Isso era manifestamente sintomático daquilo que foi a oposição que fizeram, quer na Assembleia, quer no Executivo. -----

----- Por outro lado, era também evidente que o aludido Deputado Municipal não se referenciou, nem o podia fazer porque era uma pessoa de bem, a uma coisa que foi dita pelo seu colega de bancada, que eventualmente mereceria que fosse extraída uma certidão da acta para que pudessem perceber o que era que ali estava, porque a acusação que foi feita era muito grave. É que o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa não repetira que a agora oposição, quando maioria, fazia desaparecer *dossiers*, porque nunca tal aconteceu na Câmara, quer no passado, quer actualmente como não podiam deixar de ser porque todos em princípio eram pessoas de bem, e havia ali uma coisa que era importante dizer: é que neste mandato, desde a primeira hora, ninguém podia dizer que têm estado a impedir a Câmara de actuar. -----

----- Disseram várias vezes, quando os acusavam de obstrução, que não havia uma única obra que tivessem impedido, pelo que aquilo que perguntava era que obras tinham impedido de fazer. -----

----- **O Deputado Municipal Athayde Carvalhosa (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Francisco Xavier, em resposta ao pedido de esclarecimento, referiu que as intervenções não se mediam ao minuto mas pela qualidade daquilo que se dizia, porque o seu minuto servia pelos cinco minutos que o Deputado Municipal Dias Baptista gastou sem dizer nada. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Rolo (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira, no uso da palavra, disse que o problema que ia levantar se relacionava com as melhorias das condições de atendimento e cuidados de saúde aos utentes, matéria importante para a sua freguesia como para toda a cidade, porque lhe parecia que ao fim de quase três anos de mandato o que a Câmara teria feito nesse sentido era irrisório, se não mesmo nada. -----

----- Pela importância que essa matéria tinha, gostava que hoje tivesse uma resposta concreta para as seguintes questões: -----

----- Do Centro de Saúde do Lumiar havia duas extensões previstas, uma para servir a Musgueira e outra as freguesias da Ameixoeira e Charneca, há três anos que andavam em luta pela resolução desse problema com reuniões na respectiva Comissão Permanente da Assembleia Municipal, reuniões com a Sra. Vereadora, mas até ao momento continuavam em branco. Existiam projectos concretos mas não se tem mexido uma palha para resolver o problema. -----

----- Em relação aos centros de saúde dos Lóios e da Graça, eles estavam construídos mas os equipamentos estavam lá às moscas, não funcionavam e gostavam de saber do Executivo qual era a perspectiva desses centros funcionarem. -----

----- Quanto ao Centro de Saúde do Bairro da Madre de Deus, disse que fechou, deslocaram-se mais de sete mil pessoas para outros centros de saúde na Freguesia de São João, nomeadamente na Av. Afonso III e na Rua Júlio Moreira, sobrecarregando esses centros, dificultando os utentes que foram deslocados, tanto a nível dos acessos como dos transportes públicos, e a própria extensão da Rua Júlio Moreira já estava sobrecarregada por uma lacuna na abertura da extensão da Quinta do Lavrado. -----

----- No tocante à Freguesia do Santo Condestável, o Centro de Saúde da Quinta do Loureiro, equipamento construído no âmbito da reconversão do Casal Ventoso, desejava ter informação relativamente ao funcionamento que estava programado e aquele que actualmente existia. -----

----- Sobre o hospital da zona oriental da cidade, que estava previsto e era muito falado, desejava o que a Câmara informasse o que tem feito há três anos a esta parte, inclusivamente junto do Governo. -----

----- Disse, ainda, que a situação em Lisboa era preocupante, a cidade estava a crescer a um ritmo alucinante, especialmente na zona norte a Alta de Lisboa era um projecto de grande envergadura, existiam vários centros de saúde com grandes insuficiências e gostavam de saber qual era o ponto da situação sobre a saúde na cidade. -----

----- A terminar, pediu à Câmara que acompanhasse seis famílias que há precisamente uma semana ficaram sem habitação devido a um incêndio na Freguesia da Ameixoeira, porque tirando o acompanhamento dos Bombeiros e da Protecção Civil no dia do incêndio, as pessoas, por residirem em habitações particulares, nem uma única palavra tiveram da parte da Câmara Municipal de Lisboa, o que considerava grave. Eram seis famílias sem casa em Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, no uso da palavra, começou por dizer que o CDS-PP iria votar favoravelmente as moções n.ºs 1 e 2, votaria contra a Moção n.º 3, do BE, sobre a EMEL, abster-se-iam na Moção n.º 4, e também na Moção n.º 6, do PCP, sobre o voto de pesar, e aí concordava com o Deputado Municipal Ferreira Pereira que essa era uma leitura da história um bocado digna, porque, de facto, o Sr. Yasser Arafat era uma pessoa um bocado controversa e o balanço do seu contributo para a história ainda estava por fazer, portanto votariam favoravelmente o voto de pesar apresentado pelo PPM. E votariam ainda no sentido da abstenção as moções n.ºs 7 e 10, esta última do PPM sobre o referendo europeu. ---

----- Votariam contra as moções n.º 5, do BE; n.º 8, do PS, sobre a Feira Popular; n.º 9, do PS, sobre o túnel; e, ainda, a n.º 14, do BE. -----

----- Passando ao conteúdo de algumas das moções sobre o Túnel do Marquês, disse que ficaram recentemente a conhecer o Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo que punha fim a um longo processo, um processo onde a Câmara Municipal foi sujeita a todas as críticas e mais algumas: violação da lei, violação do interesse público, violação do Directivas Comunitárias e por aí fora. Todos se recordavam do discurso das oposições na Assembleia Municipal, mas ficava hoje claro para todos aqueles que tinham dúvidas, que a Câmara Municipal de Lisboa agira sempre no cumprimento da estrita legalidade. Disseram-no sempre no passado, e a justiça reconhecia-o hoje. -----

----- Em segundo lugar, o túnel constituía uma promessa eleitoral que foi sufragada pela maioria dos lisboetas. Ficaram também a saber que o cumprimento de uma promessa eleitoral era para o PS uma teimosia do Executivo municipal. Se assim era, se esse era o conceito de teimosia do PS, então eram teimosos e tencionavam cumprir aquilo que prometeram ao eleitorado. -----

----- Em terceiro lugar, o Túnel do Marquês revelara ser não só uma promessa eleitoral para o Executivo municipal, mas sobretudo uma obsessão para as oposições. Apostadas em que a obra não se fizesse, pretendiam agora prolongar o estaleiro e todo o transtorno naquela zona da cidade. A oposição não só não se capacitava que já tinha perdido politicamente, como agora perdeu também administrativamente. Podiam ter um bocadinho mais de *fair play* e reconhecer que a obra era para ser feita, estava dentro da lei e era do interesse da cidade. E era tempo hoje de deixar governar aqueles que os lisboetas elegeram, como era tempo de mudar e melhorar toda aquela zona de Lisboa que foi também para isso que o actual Executivo foi eleito. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o orador anterior afirmara que o processo estava concluído, estava fechado, quando o que foi decidido foi uma providência cautelar, porque a acção principal estava a decorrer os seus trâmites. -----

----- Mas a sua pergunta era se o orador anterior entendia que por ser uma promessa eleitoral era suficiente para se avançar com a obra. É que também se lembrava do cabeça de lista do CDS-PP dizer “eu fico” e ele não ficou. Ou seja, se entendia que pelo facto de ser uma promessa eleitoral se podia passar por cima de tudo. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, no uso da palavra para responder ao pedido de esclarecimento, disse que a leitura política de todo este processo era óbvia. O Túnel do Marquês foi uma das grandes promessas eleitorais do Dr. Pedro Santana Lopes na altura, e a oposição, por tudo e por nada, tentara impedir que essa obra se concretizasse. A oposição estava feliz com as sentenças dos tribunais quando elas lhes eram favoráveis, reclamaram um Estudo de Impacte Ambiental quando ele não era obrigatório, depois quando ele começou a ser feito argumentaram que era um estudo encomendado pela Câmara e que se calhar a credibilidade não era por aí além. Todos ouviram isso na Assembleia! -----

----- Agora, porém, já mudaram outra vez o discurso, já afinaram e já passaram do Estudo de Impacte Ambiental para as questões da segurança, o que foi nítido hoje na intervenção do Deputado Municipal Dias Baptista. -----

----- Mas também era verdade uma coisa: nunca uma obra na Cidade de Lisboa foi tão acompanhada como esta estava a ser, e a oposição deveria ter a hombridade, depois das asneiras que andaram a fazer, nomeadamente o PS com o Túnel da Praça do Comércio, esse sim um verdadeiro buraco de Lisboa que ainda estava por resolver e que custava milhões aos contribuintes. Portanto, o PS, nessa matéria, não podia dar lições a ninguém mas devia ter a hombridade de reconhecer que nunca uma obra foi tão acompanhada como esta, não só pelos serviços camarários como por entidades externas à própria Câmara, como era o caso do LNEC. -----

----- Ao menos reconheçam isso, Srs. Deputados Municipais, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que desejava justificar algumas das moções que o BE apresentou, e começava pela referente à EPUL para lembrar à Câmara que fizeram um compromisso, apresentaram uma Moção que foi aprovada pela Assembleia sobre a EPUL, e continuavam a aguardar a resposta. Ou seja, quanto custaram os acordos que foram aprovados pela Câmara e pela Assembleia acerca da construção dos estádios de futebol, onde segundo dados avançados pelo Expresso, a Câmara Municipal de Lisboa teria evitado receber 28 milhões de contos. Brevemente apreciariam o Plano de Actividades e o Orçamento, portanto estava na altura de se lembrarem das responsabilidades que tinha a Câmara Municipal quando decidia financiar a construção de estádios de futebol, mas continuavam sem saber se a EPUL sequer cumprira o acordo que foi votado pela Assembleia. -----

----- Aquilo que o então Presidente do Conselho de Administração da EPUL disse, perante a Comissão Eventual para Acompanhamento da Construção dos Estádios, não tinha nada a ver com o que ali aprovaram, essa foi a conclusão de todos os partidos representados na Comissão. A partir daí perguntaram várias vezes à Câmara mas ainda não obtiveram resposta, e gostavam de saber também se a EPUL já deu ou não ao Sporting e ao Benfica o dinheiro dos tais 100 apartamentos que ainda nem sequer

foram construídos mas que, segundo julgavam saber, já teriam sido pagos na base de um lucro pressuposto que um dia haveria de ir para a EPUL, mas que nem se sabia bem quanto era. -----

----- Mas como se não bastasse esse esbanjamento dos dinheiros dos impostos dos cidadãos, ouviram a notícia de que o novo Conselho de Administração da EPUL, imposto pela actual Câmara que demitira o anterior também imposto por ela, demitira 15 dos 19 directores da EPUL com a argumentação que era preciso poupar. Isso ao mesmo tempo que se compravam os grandes carros, porque, naturalmente, um administrador da EPUL tinha que andar num grande carro, como era evidente! -----

----- Mas continuava por responder uma pergunta feita já ali feita há algum tempo: quanto receberam de indemnizações os anteriores administradores da EPUL nomeados pelo Dr. Santana Lopes quando foram demitidos, assim como quanto iriam receber os directores agora demitidos. Com estas coisas feitas com os dinheiros dos cidadãos portugueses, e nomeadamente dos lisboetas, o BE nunca se calaria, e por isso apresentaram essa Moção, para a qual queriam uma resposta. -----

----- Quanto à Moção apresentada sobre a EMEL, que o PP acabara de dizer que votava contra, disse que gostava só de frisar uma coisa porquanto ela era esclarecedora: era o ridículo que foi uma inspectora do Instituto do Ambiente ter pretendido ir ver o que estava a ser feito nas escavações, e a EMEL tem chamado a polícia para impedir que ela entrasse num acto normal e legal de fiscalização, e entretanto o Instituto do Ambiente ter chamado a PSP porque a PSP tinha que garantir a legitimidade e a legalidade de uma inspectora poder inspecionar uma obra, tendo então ficado a PM e a PSP a olhar uns para os outros, uns do lado da EMEL e outros da inspectora. Mas, enfim, existia uma nota de ocorrências sobre o assunto e, portanto, os tribunais decidiriam sobre isso também. -----

----- Relativamente à Moção que apresentaram sobre o Túnel do Marquês, disse que não tinha a ver com o facto de ora estarem a favor dos tribunais, ora estarem contra, mas tinha a ver, isso sim, com um problema de fundo: é que esse problema do Túnel do Marquês nascera torto e torto havia de morrer! -----

----- Ele não estava baseado em nenhum estudo de mobilidade da Cidade de Lisboa, não estava baseado em nenhum plano estratégico da cidade, e o único argumento que ali se ouviu até hoje era que foi uma promessa eleitoral. Já sabia, que foi uma promessa eleitoral, já sabiam que estava escrito, mas não era isso que estavam a discutir. Nunca puseram em causa que fosse uma promessa eleitoral, o que estavam a pôr em causa era que fosse útil para a cidade, que tivesse a ver com uma estratégia de mobilidade e com a edificação da cidade do seu ponto de vista estratégico. -----

----- Portanto, continuariam a lutar porque estavam perfeitamente convencidos disso. Aliás, fizeram uma proposta completamente ao contrário dessa, por conseguinte sobre isso não tinham dúvidas. -----

----- Sobre o Estudo de Impacte Ambiental, disse que ele existia, estava feito, mas se a Câmara o mandou fazer e se o Instituto do Ambiente dizia que era preciso tomar um conjunto de medidas, a Câmara iria toma-las ou não? -----



----- Por outro lado, o Instituto do Ambiente dizia que mesmo para além do Estudo de Impacte Ambiental ainda havia mais treze questões, algumas delas com quatro alíneas a que a Câmara teria que responder, e perguntava também se a Câmara respondia ou não. O Instituto do Ambiente servia para alguma coisa ou não? -----

----- O Sr. Presidente da Câmara, que era um engenheiro do Instituto Superior Técnico, ainda por cima formado em ambiente, iria ter em atenção esses aspectos ou não? -----

----- Estes eram os assuntos que estavam a colocar, porque com túnel ou sem túnel era preciso perguntar se havia lei neste País! -----

----- Uma outra Moção apresentada pelo BE tinha a ver com o sentimento de condolências pela morte do Presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, e o que pediam à Câmara era que respondesse, que tivesse a clareza, a verticalidade, a frontalidade de dizer que não estavam de acordo com as propostas que a Assembleia Municipal aprovava. Muito bem, era um direito legal que lhe assistia, mas que o dissesse, porque justamente tinha em seu poder, há dois anos e três meses, uma recomendação aprovada na Assembleia Municipal, por maioria, a propor que houvesse uma geminação entre a Cidade de Lisboa e a Cidade de Ramallah, quando o Presidente Arafat estava cercado pelos tanques israelitas, e até hoje não teve uma resposta. A Câmara tinha o direito de dizer que não, mas que não dissesse “nim” nem metesse no saco dos papéis. -----

----- **O Senhor Vereador António Monteiro**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que era a primeira vez que exercia a figura regimental de defesa da honra, e ao usar agora esta figura não defendia apenas a sua honra mas a honra de todos aqueles que trabalhando na EMEL, trabalhando no Município de Lisboa, dirigentes e funcionários, faziam o melhor possível para prosseguir os objectivos que eram traçados. -----

----- As acusações de ilegalidade que, irresponsavelmente, o Sr. Deputado Municipal Carlos Marques ali fez, era importante mais que não fosse para que se pudesse apurar a verdade, que antes de as fazer pelo menos procurasse ser esclarecido, coisa de que, pelos vistos, não teve intenção, porque, se não, perguntaria primeiro, procuraria saber quais eram as questões, o que teria acontecido, como era que as coisas se teriam passado, e só depois poderia fazer o seu juízo. -----

----- Mas o Deputado Municipal Carlos Marques já os habituara àquilo que era a prática do BE, que era condenar primeiro e perguntar depois. -----

----- E a questão que se colocara no silo das Portas do Sol é que como era intenção, há muitos anos, do Município de Lisboa construir ali um silo para estacionamento, esse terreno foi objecto de uma deliberação da Câmara e da Assembleia Municipal para que passasse para a EMEL, e a EMEL procedesse à construção desse silo. Foi lançado um concurso público de concepção/construção, o que significava que aquilo que se estava a adjudicar era não só a construção mas também o projecto de arquitectura, mas para se poder fazer esse projecto era necessário que em termos arqueológicos se fizesse o estudo do terreno. Houve uma divergência no início do processo sobre se seria um simples acompanhamento de obra ou se seria uma sondagem arqueológica,

mas essa questão ficou resolvida há meses com o Instituto Português de Arqueologia e não com o Instituto do Ambiente, conforme erradamente foi dito. -----

----- Essa questão vinha sendo acompanhada directamente pelo Dr. Fernando Real, como estava também a ser acompanhada no terreno, de forma responsável, por uma equipa de arqueólogos que já desmontara claramente qual era o problema naquele local, e o problema fundamental era que havia umas quantas teses que pelo facto de se ter feito o estudo que foi feito foram para o lixo, e foram para o lixo porque se defendia que ali era o anfiteatro romano, fizeram-se as sondagens arqueológicas e não havia anfiteatro nenhum. -----

----- E agora a EMEL e a Câmara Municipal de Lisboa tinham que estar presas das disputas arqueológicas? Quanto a si não! -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para dar explicações, referiu que o Sr. Vereador disse que deviam perguntar primeiro e dizer depois, quando era justamente o contrário. Tinha razão que era o Instituto Português de Arqueologia, e esse Instituto, no seu processo 2004-1(458) – Apreciação de relatório preliminar de trabalhos arqueológicos realizados nos silo automóvel do Largo das Portas do Sol, de Lisboa, 2004, assinado em 15 de Outubro de 2004, dizia no seu ponto 11, que era a conclusão: “Só após a realização e avaliação das acções mencionadas no ponto 10, deverá ser viabilizada a continuação dos trabalhos de escavação com acompanhamento arqueológico. Até lá a obra deverá permanecer suspensa até ao seguimento de aprovação do projecto pelo IPPAR.” -----

----- Portanto, o que a Câmara devia fazer era exactamente ao contrário: não era primeiro deitar abaixo para construir, e depois ir estudar se havia alguma coisa a defender! -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, disse que apenas queria reforçar a intervenção feita pelo representante da Associação de Moradores Futuro com Progresso, que interveio no período de intervenção do público em representação dos moradores da Rua Particular à Azinhaga dos Lameiros, e reforçar também o conteúdo da Moção n.º 2, apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, sobre a mesma matéria. --

----- Disse então que o problema era, do ponto de vista do PCP, de fácil resolução. Era uma justa reivindicação dos moradores que há muito lutavam por essa causa e que têm tido por parte da Junta de Freguesia de Carnide todo o apoio. Realmente não viam nenhum inconveniente na legalização daquelas moradias, mas, infelizmente, durante o actual mandato da Câmara foram quebrados todos os canais de diálogo que existiam até então, em particular com a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão responsável pelo Pelouro. Portanto, apelava à atenção do Executivo para esta questão e, como foi pedido pelo representante dos moradores, que também a Assembleia Municipal, através da sua Comissão Permanente de Habitação, recebesse os representantes dos moradores para o acompanhamento deste processo, que lhe parecia pacífico. Só faltava realmente algum empenho por parte do Executivo camarário. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções do período de Antes da Ordem do Dia, questionou a Câmara se queria responder às questões colocadas, e tendo obtido como resposta que não disse que se ia passar à votação das moções. -----

----- Entretanto, o **Deputado Municipal Bruno Rolo (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira, novamente no uso da palavra, disse que esta sua segunda intervenção era no fundo um protesto porquanto fez um apelo à Câmara para que esclarecesse as questões que havia levantado, nomeadamente quanto aos problemas dos centros de saúde em Lisboa, e nada foi dito. Pelo menos deveriam ter a dignidade de chegar à tribuna e dizer que não faziam a mínima ideia, mas teriam que dizer qualquer coisa porque não dizer nada era um desrespeito pela Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente**, seguidamente, iniciou o processo de votação das moções tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 1**, subscrita pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves, com votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP, PPM e BE e a abstenção do PCP e do PEV. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 2**, que era uma recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PCP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 3**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM.

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 4**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e a abstenção do PSD, CDS-PP e PPM. -

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 5**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM.

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 6**, que era um voto de pesar pelo falecimento de Yasser Arafat apresentado pelo Grupo Municipal do PCP, com votos favoráveis do PSD, PCP, PS, PEV e BE, e a abstenção do CDS-PP, PPM e dos Deputados Municipais Francisco Oliveira e Duarte Calvão, do PSD. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 7**, apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, com votos favoráveis do PSD, PCP, PS, PEV e BE, um voto contra da Deputada Municipal Ana Sara Brito, do PS, e a abstenção do CDS-PP, PPM e dos Deputados Municipais Francisco Oliveira, Duarte Calvão e Rosa Maria Carvalho da Silva, do PSD. -----

----- A **Moção n.º 8**, apresentada pelo Grupo Municipal do PS, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 2, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, CDS-PP, PEV, PPM e BE, e votos contra do PSD. -----

----- Aprovar o ponto 3, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 9**, apresentada pelo Grupo Municipal do PS, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM.

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 10**, apresentada pelo Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma, do PPM, com votos contra do PS, votos favoráveis do PEV, PPM e BE, e a abstenção do PSD, PCP e CDS-PP. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 11**, apresentada pelo Grupo Municipal do PPM, com votos contra do PCP e do PS, votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PPM, e a abstenção do PEV e do BE. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 12**, apresentada pelo Grupo Municipal do PPM, com a alteração feita pelo próprio subscritor já inserida no texto transcrito nesta acta, no início do período de Antes da Ordem do Dia, com votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP e PPM, votos contra do PCP e a abstenção do PEV e do BE. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 13**, que era um voto de pesar pelo falecimento de Fernando Valle, apresentado pelo Grupo Municipal do PS. -----

----- Finda a votação do voto de pesar, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória da referida personalidade. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 14**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Findo o processo de votação das moções, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória de Yasser Arafat. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O BE queria dizer, nesta declaração de voto, porque é que se absteve nas duas moções do PPM. Não porque estivesse contra as partes resolutivas que nelas estão escritas, quer no que respeita ao pesar pelo falecimento do Presidente Yasser Arafat, quer na outra sobre os estudos, também estamos de acordo com os estudos, mas principalmente porque o tom da Moção era provocatório em relação àquilo que temos assumido, portanto não queríamos dar aval a isso, e por isso nos abstivemos dizendo que estamos de acordo com um lado mas não estamos de acordo com o resto.” -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, fez a seguinte declaração de voto: --

----- “A declaração de voto que o Grupo Municipal do PS pretende fazer relaciona-se com a Moção n.º 12, apresentada pelo PPM, que, digamos, é um voto de pesar pela morte de Yasser Arafat. -----

----- O PS votou favoravelmente este voto de pesar, pese embora os considerandos com os quais não nos revemos. Há aqui vários considerandos que são opinativos e com os quais obviamente não estamos de acordo, mas mereceu o nosso voto favorável exactamente aquilo que é a parte deliberativa. -----

----- Ou seja, a parte deliberativa que o voto de pesar apresenta merece o nosso voto favorável, sobretudo porque apresentar às autoridades palestinianas as condolências pela morte de Yasser Arafat é, obviamente, um gesto que nos parece respeitável, defensável e necessário. Portanto, o meu Grupo queria associar-se a este voto da Assembleia, e também, sobretudo, à parte de manifestar a esperança na resolução do problema palestiniano com respeito mútuo dos direitos do povo palestino e judaico, e que exortava a União Europeia a participar activamente na procura de uma solução

justa e duradoura, parece-nos que esta parte é manifestamente muito importante e é ela que justifica o voto favorável do PS a este voto de pesar.” -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Parece-me que não foi politicamente correcto ao apresentar a Moção n.º 11, mas lamento, de facto, que não se tenha tomado uma decisão de arranjar bases para se resolverem os problemas que assolam a Cidade de Lisboa, para todos nós sabermos o que podemos contar em relação ao Túnel do Rossio, à rede do Metro, etc., etc. -----

----- Mas, enfim, a Assembleia decidiu, está decidido. -----

----- Queria fazer também uma observação acerca do voto de pesar pela morte de Fernando Valle. -----

----- Oriundo que sou da zona de Arganil, não conheci directamente o Dr. Fernando Valle mas conheci vários dos seus familiares, com quem mantenho boas relações, e lembro-me, sobretudo, das referências que o meu pai fazia do que era a acção do Dr. Fernando Valle, há 60 ou 70 anos, naquela zona que sempre esteve disposto a ajudar e a trabalhar pelo bem das populações. -----

----- Para mim é suficiente saber isto e poder dizer que o Dr. Fernando Valle era um homem de bem e merece todo o meu respeito e consideração.” -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)** apresentou, por escrito, a seguinte declaração de voto relativamente à Moção n.º 7. -----

----- “Voto contra a Moção n.º 7 em razão dos considerandos pois nela apenas se critica e considera responsável o Povo Judeu pelas mortes em Gaza e na Cisjordânia. --

----- Nesta Moção parece pressupor-se, ou tem-se quase a certeza, que os bons são os Palestínianos e os maus os Israelitas. -----

----- Se os considerandos fossem reformulados teria votado favoravelmente a Moção. -

----- A guerra mantém-se por erros sistemáticos dos dirigentes actuais dos dois Povos.” -----

----- Seguidamente o **Senhor Presidente** deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da actividade municipal.** -----

----- **Ponto 2 – Proposta 772/2004** -----

----- **Ponto 3 – Proposta 801/2004** -----

----- **Ponto 4 – Proposta 803/2004** -----

----- **Ponto 5 – Proposta 804/2004** -----

----- **Ponto 6 – Proposta 807/2004** -----

----- **Ponto 7 – Proposta 810/2004** -----

----- **Ponto 8 – Proposta 805/2004** -----

----- **Ponto 9 – Proposta 806/2004** -----

----- **Ponto 10 – Proposta 847/2004** -----

----- **Ponto 11 – Proposta 848/2004** -----

----- **Ponto 12 – Proposta 849/2004** -----

- Ponto 13 – Proposta 850/2004 -----
- Ponto 14 – Proposta 851/2004 -----
- Ponto 15 – Proposta 852/2004 -----
- Ponto 16 – Proposta 853/2004 -----
- Ponto 17 – Proposta 854/2004 -----
- Ponto 18 – Proposta 855/2004 -----
- Ponto 19 – Proposta 856/2004 -----
- Ponto 20 – Proposta 870/2004 -----
- Ponto 21 – Proposta 871/2004 -----
- Ponto 22 – Proposta 872/2004 -----
- Ponto 23 – Proposta 874/2004 -----
- Ponto 24 – Proposta 875/2004 -----
- Ponto 25 – Proposta 883/2004 (Plano de Actividade para o ano de 2005) -----
- Ponto 26 – Proposta 883/2004 (Orçamento para o ano de 2005) -----
- Foi distribuído um aditamento com o seguinte ponto: -----
- **Ponto 27 – Estratégia para as Relações Internacionais da Assembleia Municipal** -----
- Foi distribuído um segundo aditamento com o seguinte ponto: -----
- **Ponto 28 – Eleição do representante da Assembleia Municipal de Lisboa como membro do júri do concurso de atribuição de fogos nos empreendimentos das Galinheiras e Ameixoeira.** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA C.M.L. ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA E) DO ART.º 53º. DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita a que se refere o n.º 1, alínea e) do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal.-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, leu o seguinte documento:  
 ----- “Como certamente é do vosso conhecimento, estes dois últimos meses de actividade do Executivo camarário, cujo balanço aqui apresentamos, foi marcado por um vasto conjunto de medidas e iniciativas que cruzam praticamente todas as áreas de intervenção no tecido urbano, continuando, como sempre mas que nunca será demais lembrá-lo, a reflectir a visão política de modernidade que temos para a Cidade de Lisboa. -----

----- Neste período em análise começo por destacar uma obra estrutural de vital importância para a cidade que foi a inauguração do novo Terminal Rodoviário de Sete Rios, o que, para além das vantagens da nova localização, nos permitiu, ao mesmo tempo, requalificar toda a zona do antigo terminal, onde vai nascer o futuro Jardim do

Arco do Cego. Trata-se de uma área ajardinada de recreio e lazer, descoberta, com um relvado central e um jardim coberto, mantendo-se algumas estruturas de maior interesse patrimonial enquanto outras serão demolidas. -----

----- No que respeita ao novo terminal, que se prevê que movimente uma média diária de 7.000 passageiros, sublinho, mais uma vez, as vantagens da nova localização, junto a vários importantes eixos viários de saída e entrada na cidade, o que permite que o terminal de Sete-Rios venha funcionar como um interface multimodal para sete diferentes meios de transporte: os autocarros expresso e os da Carris, os comboios do Metropolitano e da Refer, os táxis, o automóvel privado e, futuramente, o eléctrico rápido de superfície. -----

----- Neste domínio importa ainda referir que a inauguração do Terminal de Sete Rios foi integrada na Semana Europeia da Mobilidade, que decorreu entre 16 e 22 de Setembro, iniciativa que marcou, por parte deste Executivo, a apresentação de um conjunto de projectos estruturais e permanentes que convergem para o objectivo de melhorar a mobilidade na cidade, em detrimento da política de promoção de medidas meramente simbólicas e temporárias que, em pouco ou nada, contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes. -----

----- Destaco, por exemplo, o projecto das vedações físicas colocadas nos corredores BUS da Rua da Junqueira, um projecto experimental, que consiste na colocação de três tipos diferentes de separadores físicos, todos eles flexíveis, que vão ser observados através de um sistema de vídeo vigilância e que estamos a desenvolver em conjunto com a Carris, prevendo-se a sua aplicação noutras zonas da cidade. -----

----- A este propósito gostaria de relembrar que se trata de uma medida experimental mas que poderá ter um carácter permanente se os resultados alcançados satisfizerem os objectivos propostos, ou seja, aumentar a velocidade média de circulação dos transportes públicos, que hoje em Lisboa é de 14,8 km/h. Não esqueçamos que, por cada quilómetro a mais que os transportes públicos consigam fazer em Lisboa, a Carris poupa 5 milhões de euros. -----

----- Outra medida significativa foi o alargamento do sistema GERTRUDE, que gere centralmente e em tempo real a regulação do tráfego em Lisboa, até à zona do Areeiro, designadamente aos cruzamentos das avenidas Gago Coutinho, Afonso Costa, João XXI e Manuel da Maia, bem como a alguns troços das avenidas de Roma e Almirante Reis, totalizando 23 novos cruzamentos e 100 novos detectores, o que vai permitir otimizar a gestão do tráfego em todas aquelas artérias. -----

----- Medida complementar mas por nós considerada também de grande importância foi a assinatura do protocolo com a Universidade Nova de Lisboa, com vista à realização de um Estudo da Qualidade do Ar, assumindo em conjunto a responsabilidade de realizar acções de prevenção, avaliação, caracterização e controlo da qualidade do ar ambiente, concretamente na zona do Bairro Alto e Chiado. -----

----- O protocolo visa tratar do principal problema ambiental da Cidade de Lisboa, o da poluição atmosférica e, há cerca de um ano após o encerramento do Bairro Alto ao trânsito automóvel, o estudo que agora vai ser desenvolvido pretende mostrar que aquele tipo de medidas traz um conjunto alargado de vantagens para toda a população.

----- A fechar este ciclo de intervenções ligadas à Semana da Mobilidade gostaria ainda de focar mais três projectos que desenvolvemos. -----

----- Procedemos também ao encerramento temporário da Rua Rosa Araújo ao trânsito, um assinalar simbólico, mas que na verdade traduz uma acção que será uma realidade no futuro, uma vez que já está definida no Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente (PUALZE) que contempla a pedonalização de algumas artérias na área central da cidade, contribuindo, desta forma, para uma melhor qualidade de vida dos munícipes. -----

----- Inaugurámos a Escola de Formação Rodoviária do Parque da Bela Vista, que tem por objectivo ensinar às gerações de hoje formas de evitar a grande sinistralidade que existe no País. Recordo que, depois da abertura da escola de trânsito no Alto da Serafina e com a inauguração deste novo espaço, no Parque da Bela Vista, Lisboa passa a ter duas escolas para ensinar as regras de segurança rodoviária às crianças, com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos. Com um investimento de cerca de sete mil euros, esta nova escola deverá receber cerca de dez mil crianças por ano. -----

----- Por último, outra medida estrutural considerada fundamental para a mobilidade na cidade foi a assinatura do protocolo destinado à construção do nó rodo-ferroviário de Alcântara. Esta infra-estrutura virá substituir o actual viaduto provisório, adoptando-se uma solução intermodal que acautela uma melhor articulação do caminho-de-ferro com a zona portuária e a futura estação do Metropolitano, cuja rede se estenderá a esta zona. -----

----- Recordo que este protocolo foi assinado em simultâneo com a apresentação do projecto “Alcântara XXI”, que vai reconverter toda a zona ribeirinha ocidental de Lisboa. Trata-se de um projecto de requalificação urbanística e de acessibilidades, que abrange uma área de 43 hectares e deverá envolver um investimento na ordem dos 600 milhões de euros, sendo cerca de 340 milhões de euros assegurados por investidores privados. -----

----- O projecto visa melhorar as ligações da cidade com o rio, um reordenamento urbano que se articule com os valores patrimoniais, a modernização da zona pela reconversão e reabilitação das instalações industriais, criando uma nova malha urbana, a recuperação de edifícios de qualidade e a dotação da área com uma nova estrutura verde e novos equipamentos. Para além das parcerias público-privadas, é importante referir o envolvimento no projecto da nova Sociedade de Reabilitação Urbana da zona, que intervirá na reabilitação dos bairros adjacentes para acabar com os fogos devolutos e trazendo nova população jovem para o tecido edificado. -----

----- No domínio da requalificação urbana destaco igualmente o protocolo de cooperação técnica e científica que celebrámos com a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), no âmbito da elaboração do *dossier* final de candidatura da Baixa Pombalina à lista do Património da Humanidade. Recordo que a CML já formalizou, junto da Comissão Nacional da UNESCO, o processo da candidatura, encontrando-se presentemente na fase de constituição do *dossier* final, ao qual faltam ainda estudos de conjunto e de pormenor sobre o estado de conservação dos edifícios, exigidos pela Comissão Nacional. -----



----- Ainda neste contexto e inserido no âmbito da requalificação do Terreiro do Paço, chegámos a acordo com os CTT para a transferência do centro de distribuição postal 1200 daquela zona histórica da cidade para outro local. Garantimos, assim, o início do processo de libertação da primeira área do Terreiro Paço, que corresponde aproximadamente a 1.900 metros quadrados. Para nós este acordo representa também um exemplo que esperamos possível de concretizar com outras entidades, de forma a pôr o mais depressa possível em execução projectos já definidos, uma vez que podem constituir um factor de grande importância para a valorização da Baixa Pombalina e para o seu processo de candidatura a Património da Humanidade. -----

----- Destaque merece igualmente a apresentação em livro de mais dois estudos de diagnóstico e prospectiva da cidade de Lisboa – Habitação e Mercado Imobiliário na Área Metropolitana de Lisboa e Diagnóstico Sócio-Urbanístico da Cidade de Lisboa – encerrando-se assim uma colecção de estudos urbanos composta por quatro volumes, editada pelo pelouro do Planeamento Urbano e do Urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa. A pertinência e a importância destes estudos justifica-se pelo facto de mostrarem a realidade de Lisboa em áreas vitais ligadas ao desenvolvimento social e económico e de diagnosticarem a cidade em áreas como a demografia, a habitação, o mercado imobiliário e o emprego, entre outras. Continua a ser nosso objectivo dotar a cidade de um inovador sistema onde as visões de planeamento urbano e as práticas urbanísticas se interliguem mais directamente, contribuindo para a construção de um urbanismo com uma estratégia luminosa e procedimentos transparentes, princípio esse que reforça o actual processo de revisão a que está a ser sujeito o Plano Director Municipal. -----

----- Em matéria de estacionamento, a Câmara Municipal de Lisboa, em colaboração com a Administração do Porto de Lisboa e com a operadora dos parques de estacionamento na área de jurisdição da APL, garantiu mais 200 lugares de estacionamento na Zona Ribeirinha, destinados a moradores e comerciantes, a somar aos 175 lugares já existentes. Esta medida é uma resposta às necessidades de estacionamento dos moradores e comerciantes das freguesias ribeirinhas, aumentando os lugares de estacionamento nesta zona onde vigoram restrições à circulação e estacionamento de veículos. -----

----- Na área desportiva e no período em análise, concretizámos mais dois importantes projectos em termos de equipamentos desportivos. Por um lado, foi aprovado, por unanimidade, na reunião do Executivo de 30 de Setembro, a adjudicação da empreitada de conclusão das obras do Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso, um investimento aproximado de 3,2 milhões de euros. -----

----- Por outro lado, e na mesma reunião do Executivo, foi igualmente aprovada a adjudicação das empreitadas de construção de seis novas piscinas municipais. -----

----- As propostas destinam-se à concepção e construção das piscinas municipais de Santa Maria dos Olivais, Rego, Alvito, Ameixoeira, Vale Fundão e Belém num investimento total que ronda os 16 milhões de euros, acrescidos de IVA. -----

----- Prática desportiva que na Cidade é também sinónimo de vida saudável e ao ar livre. Nesse sentido fizemos um balanço da Campanha de Dinamização de Verão

2004 – «Monsanto é Pura Diversão» – que decorreu entre 29 de Maio e 3 de Outubro e que contou com a presença de milhares de visitantes no Parque Florestal de Monsanto. Durante os quatro meses de Verão, Monsanto recebeu crianças, jovens e adultos, praticantes de escalada, *skate* e BTT ou de muitos outros desportos de ar livre, muitas famílias que puderam usufruir de um passeio no parque e muitos amantes de música, desde o fado ao *rock*, sem contar com a presença de milhares de apoiantes da Seleção Nacional de Futebol que torceram pela nossa equipa em pleno Parque, com as transmissões dos jogos do Euro 2004, em écran gigante colocado na Alameda Keil do Amaral. -----

----- Na continuidade desta política apresentámos já o plano de actividades para o período do ano lectivo de 2004/2005, que vão desde o Desporto de Aventura, à Educação Ambiental, aos Passeios, às Exposições, ao Teatro e *Ateliers* entre muitas outras actividades previstas para o Parque Florestal de Monsanto. A partir de Outubro vai, assim, ser possível realizar muitas actividades consoante os objectivos e as preferências de cada um, dirigidas a crianças, jovens e adultos; individualmente ou em grupos organizados; durante a semana ou ao fim-de-semana. Estarão ainda à disposição dos visitantes do Parque todos os recursos do edificio Espaço Monsanto (Ludoteca, Centro de Recursos, Auditório, Zona de Exposições, Bar). -----

----- Mas a vida na cidade também ganhou outra dinâmica nestes dois meses. Lisboa conheceu a 4ª edição das “Noites de S. Bento”, subordinada ao tema “Portugal e o Oriente”, uma iniciativa que contou com a adesão de 20 antiquários que abriram as portas das suas lojas em S. Bento até à meia-noite, entre os dias 23 e 25 de Setembro.

----- Cidade que conhece este ano e com o aproximar da quadra natalícia a maior árvore de Natal da Europa, com 62 metros de altura e dois milhões de lâmpadas. O grande símbolo de Natal está instalado nos jardins em frente ao Mosteiro dos Jerónimos, na Praça do Império, em Belém, e traz certamente um novo encanto a todas as crianças de Lisboa. -----

----- Mas toda esta dinâmica está também intimamente ligada à vida cultural que trazemos para a nossa cidade. Se, por um lado, assinalámos mais um Dia Mundial da Música – com a inauguração da Alameda da Música e sete arruamentos, no Alto Lumiar, com nomes de cantores, instrumentistas e maestros – por outro, demos também um importante passo na dotação de novos equipamentos culturais com o propósito que já anunciámos de adquirir o Pavilhão de Portugal, no Parque das Nações, para o transformar num espaço cultural e museológico. -----

----- A juventude conheceu também um novo espaço de interacção tecnológica e cultural com a apresentação do autocarro Multimédia da Juventude da Câmara Municipal de Lisboa. Este projecto representa uma iniciativa prioritária numa cidade onde queremos que as pessoas possam viver, trabalhar e estudar. O Autocarro Multimédia é um equipamento com total mobilidade e autonomia, inovador e único na Península Ibérica, equipado com as mais modernas tecnologias de informação e comunicação. A conectividade que este espaço móvel oferece resulta de uma parceria tecnológica estabelecida entre a Câmara e a Portugal Telecom. -----

----- No âmbito cultural gostaria ainda de salientar três outras iniciativas, embora de carácter distinto. Começo por lembrar a realização da 23ª edição da Moda Lisboa, hoje uma afirmação e uma referência de projecção internacional de que Lisboa está na moda e a moda é uma referência na nossa cidade. Relançámos também a Agenda Cultural, uma aposta clara e forte na qualidade e numa melhor excelência na apresentação desta publicação, procurando responder com mais eficácia a uma nova realidade cultural que se vive entre nós, caracterizada, por um lado, por um grande aumento da oferta cultural que a cidade tem vindo a disponibilizar e, por outro, a uma procura cultural cada vez maior por parte das pessoas. -----

----- Por último, a implantação do novo sistema de entradas no Castelo de São Jorge, isentando os residentes no Concelho de Lisboa. Como sabem, esta proposta foi apresentada pela EGEAC e consistiu em introduzir, a partir de 1 de Novembro, uma tarifa única, de três euros, contemplando reduções e isenções para públicos como o infanto-juvenil, sénior, profissionais da comunicação social e guias turísticos em serviço, associações portuguesas de Museus e dos Amigos dos Castelos, entre outros. No nosso entender, esta medida justifica-se no sentido de serem desenvolvidas dinâmicas de gestão patrimonial e cultural, que permitam uma melhor conservação e potencialização dos equipamentos culturais da Cidade de Lisboa. -----

----- Para finalizar este balanço de actividade é imperativo falar ainda em duas outras áreas de intervenção. No domínio da política social que temos vindo a pôr em prática destaque, para já, a assinatura de nove protocolos de colaboração com diversas Instituições Particulares de Solidariedade Social, com vista ao investimento em aquisição de equipamentos de cozinha, lavandaria e outros, que irão permitir a ampliação e qualificação de serviços, no apoio às pessoas idosas e abranger um maior número de necessitados. O investimento feito neste projecto de cooperação foi de 70 mil euros e corresponde a uma vontade e determinação em reforçar o mais possível o apoio às instituições de solidariedade social. -----

----- Associámo-nos também ao projecto de criação do Centro de Acompanhamento Pós-hospitalar Temporário da Fundação do Gil, um espaço que tem por objectivo primordial dar uma vida melhor a crianças até aos 12 anos, que necessitam de assistência e readaptação pós-hospitalar. O envolvimento da CML será não só o de facilitar toda a tramitação necessária administrativa, mas fundamentalmente patrocinando todo o conjunto de obras de arranjos exteriores do edifício, para que mais depressa as crianças possam usufruir deste espaço tão necessário. -----

----- No domínio da projecção internacional da nossa cidade, várias iniciativas contribuíram também para uma cada vez maior consolidação desta realidade. Lisboa foi, este ano, palco para as comemorações do Dia Mundial do Turismo, cidade que é hoje reconhecida como uma das marcas turísticas mais importante da Europa e numa altura que marca também o arranque da definição do Plano Estratégico para o Turismo da Região de Lisboa. Em paralelo, um estudo agora divulgado e da responsabilidade da Hotel Benchmark Survey da Deloitte, relativo a 2004, coloca Lisboa no grupo da frente em receitas hoteleiras, com um crescimento na ordem dos 20% em relação ao período homólogo. -----

----- Esta mesma Lisboa, que vai receber as sedes de duas importantes agências europeias: a Agência Europeia de Segurança Marítima (AESM) e o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT), cuja cerimónia de apresentação teve lugar no passado dia 21 de Outubro. Recordo que as sedes da Agência Europeia de Segurança Marítima e do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência vão instalar-se na zona ribeirinha de Lisboa, a partir de 2006, num complexo situado entre o Cais do Sodré e a Ribeira das Naus, e são parte integrante do projecto de reordenamento e requalificação urbanística daquela zona. -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

----- Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

----- Fica aqui uma não exaustiva mas significativa resenha das iniciativas deste Executivo Camarário ao longo destes dois últimos meses de Outubro e Novembro, que poderão encontrar, em detalhe, na informação escrita à Assembleia Municipal.” --

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Mais uma vez a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara não se faz acompanhar de informação sobre a situação financeira do Município, acresce ainda o facto de no debate sobre o Estado da Cidade a esta questão o senhor não ter dito nem uma palavra. -----

----- Nestes termos reitero as mesmas perguntas: -----

----- Os serviços estão parados por falta de dinheiro? -----

----- Adiam-se investimentos, por insuficiência financeira? -----

----- As empreitadas iniciadas não avançam, por falta de pagamento? -----

----- As dívidas a curto prazo estão a aumentar a uma velocidade vertiginosa? -----

----- Qual o montante desta dívida? -----

----- Mais uma vez gostaria, com o rigor exigível, obter a resposta a estas perguntas. --

----- A informação escrita, reflecte mais uma vez a preocupação de anunciar acções para o futuro sem apresentar o trabalho realmente realizado. É uma evidencia que o não poderia fazer porque a obra realizada neste período se pode considerar praticamente nula exceptuando a transferência do terminal de autocarros para Sete Rios, como aqui foi afirmado. -----

----- E mesmo esta medida já se encontrava projectada no anterior mandato. -----

----- Há mesmo um exemplo da inauguração, com grande pompa e circunstância, da escola de formação rodoviária do Parque da Bela Vista, em 21 de Setembro de 2004 mas que ainda hoje não funciona, o que é lamentável ainda mais quando é afirmado no relatório aqui presente. -----

----- Quanto a grandes projectos, como o chamado Alcântara XXI, que mais uma vez é apresentado sem dar resposta e contrariando os termos de referência propostos por V. Exa. aprovados, por unanimidade, em Sessão da Câmara de 29 de Maio de 2002, na proposta 167/2002. -----

----- Na referida proposta são aprovados a elaboração, num prazo de 12 meses, do Plano de Urbanização para a área de Alcântara-Rio e o seu acompanhamento pela Direcção Geral do Ambiente e Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo. -

----- Não havendo qualquer revogação da proposta aprovada e já se prevê que cada proprietário faça o seu loteamento sem ter em conta uma visão global das necessidades de infra-estruturas e equipamentos que só um plano pode prever com coerência, cumprindo o princípio da perequação. Para que não seja o Município a suportar as áreas de equipamentos e infra-estruturas e os privados beneficiarem dos espaços mais valorizados. -----

----- Em conclusão: todos queremos que se faça a renovação urbana e a revitalização desta área, mas só com um Plano de Urbanização haverá fundamento legal e o interesse público será preservado. -----

----- Quanto ao Terreiro do Paço, e a saída dos CTT é bem o exemplo das medidas avulsas tomadas por este Executivo, não conhecemos até hoje qualquer plano global, ao contrário do que aqui foi falado, para esta zona tão importante da Cidade de Lisboa, a não ser o que o PCP apresentou e que foi reprovado em Câmara por esta maioria. -----

----- Se é intenção desta Câmara não concretizar o Túnel rodoviário da Praça do Comércio previsto no PDM, gostaríamos de saber para quando a resolução do aterro em frente ao Cais das Colunas, que se encontra degradado, e a sua reabilitação, tendo em conta a importância desde espaço para a imagem desta praça que é um *ex-libris* de Lisboa e do País. -----

----- Como já sabíamos Lisboa vai receber as sedes de duas importantes agências europeias. Não se percebe muito bem qual vai ser a participação da Câmara neste processo, o que gostaríamos de saber visto que a informação não diz nada. -----

----- A anunciada compra do Pavilhão de Portugal no Parque das Nações, é mais uma fuga para a frente, pela situação financeira do Município. Apesar de ser um equipamento que pode no futuro ter grande importância para o Município de Lisboa, não nos parece o momento oportuno para tal decisão. -----

----- Com a agravante de estar anunciado que a Câmara pagaria em património, nomeadamente, terrenos localizados nas áreas previstas nos Planos da Zona Ribeirinha Oriental e no Plano de Vale de Chelas, com os consequentes prejuízos para o Município. -----

----- No caso concreto deverá caber ao Governo o projecto de utilização integral do pavilhão e não ao Município de Lisboa, que desta forma liberta o Governo de tal responsabilidade. -----

----- Todo este processo é do desconhecimento da Câmara e desta Assembleia. -----

----- Em fase de anúncios mais uma vez o Senhor Presidente, a exemplo de Santana Lopes, anunciou a transferência da Feira Popular para o Jardim do Tabaco, sem dar cavaco aos interessados: Câmara Municipal, Feirantes e Juntas de Freguesia. E a APL já tinha dado o seu acordo a esta proposta? -----

----- Isto prova bem a forma fútil com que se fazem estes anúncios. -----

----- No meio de tantas incoerências, segundo a comunicação social, a Câmara vai ter novo processo no tribunal sobre a decisão de concretizar entradas pagas no Castelo de São Jorge. -----

----- Os portugueses têm todos o mesmo direito, não é concebível que seja coarctada a possibilidade de usufruir gratuitamente do espaço público que é um direito. -----

----- Quanto a outras questões insertas na sua informação, chamo a atenção para a questão do ponto da situação da revisão do PDM, onde se anuncia que se anexa cópia do trabalho produzido não tendo sido distribuído com a informação, esperando que seja entregue para apreciação e análise do ponto da situação em que se encontram os trabalhos. -----

----- Quanto ao Túnel do Marquês, porque apenas recebemos hoje o Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, reservamos o nosso posicionamento, mas lembramos que ainda decorre o processo, o Acórdão refere-se somente à providência cautelar. -----

----- Quanto ao Túnel só podemos lembrar a recomendação aprovada nesta Assembleia, proposta pelo PCP, que é franca e abertamente contra o Túnel do Marquês. A proposta aprovada foi no sentido do prolongamento do Túnel das Amoreiras até ao cruzamento da Rua Artilharia Um. -----

----- Já foi provado que esta obra não é prioritária por ser desnecessária e ser prejudicial para a mobilidade na cidade. -----

----- Além das recomendações do Estudo de Impacte Ambiental, lembro que também não existem outros estudos fundamentais de justificação da obra: Estudo de Tráfego e Estudo de Segurança. -----

----- E quanto a outros equipamentos muito importantes para a cidade, como seja o Pavilhão Carlos Lopes, e a piscina dos Olivais, que continuam encerrados, sem qualquer previsão da sua reabertura? -----

----- Senhor Presidente esta informação da actividade Câmara Municipal é muito insuficiente e por outro lado também revela que além da actividade normal e regular pouco ou nada foi concretizado, tal como no debate sobre o Estado da Cidade, como foi hoje mais uma vez aqui provado pelas intervenções das populações, em particular sobre os problemas de habitação de que salientam os moradores da Vila Ferro e da gravidade, humilhante e desumana situação em que vivem, problema para o qual esta Câmara tem sido insensível. -----

----- Em conclusão, a cidade e os lisboetas não têm uma Câmara que se preocupe com a resolução dos problemas das pessoas, mas tão só o anúncio constante de intenções.” -

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra, disse que o discurso, lido, do Sr. Presidente da Câmara, era sintomático da apatia do Executivo Municipal, a onze meses de distância das eleições. Tiveram oportunidade de escutar esse discurso e de o ler na informação escrita, e viam que os projectos estruturantes da Câmara, ou não estavam a ser acompanhados, ou tinham uma pálida execução. -----

----- Por exemplo, em termos de mobilidade anunciavam uma ampliação do sistema GERTRUDE a umas zonas confinantes da cidade, quando a realidade que tinham por toda a malha urbana era um trânsito caótico, um estacionamento em segunda fila generalizado e com total impotência dos serviços, quer camarários, quer governamentais, para fazer cessar essa situação de incumprimento. Portanto, ia reinando a lei da selva com total apatia por parte do Município. -----

----- Ainda relativamente ao estacionamento, que foi uma bandeira do actual Presidente da Câmara com os programados e prometidos silos de estacionamento, verificavam que construídos estava apenas um e que os onze ou doze mil lugares de estacionamento prometidos se confinavam a escassas centenas. Isso, conjugado com o túnel, que parecia ser agora o balão de oxigénio para o Executivo municipal, podia ter outra leitura, que é a seguinte: -----

----- Era uma realidade estatística que os tribunais superiores administrativos resolviam a maior parte dos casos com base em argumentos formais, e este era mais um deles. O Supremo Tribunal Administrativo resolveu esta questão com a constatação da existência ou inexistência de Estudo de Impacte Ambiental, no entanto as questões de fundo, mencionadas na fundamentação do Acórdão, nem sequer eram referidas na decisão final. -----

----- Bastava ler o que dizia o Acórdão, porque conflitos com as condutas da EPAL, extracção de fumos, combate a incêndios, acidentes, ruídos, arranjos exteriores e segurança rodoviária, zona de intenso ruído, Directivas Comunitárias que recomendam aos Estados membros a adopção de medidas preventivas para efeitos de poluição, áreas sensíveis classificadas, perigos de afectação do ambiente da qualidade de vida naquela zona, todas essas questões de fundo não foram sequer abordadas substantivamente pela decisão, e a Câmara, em vez de ver nisso um sinal amarelo, um sinal de que seria bom levar o processo de impacte ambiental até ao fim, conformava-se com a decisão formal e as garantias para a qualidade de vida das pessoas passavam a ser acessórias. De facto, era um critério admirável. -----

----- Quanto à cultura, disse que tinham a maior árvore de Natal da Europa e as noites em São Bento, mas projectos estruturais nessa área, como por exemplo o Parque Mayer, essa promessa eleitoral que tal como a do Túnel do Marquês não seria cumprida, ficava por explicar qual era a situação desse projecto, nomeadamente o que era feito da anunciada parceria entre privados, de discutível mérito para o interesse do Município, porque nesta informação escrita nada tinha. Ou seja, ficavam na dúvida se foi feita alguma coisa, se teve alguma evolução ou se pura e simplesmente ficou esquecido. -----

----- Assim como também não sabiam se a promessa do Sr. Presidente da Câmara, ali anunciada na última reunião da Assembleia e que dizia respeito à instalação da Feira Popular no Jardim do Tabaco, tinha alguma fundamentação, se era para levar a sério e se iriam ser confrontados com alguma medida nesse domínio. -----

----- No que tinha a ver com o desporto, disse que perante a total incapacidade de arranjar uma alternativa para os Jogos de Lisboa, constatavam que passava a ser considerada como um evento desportivo a organização da assistência da população jovem no Parque de Monsanto para ver jogos do EURO 2004. De facto, tinham ali uma matriz de comparação entre o que foi o anterior e o que era o actual Executivo! Ou seja, perante o envolvimento de dezenas de associações e milhares de jovens numa prática desportiva permanente, tinham a assistência a eventos televisionados. -----

----- Depois, referindo-se à área da juventude, disse que a desilusão era total. Por exemplo, nada sabiam desse programa de realojamento dos jovens no centro da

cidade, com a recuperação de imóveis através da cedência em direito de superfície. E quanto ao Espaço Jovem, em Lisboa, um espaço estruturante para integrar diversas valências, constatavam que dera origem a um autocarro multimédia que diziam ser único na Península Ibérica, quando podia já avançar com dois ou três exemplos de situações dessas, promovidas por empresas de telecomunicações. -----

----- Referindo-se à segurança, disse que também reiteravam que estava por cumprir um dos pressupostos da viabilização do Orçamento de 2004, que era o financiamento da construção de esquadras no decurso desse ano. Nada disso foi feito, estavam perante uma total omissão, era a qualidade de vida que estava em risco quando em áreas que deveriam ser caras a toda a Assembleia, em particular à coligação que actualmente geria a cidade porque o prometeu em campanha autárquica, mas, de facto, a segurança era, neste momento, um tema ignorado e abandonado. -----

----- Terminou perguntando à Câmara onde estava a felicidade que prometeram aos lisboetas. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que a intervenção que tinha preparada para esta reunião começava assim: -----

----- “Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora do Urbanismo, dirijo-me especialmente a vós pois sois os causadores de um certo abalo que no recém-realizado debate sobre o Estado da Cidade sofreram as minhas convicções sobre as virtudes do parlamentarismo e do planeamento. -----

----- É que tendo V<sup>as</sup>. Ex<sup>as</sup>. tomado a palavra posse da palavra durante cerca de 180 minutos, nem um só foi dedicado ao planeamento da cidade. Embora, pelo menos três vezes, as bancadas do lado esquerdo tenham chamado a atenção para o assunto. -----

----- Procuramos, esperançados, que a informação escrita do Senhor Presidente desse resposta às questões então formuladas, e que compartilhavam com muitos concidadãos: como vai o exercício de planeamento, hoje, na nossa cidade?” -----

----- Após ler o início da intervenção que, como disse, tinha preparado, acrescentou que dentro do funcionamento deste ponto, ou seja, perguntas ao Presidente da Câmara sobre a informação escrita, como ele não estava presente nem a Vereadora responsável pelo Pelouro, pese embora o respeito institucional e pessoal que tinha pelo Sr. Vereador Pedro Pinto, prescindia do uso da palavra. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer que desejava realçar um ponto da informação escrita, que correspondia a uma opção que a Câmara várias vezes ali assumira e que coincidira com o período em análise, concretamente a Semana Europeia da Mobilidade. De facto, a opção que o Executivo desenvolveu, e tem desenvolvido em anos transactos em substituição do fecho da circulação rodoviária apenas num dia, por medidas estruturais para a cidade, merecia o mais forte aplauso. Veja-se o caso dos corredores *BUS* na Rua da Junqueira, bem como a transferência do terminal do Arco do Cego que correspondia também a uma promessa eleitoral. -----

----- Portanto, não podia deixar de reforçar esse ponto que o Sr. Presidente da Câmara ali enunciou, e que correspondia, aliás, a um objectivo político várias vezes ali trazido pelo PSD, da substituição da medida avulsa do fecho autoritário da circulação



rodoviária num dia por medidas estruturais de mobilidade sustentada para a Cidade de Lisboa. -----

----- Por outro lado, salientava a aposta em algum equipamento cultural como foi a aquisição do Pavilhão de Portugal, no Parque das Nações, e também a afirmação, cada vez mais sustentada, da Cidade de Lisboa no quadro do turismo em termos comparativos internacionais. -----

----- Nesta altura, porque lhe foi requerido, a Mesa procedeu à verificação do *quorum*, após o que o **Senhor Presidente** anunciou que estavam presentes 59 Deputados Municipal, pelo que os trabalhos prosseguiram. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que os acontecimentos da vida política sucediam-se a um ritmo tal, que por vezes as intervenções também tinham que sofrer ali algumas alterações em relação ao que estava previsto. -----

----- Não estava presente o Sr. Presidente da Câmara, com certeza teria sido chamado a outras consultas dado o momento complicado que o País poderia estar a atravessar...

----- **O Senhor Presidente**, interrompendo o orador, informou que o Sr. Presidente da Câmara tinha um compromisso com uma iniciativa para que ele próprio também tinha recebido um convite, e informara que não poderia estar ali presente, obviamente. Mas, porque disse que se ausentava durante algum tempo, pensava que o Sr. Presidente da Câmara ainda voltaria a esta reunião. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, retomando o uso da palavra, disse que o Sr. Presidente da Câmara poderia ter-lhes poupado hoje a leitura da sua informação, e aproveitar para lhes explicar algumas coisas que estavam a acontecer em Lisboa que poderiam vir a prejudicar seriamente os lisboetas, e muito naturalmente também, embora para si houvesse uma explicação, algum determinado tipo de comportamento que tem assumido desde que reocupou as suas funções, que em nada se coadunavam com a imagem que ele soube realizar, por mérito próprio, enquanto foi Vice-Presidente da Câmara. -----

----- A verdade era que tinham Lisboa novamente coberta de *outdoors* a propósito do Túnel do Marquês. E numa Câmara Municipal que tinha as dificuldades financeiras que a de Lisboa tem, que tinha o endividamento, a curto prazo, mais acentuado da história do Município nos últimos 30 anos, perguntava qual era a utilidade de um *outdoor*, que era meramente um *outdoor* de “provocação” – provocação no bom sentido – eleitoral. “Vejam, queriam acabar com isto e agora está ...”. Bom, que era que isso tinha de importante para a cidade? Em que era isso decisivo para a construção do Túnel do Marquês? O que era que isso significava, em termos financeiros, numa autarquia que se endividara, de forma escandalosa, desde que esta maioria chegara ao poder político na Cidade de Lisboa? -----

----- E este “escandaloso” não tinha nada de malicioso, que não o interpretassem mal. Era escandaloso apenas pela rapidez, pela irresponsabilidade com que a Câmara foi assumindo dívidas atrás de dívidas para satisfazer, ao fim e ao cabo, as vaidades de quem tem estado à frente do Município, e agora tem estado à frente do Governo do País. -----

----- Portanto, esta era uma questão muito concreta que queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, e ele não estava. Mas também lhe queria perguntar porquê tanto *show-off* ultimamente. Ele apareceu no debate sobre o Estado da Cidade com um filme! Muito bem, foi uma inovação na apresentação desses debates, mas ficava a pergunta: seria que a oposição tinha direito a usar os meios técnicos da Câmara para também poder ali apresentar um filme? Bom, chegou-lhes com um filme, condicionou o debate com a localização da Feira Popular e depois todos ouviram, com espanto, declarações do Sr. Presidente da Câmara a dizer que era uma intenção, não queria dizer que fosse para ali! -----

----- Mas que estilo era esse? Não era o estilo do Sr. Presidente da Câmara! Ou ele já estava a pronunciar que o seu lugar iria ser rapidamente vagado novamente, porque o anterior Presidente da Câmara não renunciou e, portanto, tinha direito a ocupar o lugar, e já lhe estava a aquecer o lugar ao fim e ao cabo. Seria isso? -----

----- Pessoalmente tinha uma resposta para isso. O Sr. Presidente da Câmara, Prof. Carmona Rodrigues, por quem tinha respeito e consideração, já estava em campanha eleitoral. Não tinha mal nenhum estar-se em campanha eleitoral, o problema é que era uma campanha eleitoral para dentro do seu próprio partido! Era uma campanha eleitoral para convencer o PSD para ser candidato. Essa é que era a verdade! -----

----- Mas a cidade é que era penalizada com isso, a cidade é que sofria com isso. -----

----- Portanto, tinham uma cidade que estava a ser maltratada, que estava a ser sacrificada meramente por razões eleitoralistas, internas ou externas, desde que a actual maioria era poder na Câmara Municipal de Lisboa. Isso é que era preocupante, porque a verdade, para além dos túneis, para além das feiras populares, era que a vida concreta das pessoas, a facilidade com que as pessoas se moviam na cidade, os problemas que tinham a ver com a segurança, com a higiene urbana, com o ambiente e com tudo aquilo que tinha a ver o bem-estar social, o bem-estar das pessoas na Cidade de Lisboa, estava cada vez pior, estava a andar para trás. -----

----- Isso mesmo lhe dizia uma sondagem que recentemente encomendou, em nome do seu partido, para a Cidade de Lisboa, uma sondagem com mais de 2.100 entrevistas, onde em nenhuma área a actual maioria era avaliada positivamente. -----

----- Por conseguinte, talvez o Sr. Presidente da Câmara pudesse ter tido oportunidade de lhes explicar qual era o rumo que tinha para Lisboa, qual era o sentido estratégico que tinha para tudo isso, qual era a razão porque hoje era aqui, amanhã era ali e depois de amanhã seria noutro sítio qualquer. -----

----- Ficaria sem respostas com certeza, até porque reconhecia que não competia ao Sr. Vice-Presidente dar-lhe essas explicações. -----

----- **A Deputada Municipal Lurdes Pinheiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão, no uso da palavra, disse que em relação ao estacionamento e condicionamento do trânsito, de que o Sr. Presidente da Câmara tanto ali falava, tinham uma reunião marcada com a população, no próximo dia 6 de Dezembro, para fazer o balanço do condicionamento do trânsito em Alfama e pensava que teriam que resolver algumas situações, nomeadamente a falta de fiscalização que

fazia com que se degradasse todo o sistema, sistema esse em que se gastou muito dinheiro mas que estava constantemente avariado. -----

----- Presentemente, o sentimento em Alfama – e era possível que no dia 6 aparecesse esse sentimento – era que estavam com vontade que o sistema deixasse de existir porque as Juntas de Freguesia acederam, trabalharam todas em conjunto, a população foi cumprindo as regras, e o que acontecia hoje era que ninguém cumpria regras nenhuma, e não cumpria porque não havia fiscalização. À noite havia carros estacionados desorganizadamente, o sistema degradava-se e tudo isso criava um sentimento de revolta na população. -----

----- Em relação aos lugares de estacionamento tinham outro problema que a Câmara não discutiu com as Juntas, e deveria ter discutido. É que devido às obras que estavam a decorrer no bairro, havia montes de estaleiros que tiravam lugares de estacionamento aos moradores. A Câmara arranjava lugares, com a anuências das Juntas, a 25 euros, e agora tinham estacionamento para moradores a 25 euros e a 37,50 euros, e esses moradores deixaram de ter lugares porque estavam ocupados com os estaleiros. Era necessário rever essa situação, e com certeza no dia 6 também se iriam debruçar sobre isso. -----

----- Seguidamente, referindo-se à acção Praia-Campo, disse que se empenharam muito para que, quer para as crianças, quer para os seniores, tudo corresse bem para que toda a gente ficasse bem-vista, inclusive as Juntas de Freguesia e a Câmara. Só que a Câmara não estava a cumprir com as Juntas já que não transferia as verbas atempadamente para pagar essa acção. -----

----- Referindo-se ao TeleAlarme, disse que em 2003 a Sra. Vereadora fez uma carta às Juntas propondo que elas trabalhassem para que tivessem dez pessoas nas freguesias para usufruírem desse sistema, sistema esse que pessoalmente entendia que era importantíssimo porquanto a sua freguesia tinha muita gente de idade avançada, muitas pessoas que viviam sozinhas e essa era uma forma para elas se sentirem mais protegidas, especialmente aquelas que não podiam sair de casa. Só que trabalharam com tanto afinco para que as inscrições chegassem a tempo e horas, esteve na apresentação do projecto, mas passado cerca de ano e meio nem sequer conseguiam falar para o serviço da Câmara que respondia por esse projecto. O que sabia era que algumas das pessoas que propôs já morreram! -----

----- Portanto, o que queria saber era se, afinal, havia sistemas de TeleAlarme ou não, e para quando. -----

----- Por fim, disse que as Juntas de Freguesia de Alfama, assim como a população, ficaram surpreendidas com a anunciada localização da Feira Popular no Jardim do Tabaco, e por isso já escreveram uma carta ao Sr. Presidente da Câmara e esperavam que lhes mostrasse o projecto e conversasse com as Juntas sobre essa questão, mas desde já adiantava que não estavam nada de acordo com essa localização. Ou seja, como não estavam em relação ao casino, também não estavam com a Feira Popular. --

----- **O Deputado Municipal Fernando Saraiva (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Benfca, no uso da palavra, começou por dizer que na informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, na parte referente à acção social referia-se que vários

protocolos foram assinados com instituições privadas de solidariedade social, mas não se quantificavam. Percebia que assim fosse, que não fosse fácil quantificar muitas vezes, era bom que houvesse protocolos, mas era sobretudo fundamental que eles fossem cumpridos. -----

----- Por exemplo, a Câmara tinha um protocolo que considerava essencial com sua Junta de Freguesia, que respeitava ao funcionamento da Comissão de Menores, que funcionava não só para a Freguesia de Benfica mas para muitas freguesias da cidade, e a Junta andava há meio ano a receber ofícios em resposta a ofícios seus a dizer que se estava a diligenciar no sentido de ser transferida a verba. Não gostavam de brincar com os protocolos, tinham que ser responsáveis, o protocolo era de 19.000 euros em termos de contrapartida financeira, e a Junta em 2004 com aquela Comissão, que não trabalhava só para a Freguesia de Benfica, já gastara mais do dobro com o seu funcionamento e fazia-o de bom-grado. Só que isso criava-lhes problemas de tesouraria! Diziam-lhes para a semana têm aí a verba, e andavam há meio ano nisso! --

----- Portanto, começava a perceber porque não quantificavam os protocolos, com que entidades e quanto a Câmara disponibilizou a subsidiar ou não, mas neste caso, depois de vários ofícios, várias tentativas e de vários pedidos, vinha agora manifestar a sua perplexidade porque no último ofício que mandou para a Câmara dizia à Sra. Vereadora que a Junta não vivia de ofícios de boas intenções, porque o protocolo dizia numa determinada alínea que a Câmara tinha que mandar a verba que recebia da Administração Central. É que não eram verbas da Câmara! Eram verbas que a Câmara recebia da Administração Central para aquele fim! Aliás, a Junta não se importava nada que a Câmara assegurasse o funcionamento da Comissão, porque isso custava muito mais de 19.000 euros. -----

----- E estava à vontade para falar disso, porque na última reunião da Assembleia de Freguesia de Benfica, um ilustre militante do PSD, que respeitava muito, que faz parte da Comissão, apresentou um relatório onde dizia a verdade e deu até os parabéns à Junta pelo apoio que dava a Comissão. E isso ainda era mais absurdo porque era das poucas comissões a nível nacional que funcionava, e funcionava bem. -----

----- Portanto, apelava à Câmara que fizesse a transferência da verba, porque a Junta não vivia de ofícios e de boas intenções. -----

----- Seguidamente, sobre as obras da CRIL na ligação da Buraca à Pontinha, disse que o Sr. Presidente da Câmara, que foi Ministro das Obras Públicas e Vereador da Câmara Municipal de Lisboa na altura em que o Presidente era o actual Primeiro-Ministro, ou ex-Primeiro-Ministro, foram a Benfica e aí afirmaram, como se podia ver nos vídeos que foram passados nas televisões, que a CRIL ia passar em túnel, que as vivendas não iam abaixo, que a escola não era posta em causa, etc., e portanto queria saber como era possível que tendo o actual Presidente da Câmara sido Ministro das Obras Públicas e o anterior Presidente da Câmara ocupar agora o cargo de Primeiro-Ministro, apresentarem agora um projecto destes em que efectivamente se tratava de um túnel, mas em que havia ruas que eram barradas no seu final por uma parede de 3, 4 e 5 metros, com carros a andarem lá em cima, ficando ali a cidade separada por um

muro imenso de betão, os moradores de Santa Cruz não podiam ir à Amadora ou à Damaia, e vice-versa, porque não podiam passar. -----

----- Portanto, depois das promessas feitas, depois de toda a movimentação feita pela população, e com razão, e de todos os partidos, e também depois de terem ali aprovado moções, por unanimidade, contra aquelas barreiras arquitectónicas que para ali estavam projectadas, aparecia agora aquilo que não era possível imaginar. -----

----- De facto, depois disto tudo, compreendia que as pessoas não acreditassem, e não acreditassem mesmo naquilo que às vezes até era verdade. -----

----- Disse, ainda, que há dois meses a Junta de Freguesia de Benfica mandou um officio ao Sr. Presidente da Câmara dizendo-lhe que, em 1990, o actual Presidente da República que então era Presidente da Câmara, numa visita que fez à freguesia confidenciara para um conjunto de técnicos municipais, onde estava a Dra. Teresa Craveiro, o seguinte: “Esta freguesia, que eu conheço bem porque morei aqui, não tem hoje um palmo de terra para construir qualquer equipamento de natureza cultural ou social. Está aqui este terreno – em frente ao Centro Comercial das Pedralvas, que era onde estavam – e o melhor é escondê-lo do Património porque se não ainda é oferecido ou vendido a alguém”. -----

----- Entretanto esteve para ser lá construído um teatro, a companhia desistiu porque não tinha o seu funcionamento assegurado, e o terreno ali ficou. Tinha lá um grande monte de terra, o Património desconheceu a sua existência, mas há alguns meses apareceu na Junta um projecto de intervenção social da maior importância porque ia desde a infância à terceira-idade, mas sobretudo pela capacidade técnica das pessoas que estavam envolvidas no projecto, que eram pessoas que precisavam de um espaço porque queriam dinamizar um grande projecto de apoio domiciliário com cabeça, tronco e membros. -----

----- Portanto, precisavam de grandes infra-estruturas e de um terreno, lembrou-se então desse e perguntou à Dra. Teresa Craveiro que lhe disse: “olhe, sei eu, sabe o actual Presidente da República e sabe o Senhor que esse terreno existe. Aprese-se, veja se consegue esse terreno para esse fim, que é bom, se não qualquer dia ele é vendido”. -----

----- Há dois meses apressou-se a fazer isso porque, de facto, o que verificava era que na freguesia, dos 38.000 eleitores, e os cadernos estavam limpos, 39% já têm mais de 60 anos. Ou seja, em Outubro de 2004, 57% da população recenseada na Freguesia de Benfica, 22.000 pessoas, já tinham mais de 50 anos de idade, e o apoio a idosos que existia na freguesia, era de enaltecer porque eram pequenas instituições que não tinham capacidade para além daquilo que já faziam, que era muito, mas que no todo do que a freguesia carecia era muito pouco. -----

----- Por conseguinte, enviaram esse projecto ao Sr. Presidente da Câmara e achavam que era uma grande oportunidade para a freguesia a criação desse equipamento de natureza social. O assunto também já merecera a aprovação da Assembleia de Freguesia, mas como ainda não obteve qualquer resposta nem via nada sobre ele na informação escrita, apresentava-o agora também na Assembleia Municipal porque se tratava, de facto, de matéria de grande importância para a Freguesia de Benfica. -----

----- Terminou dizendo que não lhe parecia que estivesse a pedir muito, porque na sua freguesia, tirando a intervenção em algumas áreas de Monsanto, de que já dera os parabéns à Câmara, mais nada foi feito como teria oportunidade de referir aquando da discussão do Orçamento. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que tinha três questões a colocar à Câmara Municipal, a primeira das quais tinha a ver com a pista ciclável que ligava Telheiras a Entrecampos e que para a construção das acessibilidades em volta do complexo desportivo do Sporting, o Sporting interrompeu-a prometendo repô-la logo após a construção do novo estádio. Actualmente a pista encontrava-se cortada, o piso pura e simplesmente desapareceu, não se percebendo qualquer passagem da pista ciclável. De facto o Sporting manteve as acessibilidades para os transportes públicos e privados, mas jamais repôs a pista ciclável. -----

----- Disse que já colocou esta questão em Setembro do ano passado, e não gostava que agora a Câmara lhe respondesse como então lhe respondeu o Sr. Vereador Pedro Pinto dizendo que a pista ciclável tinha ficado afectada mas que o Sporting se comprometeu a repô-la, porque aquilo que efectivamente desejava saber era que prazo tinha sido dado ao Sporting para fazer a reposição da pista ciclável, porque lhe parecia que já passou tempo de mais. -----

----- A segunda questão tinha a ver com o Parque da Bela Vista, porque contrariando tudo o que sobre o assunto foi prometido pelo actual Executivo antes do Rock in Rio, o parque encontrava-se completamente abandonado. O mato crescia, o lixo acumulava-se, as papeleiras não eram despejadas, os postes de iluminação estavam vandalizados. Isso, aliás, constava até do Boletim da Junta de Freguesia que podia depois mostrar se estivessem com dúvidas, como pareciam estar pelo abanar de cabeças. -----

----- Mas o que fundamentalmente desejava saber sobre o parque, era se aquela vedação que lá estava, e essa era evidente, era para lá ficar definitivamente ou era para tirar, porque tinha algum receio que ele se viesse a transformar num enorme estaleiro. -

----- Por último, disse que se queria congratular pelo facto da Câmara Municipal ter participado no Fórum das Autoridades Locais, que decorrera de forma paralela ao III Fórum Social Europeu, em Londres. Sabia que a Câmara esteve representada, e sabia também que nesse Fórum das Autoridades Locais foi votado um documento a propósito da invasão do Iraque e da guerra, e desejava saber qual foi a posição da Câmara sobre esse documento, nomeadamente se participou na votação e, tendo participado, qual foi o seu sentido de voto. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “Na última Sessão Assembleia sobre o Estado da Cidade, fiz uma intervenção sobre reabilitação urbana. -----

----- Na sequência, a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão veio contestar alguns aspectos sem que eu pudesse responder, devido a uma questão regimental. -----

----- Faço-o hoje. Só lamento que a Sra. Vereadora não esteja presente, porque seria importante, mesmo para me corrigir se assim o entendesse. -----

----- E em primeiro lugar, quero fazer um esclarecimento. Nessa intervenção citei uma frase: “somos como um comboio: é difícil arrancar mas, depois de arrancar, é difícil parar” e atribuí-a à Senhora Vereadora que, em seguida, negou tê-la dito. -----

----- Tem inteira razão. E deste lapso que cometi, peço-lhe as maiores desculpas. Mas eu não inventei a frase. Apenas errei a paternidade. -----

----- De acordo com o jornal Público, de 5 de Novembro último, ela foi proferida pelo Sr. Presidente da Câmara, que suponho que não o nega. -----

----- Portanto, nada tenho a alterar em relação aos comentários que fiz sobre o seu conteúdo, que mantenho inteiramente. -----

----- Quanto à substância da sua intervenção: pensei que a Senhora Vereadora iria contestar os números que citei e que são muito negativos para a Câmara. Mas isso não aconteceu. E não aconteceu, porque não os pode contestar, porque eles são inquestionáveis, pois são retirados dos documentos da Câmara. -----

----- À falta de melhor argumento, a Senhora Vereadora diz que não sei ler os números, nomeadamente que não se pode comparar a execução financeira com a execução física da obra. -----

----- Pode sim, Senhora Vereadora. Um Plano de Actividades tem uma dotação que é fixada em função de uma previsão de obras a realizar. A análise da execução financeira do Relatório e Contas permite, e é a melhor forma de verificar, se a obra orçamentada foi efectivamente concretizada. Foi isso que procurei demonstrar na minha intervenção, recorrendo aos números para o fazer com mais rigor. A título de exemplo volto a repetir uma parte dessa intervenção: *Em 2002, (a Câmara) tinha orçamentado no Plano de Actividades para obras de recuperação e manutenção relativas ao PER, 8,0 milhões de euros e gastou zero euros, repito zero euros; e no tocante ao PIMP, cuja dotação era de 6,8 milhões de euros, apenas gastou 1,1 milhões de euros.* -----

----- Saliento que estes números são retirados do Relatório e Contas de 2002 (pág. 110) e revelam à evidência como é possível e desejável fazer-se a análise por este meio. -----

----- Mas, vou mais longe numa avaliação global. -----

----- Embora a Câmara diga que a reabilitação urbana é a sua prioridade, o investimento feito, na minha opinião, não o confirma. E para comprovar esta afirmação volto a reincidir, citando números: a soma das verbas da dotação dos Planos de Actividade de 2002 e de 2003 totalizam 976 milhões de euros. Mas a dotação atribuída pela Câmara para a reabilitação urbana, nestes dois anos, foi apenas de 70 milhões de euros e a execução ficou-se por 45,5 milhões, isto é somente 4,6% do montante dos Planos de Actividades foi aplicado em obras de reabilitação. Para objectivo prioritário é muito pouco.-----

----- Assim não podendo contestar os números que citei, a Senhora Vereadora contrapõe outros números que, esses sim, nada têm a ver com a obra realizada na reabilitação urbana. São as verbas gastas em subsídios de renda: disse a Senhora

Vereadora que em 2001, quando a Câmara era gerida pela coligação de esquerda, foram gastos 1,3 milhões de euros e que em 2002 foi gasto quase 1 milhão de euros e em 2003 também 1 milhão. -----

----- Não sei o que pretendia evidenciar com a referência a estes números tanto mais que a diferença entre a verba gasta em 2001 e a gasta nos dois anos seguintes, não é grande. E depois, a comparação é completamente deslocada, pois o contexto é diferente. Com efeito, a reabilitação urbana não era a prioridade da coligação de esquerda e o Município dispõe hoje de instrumentos legislativos e de financiamentos do Poder Central que lhe permitem actuar com mais eficiência na área da reabilitação urbana. -----

----- Depois, vem contestar a avaliação negativa que fiz ao trabalho da Câmara afirmando que esta não fez só obras de fachada, e cita números: até hoje 77 obras ficaram prontas. Aí está! Com este número vem confirmar exactamente, o que afirmei na minha intervenção quando perguntei: qual o número de obras que foram concluídas pela Câmara; acrescentando que teriam sido apenas algumas dezenas. Assim, existindo em Lisboa, segundo a Senhora Vereadora, 5.588 edifícios em estado de degradação, a Câmara confessa que, nos seus três anos de mandato, só recuperou 77, isto é, recuperou em média 2 edifícios por mês. Acha muito? De resto, a análise à informação escrita do Senhor Presidente só vem confirmar o que digo (a menos que a Senhora Vereadora me corrija) – nos dois meses a que esta informação se reporta, apenas foram concluídas 3 obras. Que me diz a isto? -----

----- A Senhora Vereadora disse também, na sua intervenção, que, através do RECRIA, foram abrangidas 428 obras. Fazendo as contas: foram em média recuperados, por mês, 12 edifícios. A este ritmo, quantos mandatos precisaria a Câmara para reabilitar a cidade? -----

----- Também da leitura da mesma informação se conclui que, no âmbito do RECRIA, apenas foram concluídas 19 obras, zero no REHABIT, 2 no RECRIPH e zero no âmbito do SOLARH, no total de 21. -----

----- Os números falam por si e confirmam que o comboio da Câmara tem uma máquina a vapor. -----

----- Por isso volto a afirmar: *depois deste balanço, parece que não restam dúvidas que há uma profunda contradição entre o que a Câmara afirma e a obra realizada*". --

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que apesar de estarem poucos na Sala e do tema da conversa não ser propriamente o que se passava na Assembleia Municipal e no Município, mas sim as últimas notícias sobre o País, desejava dizer que a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão teve a amabilidade de lhe entregar pessoalmente um relatório, dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, sobre as contas da EPUL em relação aos estádios de futebol. E porque era de tal maneira caricato esse documento que acabava de receber da Câmara, requeria a confirmação por parte do Sr. Presidente se ele era verdadeiro ou não, porque nunca viu uma empresa ter contas assim. -----

----- Se fizesse um cálculo por alto das contas que a EPUL entregou, verificava, por exemplo, que se esqueceram de colocar dez milhões de contos do Sporting. A EPUL



tinha uma receita de 2,5 milhões de contos de uma bomba de gasolina que era oferecida ao Benfica, e ainda não percebeu como era que se oferecia uma bomba de gasolina e se tinha uma receita de 2,5 milhões de contos. Fez parte da Comissão que controlou a construção dos estádios, mas não fazia ideia disso. -----

----- Tinham ali foi discutido que era preciso constar do protocolo que os hipotéticos 200 apartamentos a construir, em dois sítios, um terço dos lucros eram para o Benfica e para o Sporting, um terço para a EPUL e um terço para a Câmara, estava aprovado pela Assembleia, embora com o voto contra do BE, e era curioso dizer-se que ao Benfica, desses 200 apartamentos, iam dar 10 milhões de euros. Como era um terço queria dizer que eram mais 10 milhões de euros de lucro para a Câmara e também mais 10 milhões de euros de lucro para a EPUL. Portanto, só de lucro desses apartamentos para jovens eram 30 milhões de euros! -----

----- Alguém acreditava nisso? -----

----- Entendia que era de mais, que ultrapassava qualquer norma, portanto solicitava ao Sr. Presidente que lhe confirma-se se o ofício da Sra. Vereadora era verdadeiro, e, em segundo lugar, requeria que a Comissão reunisse para ver a matéria, porque isto era tratar os Deputados Municipais como crianças, e eles não eram crianças. Estavam ali para tratar coisas bem a sério, e este documento era uma brincadeira, não era de certeza para lhes responder às questões sérias e claras que ali perguntavam. -----

----- **O Senhor Presidente** solicitou ao orador que desse forma ao requerimento a que se referiu para que pudesse dar andamento à análise do documento. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, em ponto de ordem à Mesa, solicitou que o documento a que se referiu o Deputado Municipal Carlos Marques fosse distribuído a todos os líderes, para que pudessem todos acompanhar a situação. -

----- **O Senhor Presidente** disse que depois de receber o requerimento do Deputado Municipal Carlos Marques, obviamente mandava-o distribuir. Mas desde já os serviços distribuíam cópias do documento referido aos Deputados Municipais. -----

----- Seguidamente, disse ao Deputado Municipal António Pereira, que ia intervir a seguir, que tinha só um minuto para fazer a sua intervenção, mas o BE, porque não tinha gasto o tempo todo, cedia-lhe dois minutos, pelo que passava a dispor de três minutos. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra, disse que se não conhecesse a realidade da sua freguesia, ao ler a informação escrita quase lhe apetecia dizer bem-haja Sr. Presidente por ter finalmente inaugurado a Escola de Formação Rodoviária do Parque da Bela Vista, que como se sabia estava em obras, já praticamente concluídas, em Dezembro de 2001. -----

----- Mas acontecia que essa escola, inaugurada com pompa e circunstância com a presença do Sr. Secretário de Estado e de outros convidados, integrada na Semana Europeia da Mobilidade, não passou de uma acção de propaganda para a fotografia, pois apesar da inauguração ter ocorrido no dia 21 de Setembro de 2004, hoje, dia 30 de Novembro, ainda não funcionava, ou seja, continuava fechada restando às crianças ver as fotografias que entretanto saíram nos órgãos de comunicação social. -----

----- Lamentava sinceramente essa forma de fazer política, anunciar inaugurações, fingir inaugurações e depois as coisas continuarem fechadas. E essa situação era ainda mais grave por a Câmara ter defraudado as justas expectativas das crianças, porque sendo certo que elas não votavam, mesmo assim deveriam merecer mais respeito por parte do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Por outro lado, também estranhava que na informação escrita não houvesse qualquer referência ou uma explicação sobre os porquês da não remoção da vedação do Parque da Bela Vista, que assim mais parecia uma prisão. Aliás, isso foi prometido pela Câmara, quer à população de Marvila, quer na Assembleia Municipal através da aprovação de várias recomendações. -----

----- Portanto, perguntava ao Sr. Presidente da Câmara quando dava resposta à resolução desses problemas. -----

----- Por fim, informou que estava marcado um Encontro de Autarcas para sábado, mas que já tinha sido desmarcado pelas razões que toda a gente conhecia. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, começou por, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia, saudar democraticamente o PCP pela realização do seu Congresso no último fim-de-semana.

----- Disse, depois, que quando discutiam a informação do Presidente da Câmara, não estavam propriamente a fazer uma interpelação sobre toda a qualquer matéria que qualquer Deputado Municipal quisesse fazer. Estavam a fazer, isso sim, a discussão da informação do Presidente da Câmara, pelo que a primeira matéria que devia ser discutida, era aquilo que, no seu entender, constava da informação, e não precisamente aquilo que dela não constava, que percebia que desse muito jeito aos Deputados Municipais, mas que não cabia nesse âmbito e não podia ser discutido. -----

----- Intervieram praticamente 20 Deputados Municipais a levantar cada um uma série de questões, e quando chegava a altura do Presidente da Câmara, ou alguém em sua representação, responder a qualquer coisa como 40 ou 50 perguntas tinha 12 minutos para o fazer, o que, como com certeza imaginavam, não fazia sentido nem tinha qualquer cabimento. -----

----- Mas havia na informação do Presidente da Câmara muita matéria importante que deveria ser discutida, mas que não foi! Desde logo o célebre Túnel do Marquês! Todos procuraram abordar essa questão mas não quiseram fazê-lo da forma que fizeram no passado. E isso é que, no mínimo, era estranho. -----

----- Por que era que a oposição, que sempre reconhecera à Câmara e legitimidade política para construção do túnel, levantavam sempre como questão as trapalhadas que tinham sido feitas na condução do processo? Mas aqueles que então falavam em trapalhadas, não fizeram agora, pela primeira vez, qualquer referência a quaisquer tipo de trapalhada na questão do túnel. E se não o fizeram não foi por acaso! É que pela primeira vez perceberam a trapalhada em que se meteram. Os Deputados Municipais do PS, nomeadamente aqueles que puseram em causa a forma como foi conduzida a preparação do processo do Túnel do Marquês, deveriam, democraticamente, ir à tribuna dizer que a Câmara tinha razão naquilo que foi dito pelo Supremo Tribunal.

Não lhes servir as decisões dos tribunais quando não estavam de acordo com elas, não era sério nem democrático! -----

----- A Câmara, enquanto o tribunal decidiu em sentido contrário daquela que era a sua posição, não só respeitou como em fase de recurso iniciou processos no sentido daquilo que os tribunais queriam. Isso sim, era comportamento democrático, isso sim era comportamento cívico, isso sim era discussão democrática clara! -----

----- Não estavam à espera que a oposição de repente quisesse o Túnel do Marquês! A oposição foi sempre contra, mas neste momento já era a favor, na defesa do interesse público, da construção de uns túneis que podiam ir até à Praça do Marquês de Pombal! Aliás, tinha alguma expectativa quanto ao túnel que iam apresentar amanhã, segundo se dizia na comunicação social. Ou seja, com o auxílio do Arqtº Tomás Taveira, o PS anunciava para o dia de amanhã a apresentação de um túnel que iria até à Praça Marquês de Pombal, e estavam todos com muita curiosidade para ver como seria esse túnel, qual a inclinação que iria ter, a que distância ficava do Metro, qual o Estudo de Impacte Ambiental que fizeram sob esse mesmo túnel, enfim, qual o tipo de coerência que iriam ter nessa matéria. -----

----- Mas que ninguém tivesse a mínima dúvida que aquilo que preocupava o PS era outra coisa. A Assembleia Municipal é um sítio para discutir questões políticas e não questões jurídicas, e a grande questão deste fórum político era fundamentalmente uma: tinham um compromisso com o eleitorado, que foi legitimado em eleições, para fazer esse túnel. A oposição tinha uma posição diferente e agora tentava mais um artifício habilidoso que era prolongar esta questão até ao dia 17 de Dezembro, quando já foi ali demonstrado, e bem, pela bancada do PSD, que se seguissem aquilo que pretendiam não seria até ao dia 17 de Dezembro mas sim até Março ou Abril, e nessa altura passariam a ser acusados de não terem feito aquilo que se propuseram fazer, que era realmente o túnel. -----

----- Porque já toda a oposição percebeu e tinha agora a certeza, que do ponto de vista legal a Câmara tinha todas as condições para levar por diante a construção do túnel. E como do ponto de vista político era a oposição que reconhecia à Câmara a legitimidade para fazer o túnel, não havia neste momento nenhuma razão objectiva para que a Câmara não pudesse desenvolver essa obra, que era uma obra fundamental para a cidade. -----

----- E aí é que se separavam! É que a oposição, por saber que essa obra era fundamental, procurara durante muito tempo demonstrar que tudo isso era uma trapalhada, e agora não queriam falar. Agora queriam desviar a conversa, queriam trazer a questão pura e simplesmente para o Estudo de Impacte Ambiental! Agora já não falavam das pendentes, chegavam ao ponto – e aí tinha que dizer que quem não sabe não fala – de querer dar como exemplo que não podia haver uma distância de meio metro de um túnel sobre outro. Não era engenheiro, também muitos dos Deputados Municipais o não eram, mas deviam todos ouvi-los. -----

----- E quando se dava o exemplo do Túnel da Av. João XXI, que era um túnel atravessado em contacto com a linha do Metro, não se dizia que tivesse sido mal feito, porque a obra foi bem feita, tinha já uma série de anos e nunca houve problemas, e a

cidade beneficiou com essa obra da agora oposição. Mas justamente porque essa obra foi das poucas coisas boas que fizeram, é que nas últimas eleições só perderam como perderam, porque se não fizessem esse túnel se calhar teriam perdido por mais. -----

----- Agora, o que não podia acontecer era que, para atacarem a Câmara, chegassem ao ponto de renegar aquilo que de bom fizeram. Isso não podia acontecer porque caía mal! Ninguém percebia que se dissesse: “se os Senhores estavam contra, nós estávamos contra, já fomos julgados. Mas aí era pena porque se fosse só por isso os Senhores tinham ganho as eleições porque o túnel que fizeram na Av. João XXI era um túnel bom e necessário para a cidade.” -----

----- E não é oito ou dez anos depois que a lógica de intervenção na cidade se alterou! Agora não queriam discutir este assunto, o túnel não lhes interessava porque sabiam que a Cidade de Lisboa não lhes iria perdoar aquilo que fizeram ao longo dos últimos sete meses, procurando passar agora responsabilidade apenas para o Eng.º Sá Fernandes. A oposição fez política em tudo quanto era lado no sentido de impedir que o Túnel do Marquês fosse realizado, procurou influenciar a comunicação social, enfim, procurou fazer toda a forma de vencimento das suas ideias. -----

----- Portanto, neste momento, tinham que aceitar que a Câmara dissesse que o Túnel do Marquês ia para a frente e que não esperavam pela oposição nem mais um minuto, como não esperariam noutras matérias, porque os consensos eram muito interessantes quando as partes os procuravam. Aliás, já ali disse uma vez que nunca viu da parte da oposição que quisessem fazer esse túnel, portanto com a Câmara não contassem. -----

----- E já que eram acusados de não fazerem nada, lembrava que nesta informação escrita apareciam três dos quatro grandes compromissos que a Câmara tinha. Desde logo o Túnel do Marquês, o tal túnel que doía tanto à oposição e que acabava neste momento por ser uma certeza a continuação da sua obra; depois a questão do Arco do Cego, cuja obra já estava adjudicada para começar o jardim, aliás começara hoje mesmo, e o terminal estava pronto e a funcionar; também na reabilitação urbana, uma outra questão fundamental, todos sabiam quais eram as ETD's que estavam a funcionar neste momento e o número de prédios que estavam em execução. -----

----- A terminar, disse que lhe perguntaram, há algum tempo, sobre as piscinas, e aí estavam elas! Foram consignadas e começadas as obras em mais sete. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, começou por felicitar o Sr. Vice-Presidente pela sua intervenção, porque, num momento de alguma depressão, foi uma intervenção animadora que galvanizara a bancada do PSD. -----

----- Passando aos pedidos de esclarecimento, perguntou: -----

----- Era ou não trapalhada fazer-se um concurso público e logo de seguida anulá-lo porque nenhuma empresa apresentara propostas dentro do valor base de licitação? -----

----- Era ou não trapalhada que após isso si fizesse um caderno de encargos onde se desorçamentava a própria obra do caderno de encargos inicial que não teve correspondência no concurso público? -----

----- Era ou não trapalhada que isso passasse no Tribunal de Contas apenas por 0,1% do limite máximo de excesso que era permitido nesse tipo de adjudicações de obras? -

----- Era ou não trapalhada as sucessivas alterações que foram feitas ao projecto inicial? Bem sabia que foi uma obra contratada com um caderno de encargos que podia ser sensivelmente alterado nalguns pormenores, mas onde tinham nessa altura que a parte que era para ser descoberta passara a ser parte coberta. Isso era ou não uma grande trapalhada? -----

----- A um aparte respondeu: “para si não é, mas para o povo de Lisboa e para o povo português é uma grande trapalhada”. -----

----- Era ou não trapalhada toda a história que houve em relação aos impactes ambientais, onde a Câmara sempre se recusara a admitir que era necessário fazer uma avaliação de impacte ambiental, e agora, que tinham 40 medidas propostas, diziam que afinal não era necessário e que não iriam fazer? -----

----- Mas, mais do que isso, o Sr. Vice-Presidente sabia muito bem que desde o início ninguém do PS, e pensava que ninguém dos outros partidos da oposição, contestara a legitimidade da Câmara fazer essa obra. Mas que a fizessem bem feita, porque ter legitimidade política não significava depois ter legitimidade técnica e poder fazer-se tudo com trapalhadas ou a pontapé. E o Sr. Vice-Presidente sabia muito bem que a Câmara errara nessa matéria, criara as suas próprias dificuldades e estava metida agora numa grande embrulhada. -----

----- Perguntou, ainda, se era ou não verdade que desde o princípio o PS propôs como alternativa o desnivelamento dos cruzamentos. Portanto, não eram túneis mas sim o desnivelamento dos cruzamentos que o PS iria apresentar amanhã, que era aquilo que a Câmara deveria ter feito se tivesse bom-senso. -----

----- Mas a Câmara não tinha bom-senso e ia persistir nesse erro, que era realmente um erro estratégico grave para a Cidade de Lisboa. -----

----- Perguntou o que ia a Câmara fazer com as 40 medidas que o Estudo de Impacte Ambiental, encomendada por ela própria, propunha. Eram para deitar para o caixote do lixo, ou eram para observar? -----

----- Terminou aconselhando a que se esperasse pela declaração de impacte ambiental favorável, porque seria melhor assim para a Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que todos perceberam que o Sr. Vice-Presidente procurara fazer ali um momento de galvanização, tentando de alguma forma marcar aquele que era o momento politicamente difícil que o PSD atravessava nesta altura, com a dissolução da Assembleia da República. -----

----- Era evidente que todos perceberam que a tentativa do Sr. Vice-Presidente, que foi uma tentativa bem feita, diria conseguida, foi procurar marcar a diferença. A diferença desde logo em relação a uma apresentação que tiveram ali hoje por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, quanto fez a leitura do seu relatório, porque todos perceberam o ênfase que o Sr. Vice-Presidente procurara colocar exactamente na discussão política. Entendiam todos isso. -----

----- Agora, era evidente que o Sr. Vice-Presidente, Dr. Pedro Pinto, obviamente procurara também fugir às trapalhadas, sabendo, como já foi referido pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, que aquilo que sempre criticaram foram exactamente as

trapalhadas. E era injusto, era falso, não tinha o mínimo ponto de verdade, que a Câmara pudesse dizer que o PS andara, desde o início do mandato, a impedir a concretização da obra do Túnel do Marquês. Era falso! Era falso! O PS apenas se bateu nos órgãos próprios e competentes, ou seja, na Câmara e na Assembleia Municipal, e em mais lado nenhum. -----

----- Por isso, o Sr. Vice-Presidente da Câmara que não quisesse, como já procuraram fazer hoje várias vezes, imputar ao PS uma responsabilidade que não era sua. O PS assumia, com muito orgulho, aquilo que eram as suas práticas e as suas posturas, mas que não lhes pedissem para assumir aquilo em que não tinham responsabilidades. -----

----- Mas era evidente que começavam a perceber que a incapacidade de execução da Câmara, obviamente teria que encontrar ali algum ponto, e o ponto era dizer que não faziam porque não os deixavam. Que não fossem por aí porque não conseguiam. -----

----- Disse, depois, que gostava de ter ouvido o Sr. Vice-Presidente – e pensou que o ia fazer – falar sobre o que era que tinham sobre outra das grandes promessas, diria mesmo a maior da candidatura, que era o Parque Mayer. O Sr. Vice-Presidente iria dizer-lhes o que iria ser o Parque Mayer, exactamente na procura dos consensos ou sem os consensos? -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que o Sr. Vice-Presidente parecia aquela personagem do gato fedorento que fala, fala, fala mas não diz nada. -----

----- É que, de facto, as questões que colocaram não tiveram resposta, e, ainda por cima, não disse a verdade, ou disse apenas meia verdade. Disse que já não falavam nas piscinas! Mas em que cidade é que estavam? Quando foi a campanha eleitoral, não foram eles que prometeram uma piscina em cada bairro, mas agora o Sr. Vice-Presidente ficava todos satisfeito porque tinha o concurso lançado para seis piscinas. --

----- Então quantos bairros tem a cidade? -----

----- Em relação à sua freguesia, por exemplo, o Sr. Vice-Presidente estava a mentir quando dizia que já não havia problemas com as piscinas. Carnide tem dez bairros mas ele não pediu uma piscina para cada um, quem prometeu isso foi o Sr. Vice-Presidente não foi ele, porque ele já só pedia uma. -----

----- Por outro lado, também havia uma bandeira de que não ouviu o Sr. Vice-Presidente falar, se calhar porque estava engasgado, que era a questão do Parque Mayer. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que aceitava o estado de alma do Sr. Vice-Presidente porque estava chateado, mas permitia-se recordar-lhe que não tinham culpa nenhuma disso. Quem tinha culpa era a política de direita que o actual Governo tem praticado e a arrogância da forma de fazer política que a direita tinha. Portanto, pedia-lhe que não se chateasse e respondesse às duas questões que colocara, que, aliás, constavam da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Recordou as perguntas: -----

----- A primeira, sobre a abertura, a fingir, da Escola de Formação Rodoviária no mês de Setembro passado mas que continuava fechada e gostariam de informar as crianças das escolas quando começaria a funcionar. -----

----- A segunda, era para quando a remoção da vedação do Parque da Bela Vista, conforme foi prometido pela Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o Sr. Vice-Presidente da Câmara, para fugir às questões que foram colocadas, limitara-se a abordar a questão do Túnel do Marquês. Percebia-o, mas lembrava que ele próprio fez uma intervenção sobre aquilo que a Câmara considerava uma prioridade, a reabilitação urbana, e sobre essa matéria pôs uma série de problemas sobre os quais não obteve qualquer resposta. -----

----- Portanto, pedia ao Sr. Presidente que se tivesse algo a dizer o dissesse, porque, a não ser assim, as intervenções dos Deputados Municipais caíam em saco roto. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento, disse que tendo a atenção que tinha em relação a todos quando faziam perguntas, tinha que escolher algumas e escolhia aquelas que mais os preocupavam. O que mais preocupava os Srs. Deputados Municipais da oposição era o Parque Mayer, as piscinas, o urbanismo, etc., e, portanto, tentara responder àquilo que eram as maiores preocupações. Mas descobrira agora, e pedia desculpa, que não deveria ter respondido à questão do túnel! O que deveria ter respondido era à questão da Escola de Segurança Rodoviária! Mas como tinha que optar pensara que seria mais importante para a Assembleia falar sobre o túnel, sobre a reabilitação urbana, as piscinas. Enfim, era uma questão de valores, uma questão de importância das matérias, e realmente para a Câmara o que era importante era isso. -----

----- Disse, depois, que não eram os Deputados Municipais da oposição que escolhiam aquilo que queriam que ele falasse. Falava ali na Assembleia Municipal daquilo que achava que era importante para os munícipes, e não daquilo que a oposição gostava que fosse importante para os munícipes. -----

----- Portanto, que ficasse claro que quando houvesse uma interpelação à Câmara sobre determinada matéria muito concreta falariam sobre isso, mas enquanto a oposição entender chegar ali e utilizar este ponto da Ordem de Trabalhos, desvirtuando completamente aquilo que deveria ser, no seu entender, o funcionamento da Assembleia, levantando 50 ou 60 perguntas, podendo falar vinte ou trinta Deputados Municipais, e depois dizerem que a Câmara tinha dez minutos para responder, era algo com que não concordava. -----

----- **O Senhor Presidente**, interrompendo, disse que estava no Regimento que a Câmara tinha trinta minutos, gastou dezoito na intervenção inicial sobraram doze. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, continuando, disse que estava no Regimento mas não concordava, porque não era possível, só porque estava no Regimento, que conseguisse dizer em dez minutos aquilo que só era possível ser dito numa hora. Portanto tinha que escolher, fazer opções, e foi isso que fez. Não o podiam criticar por fazer as opções que fez, porque entendia que tinha ido às matérias que eram importantes. -----

----- Mas retomava-as porque lhe parecia que o Deputado Municipal Miguel Coelho acompanhava-o no violino que ele tocava há bocado, percebeu que tinha razão, que este era um momento de música, portanto agora estava a gostar e queria continuar. ----

----- Referindo-se ao momento difícil que o seu partido, o PSD, estava a atravessar, disse que era verdade. Tiveram conhecimento há breves instantes, provavelmente haveria uma solução. Mas isso não deveria ser só um momento de preocupação para si, deveria ser um momento de preocupação provavelmente para todos aqueles que ali estavam sentados e todos aqueles que tinham responsabilidades políticas. E nesse momento de responsabilidade, se calhar exigia-se de todos que entrassem por outros caminhos. Mas como não se quis, diria como dizia sempre: no combate, fazia parte da sua maneira de ser, dar sempre uma de avanço ao adversário que era para depois quando ganhava ganhar com algum prazer. -----

----- Isto para dizer àqueles que estavam a esfregar as mãos sobre aquilo que há pouco foi dito e ouvido, pensando que eram favas contadas, que iam agora a eleições e nessa matéria dizia que estavam prontíssimos para o combate porque sabiam o bem que fizeram ao País depois da irresponsabilidade que foi a governação socialista dos últimos anos. Portanto, apesar de estar a meio do mandato estavam perfeitamente preparados para isso. -----

----- Quanto ao Parque Mayer, disse que na próxima semana iria a reunião de Câmara uma proposta sobre essa matéria. Sabia a oposição, e teriam que lhes fazer justiça, que foi uma matéria discutida e rediscutida à procura de consensos. Era sempre um preço que se pagava! Quando se procuravam consensos sabia-se quase sempre que se poderia chegar lá ou não, mas da parte da Câmara tinham uma proposta definitiva para apresentar aos portugueses, e ver-se-ia depois como o PS e o PCP se iriam portar em relação a essa proposta. Porque nessa tinham perfeita consciência que seria muito difícil levá-la a cabo apenas com a posição da Câmara. Mas ela seria posta em cima da mesa e na altura própria seriam julgados. -----

----- Estavam todos nestas coisas desde a implantação do 25 de Abril e já fizeram todos grandes combates, só que alguns já ganharam mais do que outros, e talvez não fosse por acaso! É porque alguns tinham apresentado as melhores propostas aos portugueses, e enquanto isso se mantivesse continuariam pura e simplesmente a ganhar. -----

----- Aludindo à intervenção do Deputado Municipal Paulo Quaresma sobre as piscinas, disse que acreditava que ele quisesse que fosse feita uma por bairro, mas se não ia fazer uma por bairro com certeza iria fazer mais piscinas nos quatro anos do mandato que a anterior maioria fez em doze. -----

----- **O Senhor Presidente**, seguidamente, esgotado que estava o ponto 1 da Ordem de Trabalhos, deu por encerrada a reunião, informando que a Sessão prosseguiria, em segunda reunião, no próximo dia 7 de Dezembro, pelas 15 horas. -----

----- Eram 20 horas e 15 minutos. -----

----- E eu, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, \_\_\_\_\_.

----- O PRESIDENTE -----